



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS
MESTRADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

CARINE DE JESUS SANTOS

**ENTRELAÇANDO REDES E TRAMAS: A IMPORTÂNCIA DAS PRÁTICAS
EDUCATIVAS NA PARTICIPAÇÃO SOCIAL E POLÍTICA DAS MULHERES**

Natal – RN
2017

CARINE DE JESUS SANTOS

**ENTRELAÇANDO REDES E TRAMAS: A IMPORTÂNCIA DAS PRÁTICAS
EDUCATIVAS NA PARTICIPAÇÃO SOCIAL E POLITICA DAS MULHERES**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio Grande do Norte como requisito para obtenção do título de mestre.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Cimone Rozendo

**NATAL – RN
2017**

Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN
Sistema de Bibliotecas - SISBI

Catálogo de Publicação na Fonte. UFRN - Biblioteca Setorial do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes -
CCHLA

Santos, Carine de Jesus.

Entrelaçando redes e tramas: a importância das práticas
educativas na participação social e política das mulheres /
Carine de Jesus Santos. - 2017.
131f. : il.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Rio Grande
do Norte. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Programa
de Pós-Graduação em Ciências Sociais, 2017.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Cimone Rozendo de Souza.

1. Educação Não Formal. 2. Economia Solidária. 3. Redes de
Colaboração Solidária. 4. Economia Feminista. I. Souza, Cimone
Rozendo de. II. Título.

RN/UF/BS-CCHLA

CDU 316.334.55-055.2

CARINE DE JESUS SANTOS

**ENTRELAÇANDO REDES E TRAMAS: A IMPORTÂNCIA DAS PRÁTICAS
EDUCATIVAS NA PARTICIPAÇÃO SOCIAL E POLITICA DAS MULHERES**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio Grande do Norte como requisito para obtenção do título de mestre.

Natal, _____ de _____ de 2017

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dra. Cimone Rozendo de Souza (UFRN)

Prof. Dra. Irene Alves de Paiva (UFRN)

Prof. Dra. Tatiana Ribeiro Velloso (UFRB)

*"Essa ciranda não é minha só, ela é de todas nós,
ela é de todas nós".*

Dedico este trabalho a minha Aurora que desde que nos encontramos nessa vida só me trouxe luz e ao meu paciente amor, meu preto...Meu pretinho, dos olhos de mar, por todo sentimento que as palavras não conseguem expressar.

AGRADECIMENTOS

A Deus;

A minha mãe Rita Clara, a minha avó materna Valdelice (in memoriam), minha avó paterna Beatriz, mulheres fortes que me inspiram em cada dia da minha vida.

Agradeço também aos meus irmãos Bruno e Junior e ao meu pai Jodaias.

As mulheres especiais da Rede Xique Xique, em especial as que contaram um pouco de suas vidas nessa narrativa e contribuíram significativamente para construção deste trabalho: Maria Sandra, Salete, Neneide, Tatiana, Katiana, Navegantes, Lidiane, Sônia, Anunciada, Cleonice e Marisa; Gratidão amadas.

As mulheres da Rede de Economia Solidária e Feminista, pela parceria e todo acolhimento. Estamos juntas. Saudades.

A Janaina por provocar em mim uma inquietação sobre meu objeto, e por me fazer perceber que escrever sobre as mulheres era escrever sobre mim também.

A minha família baiana, que me acompanha todos os dias, mesmo a distância, em especial; Doraliza e Karine pela imensa paciência e atenção, a Ludmila por me lembrar da minha força e acreditar no meu potencial o tempo todo e também meus outros amores André, Lara, Renata (Levi), Maristela, Bal, Bene, Gal, Marcinha e Karen; Amo muito.

A Diva, por ter me confiado compartilhar do seu universo de forma tão especial e as alunas articuladas pelas boas vibrações quando almejei uma vaga no mestrado, Raquel, Erika Canuto e Diva.

A equipe do Laboratório de Estudos Rurais da UFRN, pelo apoio, paciência e parceria. Obrigada Euca, Jena e Joana pelo compartilhamento de saberes;

A minha orientadora Cimone Rozendo, por tudo, que nesses agradecimentos não cabem.

As professoras Irene Paiva e Tatiana Veloso, por aceitarem fazer parte desse momento tão significativo da minha vida.

A Adriano da RXX pela disposição de sempre, quando fui em busca de informações;

E por fim, por continuar viva e com muita fé no que virá.

RESUMO

O presente trabalho é um estudo de caso que tem como objetivo analisar as práticas educativas desenvolvidas no campo da educação não formal, junto a mulheres rurais que compõem grupos produtivos articulados na Rede Xique Xique de Comercialização, apoiados pelo projeto Rede de Economia Solidária e Feminista. Este projeto foi executado nacionalmente em nove Estados do Brasil e, no Rio Grande do Norte, apoiou quinze grupos de mulheres, nas regiões do Mato Grande e Açu-Mossoró, nos municípios de São Miguel do Gostoso, Mossoró, Grossos, Tibau e Baraúnas. A pesquisa buscou verificar se a participação das mulheres nos processos formativos pode contribuir para a construção da sua autonomia econômica e política e na construção da sua condição de agente nos espaços onde estão inseridas. A discussão teórica está fundamentada nas categorias educação não formal, economia solidária, redes e o desenvolvimento como liberdade a partir das reflexões feitas por Gohn, Paul Singer, Euclides Mance e Amartya Sen, respectivamente. A pesquisa envolveu trabalho de campo em que foram entrevistadas 11 mulheres dos grupos, incluindo duas lideranças, uma entrevista com a articuladora local do núcleo agroecológico da Rede Xique Xique de São Miguel do Gostoso e uma entrevista com uma técnica colaboradora da Rede Xique Xique. Além das entrevistas, foram realizadas visitas aos grupos produtivos, visitas às feiras onde estes comercializam a produção bem como a participação em reuniões, seminários, encontros e oficinas promovidos pela Rede Xique Xique e instituições parceiras. Também se utilizou pesquisa bibliográfica e documental. A pesquisa demonstrou que a partir dos aprendizados gerados nas vivências, mulheres conseguem construir e valorizar sua liberdade, criando formas de apoio e fortalecimento mútuo, destacando a importância do acesso à informações e conhecimentos que lhes propiciam estabelecer novos parâmetros em suas relações sociais, bem como descobrirem-se/assumirem-se como sujeitos de suas próprias histórias.

Palavras-chaves: Economia Solidária, Educação Não-Formal, Desenvolvimento, Redes, Divisão Sexual do Trabalho.

ABSTRACT

The present work is a case study whose objective is to analyze educational practices developed in the field of non formal education, into productive groups of rural women who belong the Xique Xique Network of Marketing, supported by the Network of Solidary and Feminist Economy. This project was executed nationally in nine states of Brazil and in Rio Grande do Norte it supported fifteen women's groups, located in the territories of Mato Grande and Açú-Mossoró, in the municipalities of São Miguel do Gostoso, Mossoró, Grossos, Tibau and Baraúnas. The research aims to verify if the participation of women in the formative processes can help to the construction and development of their economic and political autonomy and the appropriation of the condition of agent in the spaces where they are included. The theoretical discussion is better-found in the categories of non-formal education, solidarity economy, networks and development as freedom based on the reflections made by Coombs, Trilla, Gohn, Paul Singer, Euclides Mance and Amartya Sen, respectively. For data collection, there were eleven individual interviews with the women of the groups, including two leaders, an interview with the local coordinator of the agrochemical nucleus of the Xique Xique Network of São Miguel do Gostoso and an interview with a collaborating technique of the Network Xique Xique. In addition to the interviews were carried out visits to the production groups, visits fairs, participation in meetings, seminars, workshops promoted by the Xique Xique Network or partner institutions. Bibliographical and documentary research was also used. The interviews were transcribed and categorized according to the presented objectives to analyze the data. The research demonstrated that based on the learning generated in the experiences, women can build and value their freedom, creating forms of mutual support and strengthening among them, underscored the importance of access to information and knowledge that allows them to establish new parameters in their social relations, as well as discovering themselves / taken on themselves as subjects of their own stories.

Keywords: Solidary Economy, Non-Fusible Education, Development, Networks, Sexual Labor Division

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - 3º Encontro Estadual da Rede de Economia Solidária do RN.....	22
Figura 2 - Legenda da Mandala RESF	25
Figura 3 - Núcleos da Rede Xique Xique e sua atuação em rede.....	35
Figura 4 - Fluxograma Rede Xique Xique	37
Figura 5 - Mapa da Região Mato Grande-RN.....	41
Figura 6 - Mapa da Região Açú-Mossoró.....	42
Figura 7 - Feira agroecológica da Rede Xique Xique	89
Figura 8 - Oficina sobre agroecologia em São Miguel do Gostoso, 2015	93
Figura 9 - Exibição do documentário: Conversa de Feira: Economia Solidária e Feminista no RN, na oficina de construção dos indicadores feministas (Encontro Estadual da RESF/RN)	95
Figura 10 - Oficina de viabilidade associativa e autogestionária	97
Figura 11 - O cenário da economia solidária no Brasil.....	101

LISTA DE TABELAS E QUADROS

TABELAS

Tabela 1 - Tipos de redes de empreendimentos solidários.....	109
--	-----

QUADROS

Quadro 1 - Categorias de Análise	20
Quadro 2 - Redes Locais Estaduais que compõem a Rede Nacional	27
Quadro 3 - Etapas da organização e fortalecimentos das redes, arranjos e cadeias	29
Quadro 4- Perfil das mulheres entrevistadas	43
Quadro 5 - Grupos Produtivos de Mulheres da RXX, apoiados pelo Projeto RESF RN	52
Quadro 6 - Tipos de Aprendizagens.....	67
Quadro 7 - Mapeamentos dos grupos.....	105
Quadro 8 - Princípios de uma rede solidária	109

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AACC	Associação de Apoio as Comunidades do Campo
AMMAR	Associação de Mulheres Marisqueiras do Rio do Fogo
APLs	Arranjos produtivos locais
APT	Associação dos Parceiros e Parceiras da Terra
ASDAR	Associação de Desenvolvimento do Artesanato Rural
CADSOL	Cadastro de Empreendimentos Econômicos Solidários
CEAHS	Centro de Educação e Assessoria Herbert de Souza
CF8	Centro Feminista 08 de Março
CNES	Conselho Nacional de Economia Solidária
COOPERMUPS	Cooperativa de Mulheres Prestadoras de Serviços
ECOSOL	Economia Solidária
EES	Empreendimentos de Economia Solidária
FBES	Fórum Brasileiro de Economia Solidária
FIT	Ficha de informação da trabalhadora
FOPP	Fórum de Políticas Públicas
FSM	Fórum Social Mundial
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
MAPA	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MDA	Ministério de Desenvolvimento Agrícola
MMM	Marcha Mundial das Mulheres
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego
OPAC	Organismo Participativo de Avaliação de Conformidade
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PAIS	Produção Agroecológica Integrada e Sustentável
PTDRS	Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável
RESF/RN	Rede de Economia Solidária e Feminista do Rio Grande do Norte
RN	Rio Grande do Norte
RXX	Rede Xique Xique de Comercialização
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio a Micro e Pequenas Empresas

SENAES	Secretaria Nacional de Economia Solidária
SISORG	Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade Orgânica
SIES	Sistema Nacional de Informação da Economia Solidária
SPG	Sistema Participativo de Garantia
SPM	Secretaria de Políticas para as Mulheres

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
HISTÓRICO DA PESQUISA.....	17
APRESENTAÇÃO	21
1 TECENDO A REDE COM AS PRÓPRIAS MÃOS: COMO COMEÇA ESSA HISTÓRIA	22
1.1 Rede de Economia Solidária e Feminista: Puxando o Fio da Meada.....	22
1.1.1 Caracterização da experiência.....	23
1.1.2 Instâncias políticas da RESF	24
1.1.3 Os núcleos estaduais.....	28
1.2 A Rede Xique-Xique de Comercialização Solidária	33
1.3 Dinâmicas Territoriais: Lugares de Construção e Constituição de Sujeitos	39
1.3.1 Conhecendo as mulheres entrevistadas	43
1.3.2 Quem são as mulheres entrevistadas?	45
2 OS CAMINHOS DA EDUCAÇÃO NÃO-FORMAL: CONSTRUÇÃO DE NOVOS (AS) SUJEITOS (AS).....	55
2.1 Educação Não Formal no Brasil.....	55
2.2 Educação Não Formal: O Percorrer da Construção de um Conceito	57
2.3 Educação Formal, Educação Informal, Educação Não Formal.....	59
2.4 Educação em Movimento: Contribuições da Economia Solidária	63
2.5 Educação Não Formal e Economia Solidária: O Que Podemos Aprender com as Práticas?.....	66
2.6 Educação Não Formal: Como se Faz?	70
2.7 Educação Não Formal: Quem Educa?.....	71
3 EDUCAÇÃO NÃO FORMAL: CONTRIBUINDO PARA O DESENVOLVIMENTO DE LIBERDADES	75
3.1 Facilidades econômicas e liberdade política	77
3.2 Influência da Participação Social e Política: Contribuições na Construção da Autonomia ..	81

3.3	A condição de agente das mulheres	85
3.4	Espaços de aprendizagem: Onde se aprende?	87
3.4.1	A feira: lugar de encontros e tramas	88
3.4.2	Reuniões como espaço de sociabilidade	93
4	MULHERES ATUANDO EM REDE NA ECONOMIA SOLIDÁRIA	99
4.1	Economia Solidária no Brasil.....	99
4.2	Mulheres na Economia Solidária	103
4.3	Para entender redes.....	107
4.4	Redes de colaboração solidária	108
4.5	Redes de Mulheres: Espaços de empoderamento.....	111
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	117
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	120
	APÊNDICE	130

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa buscou analisar as ações desenvolvidas pelo projeto Rede de Economia Solidária e Feminista do Rio Grande do Norte (RESF/RN), no campo da educação não-formal, com mulheres que participam de grupos produtivos que fazem parte da Rede Xique Xique de Comercialização (RXX).

A criação do projeto RESF/RN surgiu como ampliação do projeto Brasil Local – Economia Solidária em Desenvolvimento, desenvolvido no período de 2010 a 2012, integrante de uma das ações da SENAES – Secretaria Nacional de Economia Solidária – do MTE – Ministério do Trabalho e Emprego, voltado para o mapeamento e formação em economia solidária e feminista de grupos produtivos de mulheres. Este trabalho foi desenvolvido pela Guayi, organização social, com sede central em Porto Alegre/RS.

O projeto se propôs potencializar a auto-organização dos grupos produtivos de mulheres, possibilitando aprendizados relacionados às dimensões: econômica, autogestionária, associativa, ambiental e feminista, além da articulação com políticas públicas de capacitação e qualificação profissional, específicas para mulheres, como o Pronatec. As formações foram realizadas a partir de metodologias participativas envolvendo diretamente as mulheres na construção dos instrumentos de ação para fortalecimento da Rede.

A educação não formal está presente nesse contexto, permeando todos os processos educativos, na perspectiva de desenvolver capacidades materiais, institucionais, organizativas e culturais das pessoas e dos grupos, para vida social (CENDALES E MARIÑO, 2016).

A modalidade de educação, aqui abordada, nos remete a formação ampliada dos sujeitos, trazendo a reflexão sobre outras formas e outros espaços de aprendizado, entendendo que o meio também educa, sem necessariamente dissociar a relação educando e educador.

Neste mesmo sentido, a proposta da economia solidária se inscreve no exercício de conscientização do indivíduo sobre seu papel social, buscando contribuir na construção de um outro jeito de se relacionar mais humanamente com as esferas econômica, ambiental, social, cultural e política.

A RXX, desde a sua constituição, sempre se dedicou a formação das mulheres, através do trabalho enquanto princípio educativo, incentivando a inserção destas nos espaços de participação política e controle social, ocupando-se, também, de fomentar a auto-organização dos grupos produtivos femininos para o enfrentamento à lógica mercadológica voltada

exclusivamente para o lucro. Com o apoio do projeto RESF/RN, a RXX vem conseguindo ampliar o debate sobre a economia solidária incorporando reflexões trazidas pela economia feminista, principalmente a necessidade de colocar a reprodução humana na centralidade do viés econômico, envolvendo o debate sobre a divisão sexual do trabalho e a necessidade de construir valores sociais para “a produção do viver”.

A autogestão é um dos princípios fundamentais praticados na economia solidária e tem como característica o estabelecimento de relações mais igualitárias e de valorização entre homens e mulheres. Entretanto, ainda é muito difícil o seu exercício nos grupos solidários, pois mesmo agindo numa lógica contrária ao capital, neste contexto, as mulheres ainda continuam exclusivamente responsáveis pelos trabalhos domésticos e de cuidados, mesmo acumulando trabalho remunerado fora de casa (NOBRE, 2015).

Apesar de apresentar um cenário muitas vezes contraditório, reproduzindo na esfera do trabalho, relações que inferiorizam o papel da mulher enquanto sujeita e estabelecendo para estas alguns limites, a economia solidária se mostra como um horizonte possível para construção de sua autonomia e participação. A inserção feminina neste contexto desvela a importância das mulheres para esfera econômica, colocando em pauta a esfera reprodutiva como essencial para produção da vida, publicizando o espaço privado na sociedade, oportunizando assim uma outra leitura sobre a relação entre homens e mulheres na economia solidária, resignificando-a (BONUMÁ, 2015).

A escolha do tema surgiu, enquanto agente formadora e em formação, da necessidade de compreender que tipo de educação se processa nas práticas formativas desenvolvidas pelas iniciativas de economia solidária, em primeiro plano; e em segundo plano, tentar compreender quais contribuições as mulheres trazem para economia solidária a partir de sua participação.

O enfrentamento aos desafios colocados para a construção da economia solidária com uma perspectiva feminista exige que as mulheres busquem superar seus próprios limites, de modo que possam assumir outros lugares, exercitando novas práticas e vivências de igualdade e de autonomia (NOBRE, 2013).

Além da geração de renda feminina, os benefícios sociais provenientes da independência da mulher trazem mais impactos para a família do que as ações decorrentes das liberdades alcançadas pelos homens, principalmente pelo fato de conseguir dedicar seus esforços as duas esferas, produtiva e reprodutiva de forma simultânea, garantindo bem estar para todos que estão próximos. Nesse sentido a condição de agente das mulheres se constitui como um dos principais requisitos para sua mudança social, refletindo principalmente no uso

de sua liberdade individual e nas suas relações sociais (SEN, 2010).

Mediante a referida evidência, a educação não formal e a economia solidária valorizam a liberdade de escolha dos indivíduos, coincidindo com a proposta do autor que defende a liberdade como a possibilidade das pessoas assumirem uma postura mais ativa, comportando-se de acordo com seus valores e princípios (SEN, 2010).

Diante do exposto, essa investigação partiu das seguintes hipóteses: i) as práticas educativas não formais vivenciadas pelas mulheres são capazes de desenvolver novas habilidades e conhecimentos para elas; ii) os processos formativos promovidos a partir da economia solidária podem provocar o exercício da participação das mulheres, mesmo considerando a possibilidade de ser mais um espaço de adequação destas a condição subalterna no trabalho e na sociedade; iii) a participação política e social das mulheres pode influenciar no desenvolvimento de liberdades e na sua condição de agente.

Apesar da economia solidária apresentar um contexto ainda contraditório com relação à divisão sexual do trabalho, caracteriza-se como um espaço de inclusão social e de construção de autonomia para as mulheres.

O principal objetivo do estudo foi verificar como as práticas educativas, oportunizadas por esta experiência, se propunham contribuir para o exercício da participação social e política das mulheres e o desenvolvimento de suas liberdades.

Em relação aos objetivos específicos do trabalho, buscamos: identificar quais são as práticas educativas não formais e os espaços de aprendizagem; identificar de que forma as atividades formativas podem influenciar no desenvolvimento das mulheres; verificar quais estratégias estão sendo utilizadas para articulação das redes locais em uma rede nacional de economia solidária e feminista.

HISTÓRICO DA PESQUISA

A pesquisa foi dividida em três momentos: Levantamento bibliográfico, pesquisa documental e trabalho de campo. Sobre o referencial teórico, foram pesquisadas algumas categorias centrais: educação não-formal, desenvolvimento como liberdade, empoderamento¹ e redes de economia solidária, em destaque as leituras de Gohn (2004, 2006, 2007, 2008, 2009, 2011, 2014), Sen (2000) e Mance (2001, 2002), respectivamente.

Apesar do reconhecimento de sua existência enquanto área de atuação desde a década de 1970, o conceito de educação não-formal não está consolidado, reforçando a necessidade de visibilizar a importância deste espaço na construção do conhecimento, que vem sendo criado e recriado em diferentes momentos e locais, principalmente pelos seus participantes (educandos e educadores). Sobre a temática, foi pesquisado a construção do conceito, práticas, espaços, metodologias e quem a realiza.

Em relação à temática da economia solidária, acessamos esse universo durante a graduação, quando a autora integrou projeto de extensão universitária, como bolsista, em uma incubadora de cooperativas populares - ITCP, financiada com recursos do PRONINC², na Universidade do Estado da Bahia, entre os anos de 2005 a 2007. Após essa experiência compomos a equipe técnica da SETRE/SESOL³, no período compreendido entre 2008 e 2012, onde contribuimos para conformação da política pública de economia solidária na Bahia.

A partir da experiência como assessora técnica da RESF/RN, entramos em contato com a discussão sobre a economia feminista⁴, atuando com grupos produtivos de mulheres que fazem parte da RXX, o que despertou o interesse na autora em aprofundar problemáticas que perpassam pela influência da participação na construção da autonomia das mulheres, seja no campo político, pessoal ou econômico e do feminismo.

A vivência de outros valores e de outra cultura no contexto de uma atividade econômica, que é essencial para a sobrevivência, mas que não é o único fim da vida, trouxe a necessidade de compreender que tipo de desenvolvimento estava sendo almejado e como

¹ Siqueira (2014) aborda 3 níveis ou sujeitos de empoderamento em sua pesquisa: empoderamento individual, grupal ou organizacional, e o comunitário. Segundo a autora, a experimentação de um ou mais de um tipo de empoderamento em determinados contextos pode influenciar em maior ou menor grau de desenvolvimento.

² Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares,

³ Superintendência de Economia Solidária da Secretaria do Trabalho, Renda e Esporte do Estado da Bahia.

⁴ A economia feminista é um campo das ciências econômicas e sociais que compreende o estudo do pensamento econômico a partir da invisibilidade das mulheres, bem como a ressignificação do trabalho como responsabilidade de todos, considerando o mercado informal, o trabalho doméstico, a divisão sexual do trabalho na família e fundamentalmente agregando a esfera reprodutiva como essencial a existência humana (NOBRE 2002).

poderia ser materializado, através da articulação em uma rede composta majoritariamente por mulheres, cujo propósito é atuar nacionalmente, visando principalmente à solução de dificuldades de ordem econômica e de privações das mulheres. Neste mesmo sentido, Sen (2000) reflete sobre desenvolvimento, baseado na superação das privações, inclusive no que diz respeito à privação de consciência crítica dos sujeitos.

O trabalho de campo foi realizado em três etapas, dois momentos em junho de 2016, em São Miguel do Gostoso e um último momento em novembro de 2016, em Mossoró. No total foram feitas 11 entrevistas, todas gravadas e transcritas. 09 dessas entrevistas foram realizadas com as mulheres dos grupos auto-organizados localizados em assentamentos e unidades familiares das zonas rurais dos municípios de São Miguel, Mossoró, Tibau e Grossos, incluindo duas lideranças e duas técnicas da RXX.

Para esse momento da pesquisa, utilizamos um roteiro semi-estruturado. As informações obtidas quando da participação da pesquisadora em várias atividades da rede também foram fundamentais para esse trabalho, a saber: nas reuniões do conselho diretor e gestor da RXX, reuniões do conselho gestor da RESF nacional, as visitas a feira agroecológica de São Miguel do Gostoso e Mossoró, a participação nas oficinas de viabilidade econômica, associativa, feminista e autogestionária e na oficina de construção do plano de sustentabilidade da RXX e da RESF Nacional. Também a contribuição na construção dos encontros estaduais da RESF RN e dos atos políticos do 8 de março - Dia Internacional da Mulher no estado do Rio Grande do Norte (RN), participação na elaboração da conferência temática de mulheres da economia solidária no RN, a participação em duas edições da Feira Latino Americana de Economia Solidária em Santa Maria-RS e encontros nacionais de intercâmbio da RESF Nacional. Tendo em vista que durante o período de 2013 a 2016 tivemos a oportunidade de compartilhar fatos e uma diversidade de acontecimentos que foram refletidos ao longo da investigação, consideramos cada uma dessas instâncias como espaços de aprendizagem, nos quais as vivências e as participações geram a própria formação.

Além das entrevistas e a participação em reuniões, oficinas, encontros e seminários, também foi realizado um levantamento bibliográfico no acervo da RXX e da RESF, a fim de coletar materiais e conteúdos sistematizados que enriquecessem a pesquisa. Alguns desses documentos foram trabalhados no texto e outros estão anexados à dissertação.

Procurando relacionar a economia solidária e o desenvolvimento como liberdade escolhemos o estudo de um caso, que traz em seu cotidiano o exercício da educação não-formal, através da educação popular em uma experiência prática.

Segundo Yin (2001), o estudo de caso representa uma investigação empírica e compreende um método abrangente, com a lógica do planejamento, da coleta e da análise de dados. Pode incluir tantos estudos de caso único quanto de múltiplos, assim como abordagens quantitativas e qualitativas de pesquisa.

A escolha das entrevistadas teve como critérios: o nível de engajamento e participação em espaços políticos (fóruns, partidos políticos, movimentos sociais e colegiados territoriais) há mais de 5 anos, o acesso a educação formal em qualquer nível, participação em grupos da RXX e comercialização na feira agroecológica, do núcleo da RXX, em seus municípios.

Trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa e por meio desta perspectiva, é possível significar os valores, as crenças, as representações e as atitudes, além de permitir perceber como o ser humano se distingue não só por agir, mas pensar sobre o que faz e por interpretar suas ações dentro e a partir da realidade vivida e partilha com seus iguais (MINAYO, 1994).

A entrevista semiestruturada foi a técnica de coleta de dados escolhida para essa investigação, por entender que contribui para a realização de sondagens e permite colher informações básicas sobre o problema estudado, além do seu próprio caráter possibilitar ir além das perguntas dirigidas e aprofundar, de acordo com as respostas das entrevistadas.

Para Manzini (1990/1991, p. 154), a entrevista semiestruturada:

Está focalizada em um assunto sobre o qual confeccionamos um roteiro com perguntas principais, complementadas por outras questões inerentes às circunstâncias momentâneas à entrevista [...] esse tipo de entrevista pode fazer emergir informações de forma mais livre e as respostas não estão condicionadas a uma padronização de alternativas. Um ponto em destaque se refere à necessidade de perguntas básicas e principais para atingir o objetivo da pesquisa.

O autor enfatiza que é possível planejar como será feita a coleta de dados através da construção de um roteiro prévio que atinja os objetivos estabelecidos, além de servir também como meio para o pesquisador se organizar para o processo de interação com o entrevistado (a).

Na análise das entrevistas foram estabelecidas categorias discursivas buscando perceber se foram gerados saberes a partir das participações e vivências das mulheres nos processos educativos. Para explicitar a análise, estabelecemos a relação de categorias e subcategorias, tendo como parâmetro as falas das entrevistadas, relacionando também às temáticas abordadas na parte teórica.

Quadro 1 - Categorias de Análise

Categorias	Subcategorias
Participação	Participação em reuniões, fóruns, partidos políticos, sindicatos, conselhos
	Acesso a informação
	Auto-organização coletiva (grupos)
Autonomia	Política
	Econômica
Aprendizados em rede	Identidade
	Processos Formativos
	Autogestão
Empoderamento	Mulher como sujeita
	Emancipação
	Conquistas
	Laços de amizade
	Liberdade
	Solidariedade
Espaços de Aprendizagem	Feira
	Reuniões
	Oficinas
	Encontros
	Cursos
	Seminários

Fonte: Elaboração própria.

As categorias escolhidas foram: participação, autonomia, empoderamento, aprendizados em rede e espaços de aprendizagem. Essas categorias foram tratadas ao longo do texto, estabelecendo um diálogo entre as observações realizadas no campo e a fundamentação das bases teóricas.

APRESENTAÇÃO

O texto está estruturado em 04 capítulos, sendo o primeiro dedicado à apresentação da experiência da Rede de Economia Solidária e Feminista e as ações desenvolvidas junto aos grupos de mulheres da RXX. Destacamos que a estruturação da Rede ultrapassa a condição de dependência de um projeto apoiado com recursos públicos, e se configura como uma iniciativa que se propõe alcançar sua consolidação e sustentabilidade como espaço estratégico e de articulação para os grupos e para as mulheres envolvidas. Apresentamos também a caracterização da RXX para situar o contexto onde se insere a pesquisa, bem como o perfil das mulheres que foram entrevistadas, destacando alguns elementos importantes de suas vidas e uma breve descrição dos territórios onde vivem. Ainda nesse capítulo trazemos o debate sobre a economia feminista e a divisão sexual do trabalho como viés primordial para mudar a condição das mulheres na sociedade a partir da leitura de Faria e Nobre (2002) e Hirata e Kergoat (2007).

O segundo capítulo foi dedicado à discussão teórica sobre a educação não-formal, abordando a construção do conceito, suas práticas, espaços, metodologias e o papel do educador social. Analisamos também, os movimentos sociais enquanto sujeitos educativos, destacando a economia solidária, como lugar das práticas de educação não formal.

No capítulo seguinte, trabalhamos o conceito de desenvolvimento como liberdade, sob a ótica de Sen (2010), demonstrando os ambientes onde ocorrem as práticas educativas não formais, e como elas podem influenciar a participação política e social das mulheres, ocasionando em seu comportamento como agente.

No quarto capítulo, apresentamos brevemente o contexto da economia solidária no Brasil e destacamos a importância da inserção das mulheres em redes de colaboração solidária, como possibilidade de inclusão social, econômica e política e suas contribuições para o empoderamento feminino.

Por fim, nas considerações finais demonstramos os resultados alcançados através da interlocução dos aspectos teóricos e a pesquisa de campo.

1 TECENDO A REDE COM AS PRÓPRIAS MÃOS: COMO COMEÇA ESSA HISTÓRIA

1.1 Rede de Economia Solidária e Feminista: Puxando o Fio da Meada

Optamos por começar apresentando o contexto onde o estudo se insere, pois, entendemos que as discussões teóricas e as observações acumuladas no campo deveriam estabelecer conexões ao longo do texto.

Dessa forma não poderíamos deixar de situar o leitor sobre o lugar onde foram desenvolvidas as ações que balizam esse trabalho, como também apresentar as protagonistas da nossa história.

Figura 1 - 3º Encontro Estadual da Rede de Economia Solidária do RN



Fonte: Arquivo da autora.

1.1.1 Caracterização da experiência

O Projeto Economia Solidária e Economia Feminista foi desenvolvido pela GUAYI, Organização Social do Rio Grande do Sul, no período de março de 2010 a dezembro de 2012. Foi uma das ações do Projeto Brasil Local: Economia Solidária e Desenvolvimento da SENAES/MTE - Secretaria Nacional de Economia Solidária do Ministério de Trabalho e Emprego, voltado ao fortalecimento das iniciativas de geração de trabalho e renda constituídas por mulheres, de forma associativa e solidária, a partir da ação de Agentes de Desenvolvimento⁵. Com o apoio de parcerias locais, foi realizado em 9 estados: Rio Grande do Sul, Paraná, São Paulo, Rio de Janeiro, Distrito Federal, Pernambuco, Ceará, Rio Grande do Norte e Pará, abrangendo as 5 regiões do país. A primeira etapa do projeto teve como passo inicial a identificação de uma amostra de 360 empreendimentos compostos majoritariamente por mulheres, buscando contemplar a diversidade regional, cultural e étnica representativa da realidade da economia solidária em nosso país.

Além disto, foram realizadas atividades de formação em economia solidária e feminista, bem como a discussão da política pública de fomento a partir da realidade das mulheres. O objetivo final foi a visibilidade, o fortalecimento e a valorização dos empreendimentos femininos, dentro de uma estratégia de qualificação da política pública, para que chegasse mais perto da realidade das mulheres. Na finalização deste ciclo foi aplicado um diagnóstico produtivo para discussão de uma proposta de sustentabilidade e a articulação dos empreendimentos na Rede de Economia Solidária e Feminista, proposta pela Guayi, a partir do acúmulo através da experiência do Projeto Brasil Local feminista, construído com as agentes, as articuladoras e os empreendimentos.

Como desdobramento deste primeiro projeto, a organização passou a apoiar e fortalecer estratégias de produção, comercialização e consumo solidário dos grupos produtivos de mulheres mapeados, articulando-os em redes locais/estaduais em um projeto nacional, com início das ações em 2013 e finalização em 2016, sendo que as redes locais continuam sendo fomentadas nos Estados mesmo sem aportes financeiros públicos, contando com esforços próprios e parcerias locais. Esses dois projetos formaram parte das atividades de

⁵ Agente Local de Desenvolvimento Solidário é aquele/a que atua nas comunidades e no fomento e acompanhamento de empreendimentos econômicos solidários, mobilizando e apoiando a construção de estratégias de desenvolvimento local permeadas pela economia solidária (CARTILHAS BRASIL LOCAL, 2009).

construção de uma política pública específica para mulheres que ganhou contornos na SENAES, em parceria com a SPM – Secretaria de Políticas para as Mulheres – e MDA – Ministério de Desenvolvimento Agrário. Importante destacar que na gestão política atual o MDA, a SPM e a SENAES foram extintas, passando a condição de secretarias e subsecretarias, com reduzida dotação orçamentária, no final do ano de 2016, proveniente de um golpe orquestrado pela base aliada pmdebista, ao governo da presidenta Dilma, representando o desmonte de políticas sociais construídas ao longo de 13 anos da gestão do PT.

Dessa forma, a partir das demandas que foram identificadas, origina-se a Rede de Economia solidária e Feminista, constituída para fomentar a auto-organização das mulheres e para mostrar a capacidade de trabalho e de gestão das mulheres na economia solidária. Além disso, também articular projetos que fortaleçam a potencialidade econômica de suas iniciativas e, ao mesmo tempo, para contribuir na formulação de políticas públicas específicas para geração de trabalho e renda para as mulheres.

1.1.2 Instâncias políticas da RESF

A rede está sendo construída a muitas mãos, buscando desenvolver processos de forma mais orgânica. Para isso vem se estruturando a partir de instâncias organizativas que deliberam sobre sua constituição:

Conselho Gestor Nacional

A rede tem sua representação constituída a partir do desenho de uma mandala, da qual o centro é seu conselho gestor nacional, que constitui a instância nacional de coordenação da RESF, o qual define seu planejamento estratégico, suas prioridades e planos de ação. Reúne representantes das redes/APLs/cadeias produtivas, da base nacional e das bases estaduais. É o espaço onde as informações das redes e das bases são socializadas (andamento do passo-a-passo de fomento as redes, construção de parcerias, demandas e questões específicas, diálogo com as políticas públicas, etc.) visando a troca de experiências, a elaboração coletiva, a orientação das ações da RESF nos Estados e sua construção como rede nacional. Além disso, o conselho gestor nacional tem também a tarefa de elaborar as diretrizes e de planejar os caminhos para a sustentabilidade econômica, estrutural e organizativa da rede.

Figura 2 - Legenda da Mandala RESF

MANDALA DA ORGANIZAÇÃO DA RESF NACIONAL
Guayí + Equipe Nacional + Conselho Gestor Nacional da RESF + Parceiros Públicos
12 Bases de Economia Solidária e Feminista (Equipes e espaços de trabalho nos estados)
Redes Internas, Arranjos Produtivos Locais e Cadeias Produtivas Fomentadas pela RESF.
9 Núcleos Estaduais de Articulação Política e Apoio Organizacional
Entidades, Instituições e Órgãos Parceiros da Rede de Economia Solidária e Feminista nos estados

Conselhos Gestores das Redes Locais, Arranjos Produtivos Locais e Cadeias Produtivas

Os conselhos gestores são os espaços permanentes de discussão e decisão sobre as questões importantes para a vida de cada rede/APL/cadeia, na busca de resultados econômicos e sociais para os empreendimentos integrantes das mesmas. Contribui para a implementação das ações de integração produtiva dos empreendimentos em rede, no fortalecimento das redes e na sua integração na construção do desenvolvimento local/territorial sustentável, solidário e feminista. A partir das dificuldades e desafios que são comuns, o conselho pode apostar na construção de estratégias e mecanismos de comercialização, na realização de parcerias que possam resolver problemas técnicos, de qualificação, de produção e de gestão, em benefício do conjunto de empreendimentos. A dinâmica de cada um dos conselhos gestores é própria, mas a orientação é que se reúnam mensalmente, com a participação dos empreendimentos que integram a rede, como o espaço permanente de aprendizado coletivo e de autogestão da rede.

Quadro 2 - Redes Locais Estaduais que compõem a Rede Nacional

Rede Local Apoiada	Estado	Rede de Economia Solidária e Feminista Nacional	
Rede Industrial de Confecção Solidária- RICS	Rio Grande do Sul		Rede de Economia Solidária e Feminista Nacional
Rede Quilombola de Economia Solidária e Feminista			
Rede Sopapo de Comunicação e Produção Cultural			
Associação dos Empreendimentos em Rede do Rio Grande do Sul -EMREDE-RS			
Arranjo Produtivo Local de Bagé			
Arranjo Produtivo Local de Pelotas			
Arranjo Produtivo Local das Torres			
Rede Missioneira da Agricultura Familiar – REMAF			
Rede Artesanato RS			
Rede de Educação Popular e Economia Solidária do Paraná - REDEP	Paraná		
Rede Pinhão de Clubes de Troca			
Associação de Mulheres da Economia Solidária – AMESOL	São Paulo		
Cadeia produtiva da Banana do Vale do Ribeira			
Associação Agroecológica de Teresópolis – ATT	Rio de Janeiro		
Rede Produtiva de Economia Solidária do Complexo do			

Alemão – REPESOL/CARJ		
Rede de Economia Solidária e Feminista do Rio de Janeiro – RESF-RJ		
Rede Pequim de Comercialização	Distrito Federal	
Rede Candanga de Confecção		
Associação de Mulheres Produtoras de Olinda – AMPO	Pernambuco	
Rede Mulheres Produtoras do Recife e Região Metropolitana		
Rede de Economia Solidária e Feminista do Pernambuco – RESF-PE		
Rede Xique Xique	Rio Grande do Norte	
Rede Estrela de Iracema	Ceará	
Rede Cabocla de Economia Solidária e Feminista	Pará	
Rede Arte na Praça		

Fonte: Elaboração própria com base nos documentos da RESF.

1.1.3 Os núcleos estaduais

Os núcleos estaduais constituem o espaço de articulação política da RESF em cada estado, onde as redes locais, arranjos produtivos locais, cadeias produtivas e parcerias podem se encontrar e se apropriar da totalidade da RESF no Estado, interagindo com sua construção. É o espaço de aprofundamento do debate sobre sua organização, nas ações conjuntas de articulação política, de cidadania, de relações de cooperação solidária e de cuidados. Também propicia a troca de experiências, o intercâmbio e a articulação entre os empreendimentos e redes. É o espaço no qual dialogamos com os parceiros para elaboração e construção de ações conjuntas para o fortalecimento dos empreendimentos e redes e para somar forças para o encaminhamento das demandas que são comuns, além da formação em economia solidária e feminista, e o monitoramento e avaliação das ações de fomento. Com isso constitui-se num espaço de socialização dos resultados e de controle social sobre o projeto de fomento à RESF.

Princípios que fundamentam a RESF

- Visibilidade e valorização do trabalho da mulher
- Reconhecimento da esfera reprodutiva e de cuidados como indispensável para o bem viver e para o desenvolvimento sustentável e democrático da sociedade
- Empoderamento e autonomia econômica das mulheres na perspectiva da igualdade de gênero
- Economia Solidária como trabalho autogestionário, associativo em cooperação na perspectiva de um outro modelo de desenvolvimento

sustentável e solidário

- Construção da economia solidária e feminista como alternativa ao capitalismo patriarcal e a divisão sexual do trabalho, como uma economia voltada para o bem viver de todos (GUAYI, 2017).

Quadro 3 - Etapas da organização e fortalecimentos das redes, arranjos e cadeias

Etapas	Ações
Termo de adesão a RESF	Assinatura de termo de compromisso
Diagnóstico produtivo do empreendimento	Análise da capacidade produtiva do empreendimento e o tipo de produção
Ficha de informação da trabalhadora	Cadastro das mulheres
Reconhecer e definir o desenho das redes, arranjos e cadeias, descrevendo seu funcionamento.	Definição do formato da rede a ser apoiada
Formação e fortalecimento dos conselhos gestores das redes locais	Composição dessas instâncias políticas nos Estados
Estudo de viabilidade econômica e ambiental	Oficinas de formação
Estudo de viabilidade associativa e de autogestão	
Construção, debate e aplicação dos indicadores feministas.	
Construção do plano de sustentabilidade da RESF	
Sistematização da experiência das bases de economia solidária e feminista e da metodologia de assessoramento técnico	Sistematização da experiência para publicação dos resultados

Fonte: Elaboração própria.

Partindo da experiência das mulheres na economia solidária e tendo a economia feminista, que se fundamenta no bem-estar de todas as pessoas, relacionada como eixo estruturante, a rede feminista privilegia construções onde possam se potencializar os ganhos econômicos através de processos participativos, visando o fortalecimento dos grupos de mulheres na realização do trabalho solidário e na sua formação política, incentivando a inserção destas nos espaços de participação e controle social.

A economia feminista adiciona um novo olhar sobre a economia, trazendo a produção da vida para o centro do debate econômico, envolvendo a divisão sexual⁶ do trabalho e a

⁶A divisão sexual do trabalho é a forma de divisão do trabalho social decorrente das relações sociais entre os

necessidade de construir valores sociais para “a produção do viver”, como evidenciam Faria e Nobre (2013):

O aporte da economia feminista é tornar visível a contribuição das mulheres à economia. São pesquisas que consideram o trabalho de forma mais ampla, incluindo o mercado informal, o trabalho doméstico, a divisão sexual do trabalho na família, e integram a reprodução como fundamental a nossa existência, incorporando saúde, educação e outros aspectos relacionados com temas legítimos da economia (FARIA e NOBRE, 2003, p.13).

Essa divisão é organizada a partir de dois princípios: separação e hierarquia, separando por tipo e valor, o que é de homem e o que é de mulher. Assim, os gêneros são considerados apenas pelo fator biológico, de acordo com a ideologia naturalista que reduz as práticas sociais a papéis sociais sexuais (HIRATA e KERGOAT, 2007).

É preciso que sejam reconhecidas as questões que remetem a mulher a um lugar inferior na sociedade, que reproduzem mais desigualdades e opressão. Para que esse contexto seja modificado ele precisa ser evidenciando e colocado em pauta de forma a contribuir para um papel mais ativo das mulheres (BONUMÁ, 2015).

Apesar dos avanços e das conquistas em relação às questões ligadas ao bem-estar feminino, relacionados à melhoria da condição da mulher e à busca pela igualdade de gênero, ainda nos dias atuais, o esforço dos movimentos feministas contemporâneos em apresentar pautas que possam inserir as mulheres em um papel mais ativo na sociedade não tem garantido que os trabalhos domésticos e de cuidados sejam considerados como trabalho e compartilhados entre as pessoas que deles se utilizam. As mulheres ainda são as principais responsáveis pelo trabalho doméstico e de cuidados, na esfera reprodutiva, no espaço privado, e os homens continuam sendo considerados os únicos provedores econômicos da família, na esfera produtiva e no espaço público (SEN, 2010).

Essa forma de abordagem feminista trouxe para a Rede Xique-Xique a necessidade de aprofundar tais questões e praticá-las no interior de cada grupo de mulheres, integrante da Rede. A rede está presente em nove Estados brasileiros, compreendendo São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Rio Grande do Norte, Paraná, Ceará, Pernambuco, Distrito Federal e o Pará.

sexos; mais do que isso, é um fator prioritário para a sobrevivência da relação social entre os sexos. Essa forma é modulada histórica e socialmente. Tem como características a designação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva e, simultaneamente, a apropriação pelos homens das funções com maior valor social adicionado (políticos, religiosos, militares etc.)” (KERGOAT E HIRATA, 2007).

No Rio Grande do Norte, a Rede Xique Xique compõe a Rede de Economia Solidária e Feminista do RN, que, por sua vez, tem como pilares de sua organização o Feminismo, a Economia Solidária e a Agroecologia. A equipe da base RN é composta por uma coordenação, uma assessora técnica e uma agente de desenvolvimento que articulam as ações junto aos grupos de mulheres, realizam articulação com parcerias e participam dos espaços políticos. Estão situadas nos municípios de Mossoró, Natal e São Miguel do Gostoso, respectivamente. Para apoio à gestão e articulação da Rede de Economia Solidária e Feminista do Rio Grande do Norte, foi formado um núcleo estadual com a participação das parcerias locais e estaduais, objetivando contribuir nas ações de fortalecimento das ações dos grupos de mulheres da Rede Xique Xique de comercialização. Fazem parte deste núcleo: Associação de Apoio as Comunidades do Campo (AACC), Marcha Mundial de Mulheres (MMM), Projeto Economia Solidária do Rio Grande do Norte, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), Fórum Potiguar de Economia Solidária e o Centro Feminista 08 de Março - CF8.

Os grupos produtivos de mulheres acompanhados pela Rede de Economia Solidária e Feminista do RN em articulação com Rede Xique Xique estão presentes em dois Territórios do Rio Grande do Norte, que são o Açu-Mossoró (Associação de Mulheres Apicultoras Pico Estreito e Tiradente); ASDAR – Associação de Desenvolvimento do Artesanato Rural; Associação de Mulheres Pescadoras e Artesãs de Grossos; Cooperativa de Mulheres Prestadoras de Serviços (Coopermups); Anjos de Resgate; Caminhando com Cristo; Grupo de Mulheres Decididas a Vencer; Grupo Estrela do Amanhã; Cootipesca e Reciclagem) e o Mato Grande (Grupo de Mulheres Unidas Venceremos; Associação Rosas de Saron; Associação de Mulheres Agrícolas em Ação; Núcleo Agroecológico; Associação de Mulheres; Marisqueiras do Rio do Fogo (AMMAR); Grupo de Artesanato de Tabua; e Grupo de Mulheres e Produtoras de Hortaliças Agroecológicas.

Limites e Desafios

Dos limites vivenciados pelo projeto temos a reduzida composição da equipe técnica, contando apenas com 3 profissionais, sendo 1 coordenadora, 1 agente de desenvolvimento e 1 assessora técnica, considerando a especificidade da rede apoiada no RN que esta situada em vários municípios, esse aspecto dificultou o acompanhamento mais frequente aos grupos principalmente pelo montante de recursos incipientes para as ações, contando com parcerias para execução das atividades. Esses fatores contribuíram consideravelmente para que a rede

caminhasse a passos lentos para sua conformação.

Tratando-se de um projeto financiado a partir de recursos públicos do governo federal, que não teve sua política pública consolidada como de Estado, o primeiro desafio que se coloca para a continuidade da iniciativa, perpassa pela viabilidade econômica e de sustentabilidade da rede nacional. Como desenvolver ações de fortalecimento às redes locais, contando com uma estrutura mínima para que as atividades aconteçam? Desde alimentação, transporte, estrutura física, equipe de formação, entre outros custos. Como garantir uma atuação da rede nacionalmente para comercialização dos produtos das redes locais, prevendo custos com logística, impostos, taxas, entre outros custos?

O apoio financeiro ao projeto teve final em dezembro de 2016, quando encerrou o período de execução das ações, já em prazo aditivo, pois o projeto estava previsto para ser desenvolvido ao longo de 2 anos e meio, chegando ao terceiro ano. Nesta oportunidade seria lançado um novo edital de apoio as redes, através da SENAES/MTE, na qual existia a possibilidade de acessar recursos para continuidades dos trabalhos. Por conta do processo de impeachment da presidenta Dilma, o presidente interino que assumiu iniciou um processo de desmonte das políticas sociais construídas ao longo de 13 anos de governo, Nessa conjuntura a SENAES acabou perdendo *status* de secretaria, assumindo a condição de subsecretaria com recursos limitados e que comprometeram ações futuras que estavam previstas, a exemplo do edital de apoio e fomento as redes e a política do PRONINC.

Diante desse panorama faz-se necessário que as iniciativas de economia solidária, busquem estratégias e formas criativas para continuar trabalhando por uma vida digna e justa, retroalimentando os princípios e práticas que conduzem o movimento.

Em todos os Estados onde a RESF está presente, o trabalho de mobilização e a articulação dos empreendimentos continuam sendo fortalecidos pelas equipes locais, contando com esforços próprios e as parcerias que foram sendo incorporadas ao longo da sua construção.

Dos desafios vividos, o principal foi a construção de todos os processos a muitas mãos, pois apesar da aprovação da proposta ter envolvido a submissão de um plano de trabalho com etapas e metas bem definidas, não tinha um manual de instruções ou uma receita pronta para seguirmos na execução das ações, se tratando de uma experiência pioneira. A equipe foi dando-se conta que estávamos criando algo novo, inovando na construção de uma política pública específica para as mulheres, qualificando a economia solidária através da economia feminista, sem falar na tentativa de "alinhamento" das distintas realidades nos

Estados, os níveis de envolvimento e compreensão da proposta por parte de toda equipe e entender que a equipe nacional não tinha a responsabilidade de dar respostas para os milhares de anseios que chegavam de cada Estado. Podemos afirmar que foi um processo de muita riqueza, onde todas conseguiram perceber que as realidades eram muito parecidas apesar de os contextos serem, em alguns casos, totalmente diferentes. O grande desafio que esta posto é a continuidade dos trabalhos a partir de esforços próprios das redes locais nos Estados em busca da sustentabilidade da RESF.

1.2 A Rede Xique-Xique de Comercialização Solidária

A Constituição da Rede Xique Xique de Comercialização esta atrelada diretamente a história do grupo de mulheres Decididas a Vencer, localizado no assentamento Mulungunzinho, em Mossoró/RN. As mulheres buscavam formas de gerar renda e optaram por produzir hortaliças sem o uso de agrotóxicos, todas já produziam individualmente para o consumo em seus quintais e o próximo passo foi se organizar coletivamente para comercialização. No ano de 1999, junto com o apoio de instituições de ensino e entidades locais, decidiram fundar uma associação informal, denominada APT (Associação dos Parceiros e Parceiras da Terra) com a intenção de escoar a produção sem a interferência de atravessadores ou intermediários, constituindo um grupo de "prossumidores"⁷, que retiravam suas cestas mensalmente por um valor fixo, em espaços cedidos por instituições parceiras, como Centro Feminista, AACC-RN, Terra Viva e Visão Mundial, em Mossoró.

Com o passar do tempo, percebendo o sucesso da iniciativa, grupos de áreas de assentamento de outros municípios como Baraúna, Apodi e Tibau se aproximaram e demonstraram interesse em também enviar seus produtos para serem comercializados no mesmo espaço, fomentando dessa forma, o surgimento do Espaço de Comercialização Xique Xique, no ano de 2003, inaugurando o primeiro ponto fixo de comercialização da economia solidária em Mossoró.

A Rede Xique-Xique, assim como seu ponto fixo em Mossoró, além de fomentar a economia solidária, contribui com a soberania alimentar na medida em que os produtos oferecidos apresentam as características culturais do local. Circulam produtos característicos dessa região, como a castanha-de-caju, o pescado e as frutas regionais, entre outros. Apesar das feiras serem

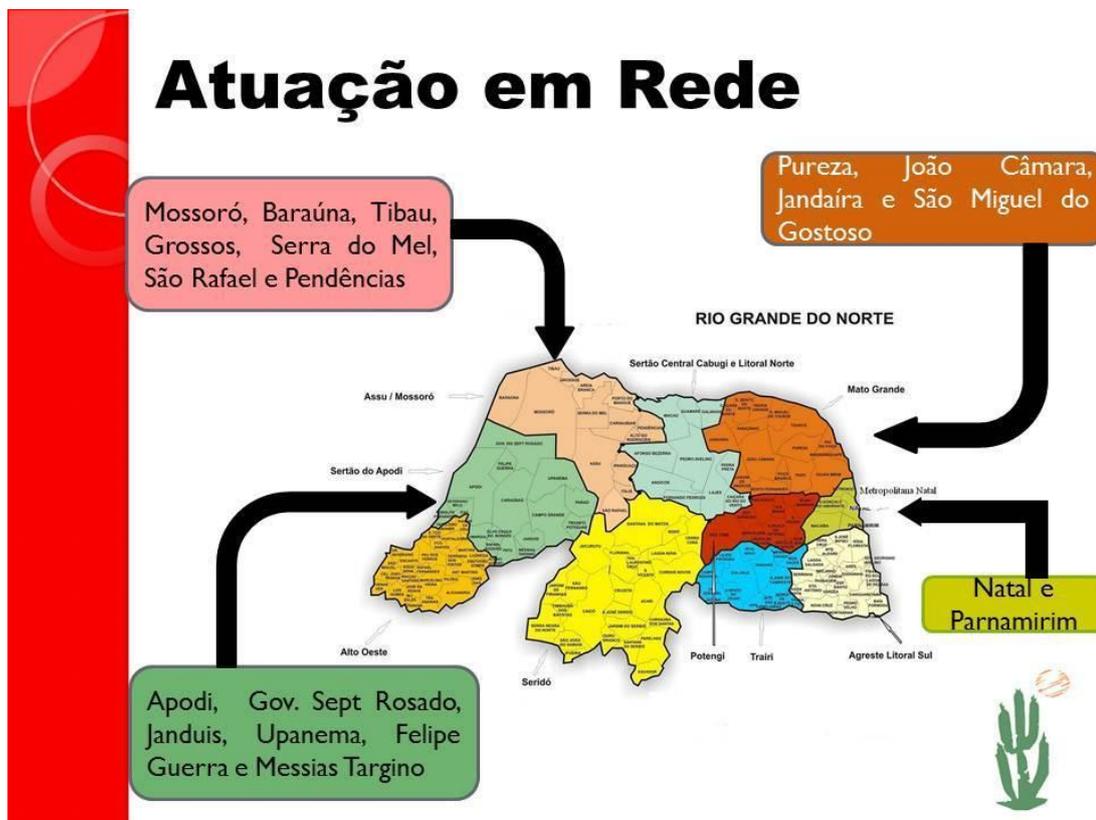
⁷ Nesta economia de prossumidores, a regulação ocorre através de debates públicos concretos no espaço associativo, num exercício de democracia local em que os próprios moradores planejam e decidem sobre a oferta de produtos e/ou serviços em função das demandas efetivas identificadas precedentemente por eles próprios (FRANÇA FILHO, 2007, p. 14).

atividade importante da Rede em termos de comercialização, a loja é uma estratégia de ponto fixo muito valorizada pelos seus integrantes. É mais do que um local de vender e expor produtos, é um ponto de referência para os grupos, afirmativo, revelador da identidade dos participantes (Relatórios RXX, IMS, 2012, p. 100)

Essa proposta seguiu o sentimento inicial das envolvidas, alicerçado pela idéia de ser um espaço de comércio e formação, apoiado nos pilares da agroecologia, economia solidária e feminismo como princípios políticos norteadores. A experiência foi ganhando contornos expressivos, ofertando uma diversidade de produtos e fomentando a criação de demandas nos próprios municípios de origem, dos grupos envolvidos, fazendo com que refletissem sobre a necessidade de ter que continuar enviando sua produção para ser comercializada apenas em Mossoró.

A partir desse momento começa a germinar a idéia sobre a criação de núcleos nos municípios para contemplar a necessidade dos agricultores e agricultoras de também poderem comercializar os produtos localmente, incorporando o sentimento de uma articulação em rede. Em 2004 após muitas conversas entre produtores, consumidores, sindicatos rurais e entidades de apoio e assessoria decidem criar a Associação de Comercialização Solidária Xique Xique, ampliando as estratégias da rede e se materializando através de feiras agroecológicas, espaços de comercialização em outros municípios. Em 2005 com a formalização jurídica da associação passam a acessar também, programas governamentais, editais de apoio, e parcerias que exigiam essa formalização.

Figura 3 - Núcleos da Rede Xique Xique e sua atuação em rede



Fonte: Banco de dados da Rede Xique Xique .

A Rede Xique Xique de comercialização hoje é composta por grupos urbanos e rurais presentes em 4 regiões do Rio Grande do Norte, na região Açú/Mossoró: Baraúna, Tibau, Grossos, Serra do Mel, São Rafael, Pendências, Mossoró; na região do Sertão do Apodi: Felipe Guerra, Governador Dix-Sept Rosado, Apodi, Upanema, Janduís, Messias Targino; na região do Mato Grande: São Miguel do Gostoso, e nas Terras Potiguaras: Natal e Parnamirim. Atualmente estima-se uma média de 50 grupos associados, incluindo unidades familiares, grupos informais, cooperativas e associações, entre grupos mistos e exclusivamente femininos (90% dos grupos), beneficiando 100 famílias e envolvendo indiretamente 1000 pessoas, caracterizados por uma heterogeneidade de tamanhos e níveis de organização.

A rede constituiu um conselho de certificação que tem o papel de deliberar a cerca do Sistema Participativo de Garantia (SPG)⁸, uma das três modalidades de certificação orgânica

⁸ **Princípios do SPG:** Confiança: é preciso que exista um sentimento de confiança e uma segurança íntima para que o desenvolvimento dos processos ocorram de forma clara e transparente.

Descentralização: a descentralização democratiza o acesso às informações, às tomadas de decisão da rede busca participação de todos e todas.

Organização de base: os núcleos são bases da existência de nossa rede.

Articulação em rede: é preciso que haja uma ligação entre os núcleos e entre as diversas redes de agroecologia

previstos pela legislação brasileira, caracterizado pelo controle social e pela responsabilidade solidária, funciona como um tipo de certificação para atestar que os produtos são orgânicos. Este sistema é baseado em princípios de confiança, transparência, trabalho coletivo entre outros aspectos contidos na carta de princípios da rede, fazendo contraponto as metodologias de empresas certificadoras tradicionais.

Atualmente o grande desafio da RXX tem sido conseguir se credenciar como OPAC - Organismo Participativo de Avaliação de Conformidade para emissão do selo de certificação orgânica, através do SisOrg⁹ - Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade Orgânica, do MAPA - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, onde vem enfrentando inúmeras dificuldades para seu acesso, principalmente após a mudança de governo em 2016.

Com relação a suas instâncias deliberativas, a rede se organiza através do conselho diretor (instância máxima), gestor, coordenação executiva e financeira e conselho fiscal, garantindo a participação mínima de 50 % de mulheres em suas funções.

As reuniões do conselho diretor acontecem mensalmente, enquanto o conselho gestor se encontra a cada 3 meses. O conselho diretor é composto por sete membros, sendo que 6 desses membros são mulheres. Compõem o conselho diretor pelo menos duas pessoas de cada núcleo, onde se reúnem para apresentar a situação de cada lugar, identificam demandas, dificuldades, avanços e fazem um panorama de como está funcionando das feiras e da comercialização em outros espaços. Participam do conselho gestor entidades parceiras e outras instituições convidadas, além de pessoas dos grupos que compõem a rede. Geralmente as reuniões acontecem em Mossoró, mas em algumas situações ocorrem também em outros municípios, como forma de possibilitar a participação de todos e todas.

existentes no país.

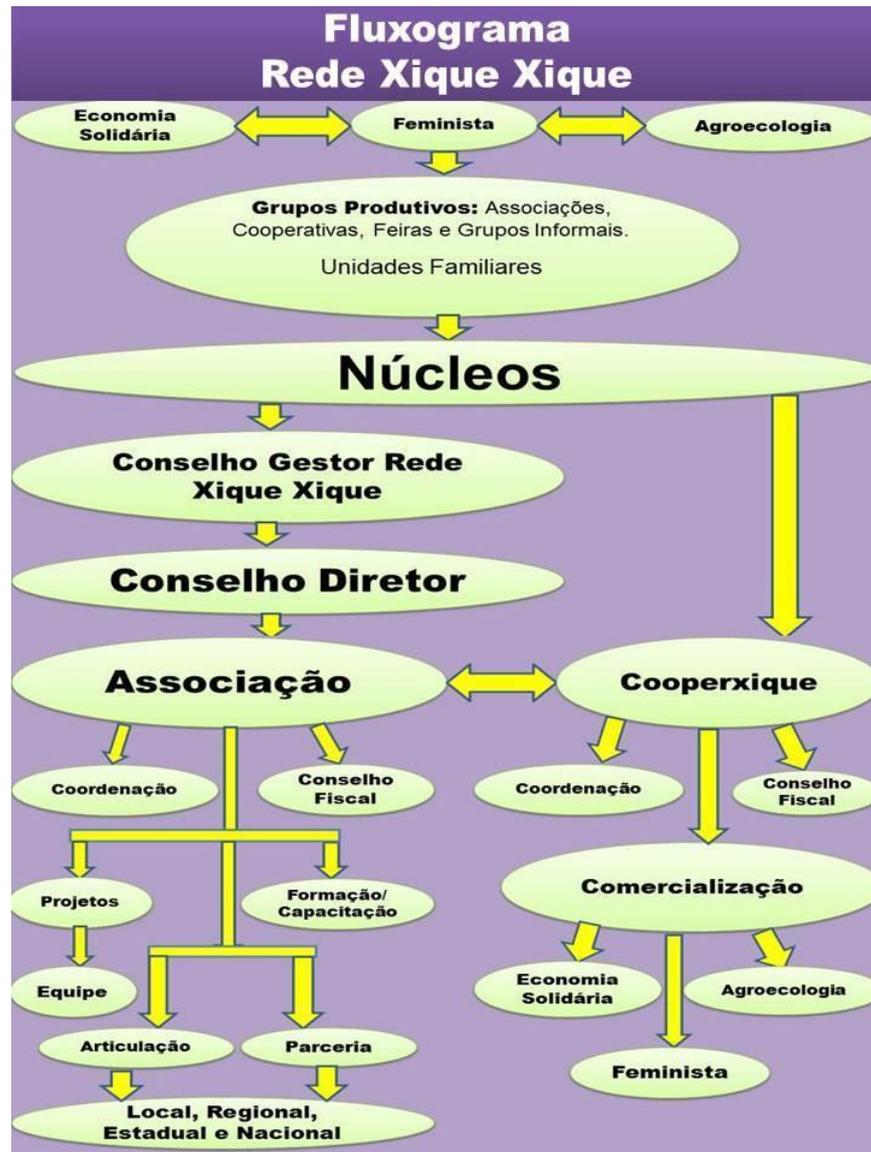
Adesão voluntária: é um processo de conhecimento e aceitação do sistema de garantia de forma não obrigatória. Agroecologia, economia solidária e feminismo: são pilares sustentadores do sistema de garantia participativa da rede.

Economia solidária: para que a produção esteja ao alcance dos grupos que fazem economia solidária, os custos do processo de creditação deverão ser o mais barato possível, suficientes para garantir o processo.

Relações sociais: deveremos construir relações de respeito e solidariedade entre as pessoas e entre os grupos, independente de sexo, cor e orientação sexual, religião e etc. (Banco de dados da RXX).

⁹ Criado pelo Art. 29 do Decreto Nº 6.323/07.

Figura 4 - Fluxograma Rede Xique Xique



Fonte: Banco de dados da RXX.

Como processo natural potencializado pelas transações comerciais, depois de uma longa caminhada de 11 anos, a Cooperxique - Cooperativa da RXX, é constituída em 2012, objetivando a ampliação da comercialização, tendo em vista que a associação foi um estágio jurídico que possibilitou o início mercantil de suas atividades, embora sua finalidade seja a de representação política e articulação, no caso da RXX. Dessa forma, a Rede hoje possui dois braços jurídicos, a associação que permite fazer convênios, acessar recursos de projetos e editais e a cooperativa que facilita as operações de compra e venda da entidade.

Outro aspecto importante da RXX são os processos de formação que sempre fizeram parte da sua construção, como uma preocupação para que todos e todas compreendam os

processos que vivenciam e são parte. Através da participação nesses espaços, as mulheres passaram a se sentir mais valorizadas, fortalecendo sua auto-estima junto com outras companheiras, compartilhando situações diversas, desde conquistas, dificuldades, avanços e problemas.

Além dos ganhos relativos à autodeterminação das mulheres no mundo público e privado, podemos constatar o despertar para o conhecimento, construindo novas tecnologias, tanto no processo de produção como na gestão de seus projetos (DANTAS, 2005).

Dentro do processo de comercialização a divulgação dos produtos assume um lugar importante para rede, mostrando sua identidade, marcada pelo cacto, que elas se referem como símbolo de resistência da luta coletiva de agricultores e agricultoras, especialmente os da região semi-árida. Nesse sentido, os grupos de mulheres optaram por identificar seus produtos seguindo um mesmo padrão, diferenciando dos demais grupos da Rede. Internamente os grupos praticam a intercooperação, realizam compras coletivas de matérias-primas, compras de embalagens, entre outras aquisições, envolvendo quase sua totalidade.

Dantas (2014), em estudo realizado sobre a organização da RXX, aponta que muitos grupos de mulheres enfrentam dificuldades básicas para garantir suas participações, como, a necessidade do consentimento do marido para participar de atividades externas, muitas continuam invisíveis aos olhos da família em relação a todo trabalho desempenhado. Vale ressaltar que em algumas famílias a renda da mulher é superior a renda do marido e mesmo assim recebe o tratamento de “ajuda”, por parte deste. Ainda hoje essas dificuldades comumente se fazem presentes.

Esses limites precisam ser reconhecidos para que comecem a ser tratados e sejam superados, permitindo que as mulheres possam assumir seus lugares de direito em todas as esferas da sociedade, mesmo no contexto de um movimento que propõem uma contraposição as relações impostas pelo capital, como a economia solidária.

Nesse sentido, a experiência da Rede de economia solidaria e feminista do Rio Grande do Norte vem contribuindo para ampliar as potencialidades da rede local, priorizando a realização de ações voltadas para formação e capacitação dos grupos de mulheres de forma qualificada, a partir da educação popular, ao valorizar os saberes de cada uma e reconhecer o trabalho como princípio educativo. A partir disso, é possível proporcionar a troca de informação e conhecimentos coletivos, utilizando-se de metodologias participativas que visam a atuação dessas mulheres enquanto agentes de mudanças nos seus espaços de convívio.

Diversos fatores podem corroborar para o empoderamento das mulheres, especialmente o potencial para geração de renda, o papel econômico fora da família, a alfabetização e instrução e os direitos de propriedade, como afirma Sen (2010):

Trabalhar fora de casa e auferir uma renda independente a produzir um impacto claro sobre a melhoria na posição social da mulher em sua casa e na sociedade. Sua contribuição para a prosperidade da família, nesse caso, é mais visível, e a mulher também ganha mais voz ativa, pois depende menos de outros. Além disso, com frequência o emprego fora de casa tem efeitos "educativos", expondo a mulher ao mundo fora de sua casa, aumentando a eficácia de sua condição de agente. Analogamente, a instrução da mulher reforça sua condição de agente e tende a torná-la mais bem informada e qualificada nas decisões familiares (SEN, 2010, p. 223).

Quando as mulheres passam a compor a parcela da população que também trabalha fora de casa, suas vidas adquirem uma nova dinâmica, pois passam a ser relacionar socialmente em outros espaços da sociedade, acessam novas informações, contribuindo consideravelmente para as transformações no meio social, a partir da sua inserção.

As mulheres também estão presentes em outros espaços articulados pela rede, como a executiva do fórum potiguar de economia solidária, no fórum brasileiro de economia solidária, no conselho estadual de economia solidária, na articulação nacional de agroecologia, nos colegiados territoriais, nos fóruns de políticas públicas dos municípios, nas apresentações de experiências, entre outros espaços.

No próximo tópico será feita uma breve descrição do lugar onde essas mulheres constroem suas vidas, abordando aspectos que consideramos relevantes e que nos indica quais são as variáveis diretas que envolvem seu cotidiano, considerando a interação dos diversos elementos, sejam, ambientais, sociais, culturais, econômicos e políticos, entre avanços e desafios.

1.3 Dinâmicas Territoriais: Lugares de Construção e Constituição de Sujeitos

No período de 2013 a 2015, foram acompanhados pela RESF/RN, 15 grupos de mulheres distribuídos em duas regiões do Rio Grande do Norte: no Açu-Mossoró, temos os municípios de Mossoró, Grossos, Baraúna e Tibau; e no Mato Grande, o município de São Miguel do Gostoso. Importante reconhecer as particularidades presentes nos dois territórios, tomando como parâmetro alguns índices que se relacionam diretamente com o fator desenvolvimento, como: Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), índice educacional, acesso a políticas públicas, entre outros.

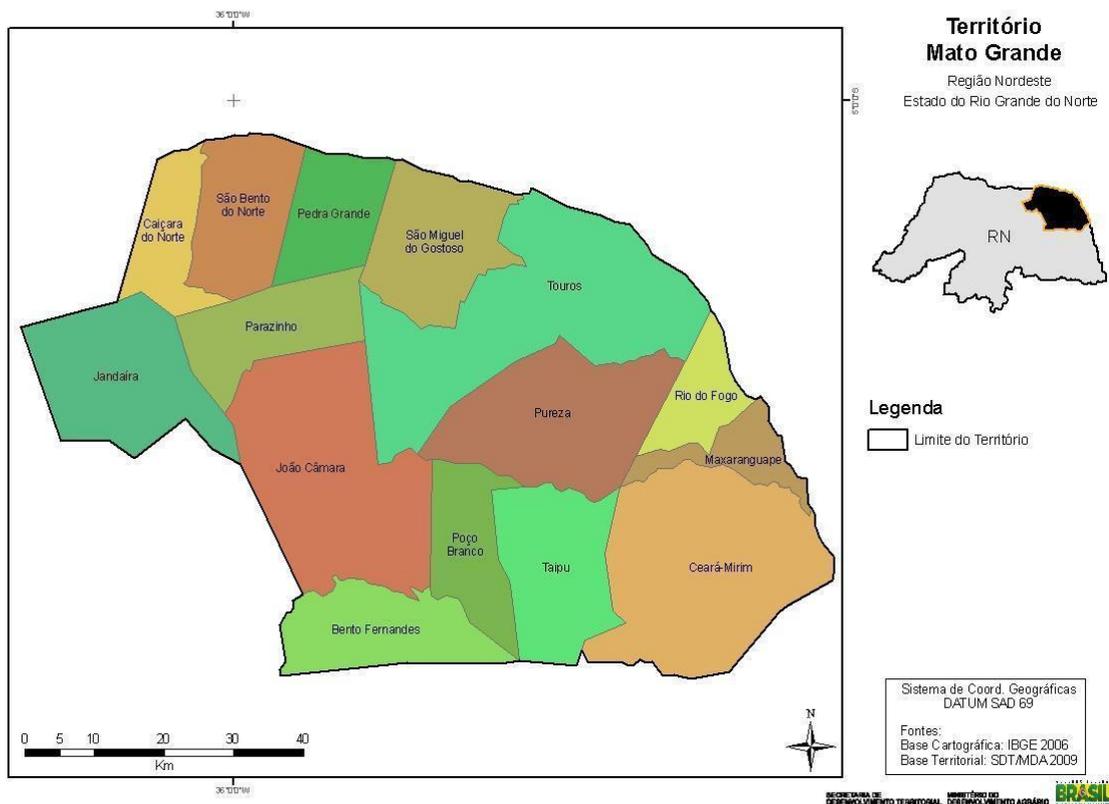
Caracterização da região do Mato Grande

Segundo o Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável – PTDRS (MDA, 2010), a região do Mato Grande no contexto de sua geografia, está circundado, ao Norte, pelo Oceano Atlântico, formando uma faixa litorânea que envolve 08 (oito) municípios; a Leste, pela região das Terras dos Potiguaras, que tem como polo de influência a Área Metropolitana de Natal. Limita-se à Oeste, com a região Sertão Central Cabugi e Litoral Norte; e, ao Sul, com a região do Potengi. Está composto por 16 (dezesesseis) municípios: Ceará Mirim, Maxaranguape, Rio do Fogo, Touros, São Miguel do Gostoso, Pedra Grande, São Bento do Norte, Caiçara do Norte, Jandaíra, Parazinho, João Câmara, Pureza, Bento Fernandes, Poço Branco, Taipu e Jardim de Angicos. Dos 16 (dezesesseis) municípios, 09 (nove) tem população menor que 10.000 habitantes e apenas 04 (quatro) apresentam população inferior a 5.000 habitantes.

A região ocupa uma área de 5.758,60 km². Apresenta uma população total de 226.540 habitantes, com densidade demográfica de 35,5 habitantes/km², dos quais 109.921 residem na zona urbana e 116.420 na zona rural. O IDH é de 0,625 constituindo-se uma região com IDH mais baixo do Rio Grande do Norte. A renda per capita é de R\$ 76,15/mês e a concentração de renda de acordo com o Índice de Gini é 0,58. A taxa de analfabetos acima de 15 anos é de 35,9% da população e 66,8% das pessoas responsáveis por domicílios têm menos de quatro anos de estudo (MDA, 2010; SGE, 2014).

Esta região no ano de 1991 tinha um IDH de 0,484, no ano 2000, esse índice se elevou para o patamar de 0,601, ficando na faixa média de desenvolvimento humano. Em 2010, o IDH do Mato Grande estava na média de 0,625. Esse índice encontrava-se bem abaixo da média quando comparado com o de Natal cujo valor era de 0,787, também abaixo do índice do Rio Grande do Norte cujo valor era de 0,705. Dentre os municípios do Território, Ceará Mirim é o que apresenta melhor desenvolvimento, seguido de São Bento do Norte. Porém, a situação de menor índice é o de São Miguel do Gostoso. Percebe-se que houve uma elevação no índice de desenvolvimento humano a nível de território comparando o período de 1991, 2000 e 2010, mas ainda é preocupante, pois infere-se um desenvolvimento frágil na região (IBGE, 1991, 2000, 2010).

Figura 5 - Mapa da Região Mato Grande-RN



Fonte: MDA (2010).

Caracterização da região Açu Mossoró:

O Açu-Mossoró localiza-se no Noroeste do Estado do Rio Grande do Norte (RN), abrange uma área de 7.974 Km², constituído por 14 (quatorze) municípios: Açu, Areia Branca, Alto do Rodrigues, Baraúna, Carnaubais, Grossos, Mossoró, Itajá, Ipanguaçu, Pendências, Porto do Mangue, São Rafael, Serra do Mel e Tibau. As coordenadas geográficas correspondem à faixa de 36°43' e 37°43' de longitude (W) e 5°11' a 5°34' de latitude (S), fazendo limites com o oceano Atlântico no Litoral Norte, ao Leste com a região do Sertão Central, ao Sul com a região Sertão do Apodi e a Oeste com a fronteira do Estado do Ceará. Esses municípios compõem as microrregiões Oeste Potiguar e Vale do Açu (MDA, 2010) ¹⁰.

Segundo IBGE (2010), a região agrega uma população total de 455.521 habitantes. É importante ressaltar ainda que esse aumento demográfico foi superior tanto na zona urbana (9,5%), quanto na zona rural (5%), dos quais 87.030 vivem na área rural, o que corresponde a 19,10% do total. Possui 6.308 agricultores familiares, 6.786 famílias assentadas.

A densidade demográfica apresenta uma distribuição de 52,0 habitantes por Km². Dos

¹⁰ Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável.

Os dados apresentados nos permitem considerar que as iniciativas da economia solidária podem se apresentar como estratégicas para o enfrentamento de uma realidade social caracterizada pela dificuldade de acesso a serviços básicos, aliada a ausência de políticas públicas específicas para as populações envolvidas, com contextos de baixo índice de desenvolvimento, taxas de analfabetismo significativas, incluindo a convivência com o semiárido a seca.

1.3.1 Conhecendo as mulheres entrevistadas

No quadro abaixo, apresentamos o perfil das mulheres pesquisadas. Todas comercializam no espaço da feira agroecológica dos núcleos de cada região onde moram e elegem a feira como lugar principal de congregação. O roteiro utilizado nas entrevistas encontra-se na seção Apêndice.

Quadro 4- Perfil das mulheres entrevistadas

Nome Completo	Idade	Grupo	Beneficiária de Prog. Social	Filho (s)	Estado Civil	Escolaridade	Ocupação	Endereço
M1	35	Núcleo Agroecológico de São Miguel do Gostoso/Unidade familiar de Mundo Novo	Bolsa Família	2	União Estável	Ensino Médio Incompleto	Agricultora	Mundo Novo – São Miguel do Gostoso/RN
M2	36	Núcleo Agroecológico de São Miguel do Gostoso/Juntas Venceremos	Bolsa Família	1	União Estável	Ensino Médio Incompleto	Agricultora	Vila Paraíso, São Miguel do Gostoso/RN
M3	45	Núcleo Agroecológico de São Miguel do Gostoso/Unidas Venceremos	Não	4	Casada	Ensino Médio Completo	Agricultora	Vila Paraíso, São Miguel do Gostoso/RN
L1	43	Núcleo Agroecológico de Mossoró/Decid	Não	3	União Estável	Ensino Médio Completo	Liderança/Agricultora	Assentamento Mulunguzinho, zona

		idas a Vencer						rural de Mossoró/RN
M4	24	Núcleo Agroecológico de São Miguel do Gostoso /Grupo de Mulheres Produtoras de Hortaliças Agroecológicas	Não	0	Solteira	Ensino Médio Completo	Artesã	Canto da Ilha, São Miguel do Gostoso/RN
M5	58	Núcleo Agroecológico de São Miguel do Gostoso	Bolsa Família e Bolsa Escola	11	Casada	Ensino Fundamental Incompleto	Agricultora	Tabua, São Miguel do Gostoso/RN
M6	64	Núcleo Agroecológico de São Miguel do Gostoso/Unidas Venceremos	Não	10	Casada	Ensino Fundamental Incompleto	Agricultora	Vila Paraíso, São Miguel do Gostoso/RN
T1	29	Núcleo Agroecológico de São Miguel do Gostoso	Não	0	Solteira	Nível superior	Colaboradora	Assentamento Arizona, São Miguel do Gostoso/RN
L2	43	Núcleo Agroecológico de Tibau/Cotepesca	Não	3	União Estável	Ensino Médio Completo	Liderança/Agricultora e Pescadora	Assentamento Lagoa de Salsa, Tibau/RN
M7	44	Núcleo Agroecológico de Grossos/Associação de Mulheres Pescadoras e Artesãs de Grossos	Não	3	Casada	Ensino Médio Completo	Pescadora	Comunidade Pernambuco, Grossos/RN
T2	37	Núcleo Agroecológico de Mossoró	Não	2	Casada	Pós-graduação	Colaboradora	São Gonçalo do Amarante/RN

Fonte: Elaboração própria.

1.3.2 Quem são as mulheres entrevistadas?

M1 tem 35 anos, estudou até o primeiro ano do segundo grau, mora na comunidade de Mundo Novo, distrito de São Miguel do Gostoso, tem dois filhos, casada no regime de união estável, é beneficiária do programa bolsa família, começou a participar da unidade familiar a partir do incentivo do SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio a Micro e Pequenas Empresas, que implantou um projeto PAIS¹¹, através da associação na sua comunidade. Hoje produz alface, coentro, espinafre, rúcula e tomate cereja, para comercializar na feira e fornecer ao PAA¹², além de criar galinha e ovelha para consumo próprio. Relatou que antes de conhecer a RXX era apenas uma consumidora da feira agroecológica de São Miguel do Gostoso e que tudo que aprendeu foi através da inserção no núcleo agroecológico da RXX. Não sabia plantar, colher, vender e, através das capacitações e das reuniões (oficinas, cursos, encontros), conseguiu desenvolver essas habilidades. Fala que sua vida mudou muito depois da inserção na feira, "Mudou, mudou muito, no financeiro porque as coisas era mais difícil antes, hoje em dia é mais fácil né, tudo que você trabalha você tem seu dinheirinho as coisas se torna mais fácil pra você, pra gente né". Hoje o dinheiro que ganha, investe na própria horta e contribui no pagamento das contas de casa. Fala que no início o marido não queria que ela participasse, dizia que não tinha futuro, mas ela acreditava e continuou, hoje em dia o marido é um grande apoiador dela nessa iniciativa.

M2 tem 36 anos, estudou até o segundo ano do segundo grau, mora na Vila Paraíso, assentamento do município de São Miguel do Gostoso, tem um filho e mora junto com o companheiro. É beneficiária do programa bolsa família, fala que através da influência da mãe, começou a frequentar as reuniões do FOPP - Fórum de Políticas Públicas e a partir daí, junto com outras mulheres decidiram constituir um grupo, de nome Juntas Venceremos. Ela trabalha na horta e vende bolo, salgado coxinha, enroladinho, cuscuz preparado e canjica na feira. Refere-se a RXX como sua família, "a rede Xique Xique é a minha família, né, porque foi através dela que hoje eu sou uma mulher conquistadeira, né, uma mulher lutadeira, através dela tenho meu próprio negócio, pra mim é uma família pra mim". Diz que uma das maiores

¹¹ PAIS – Produção Agroecológica Integrada e Sustentável – é uma tecnologia social que propicia aos agricultores familiares produzir sem o uso de agrotóxicos, com a preocupação de preservar o meio ambiente e proporcionar segurança alimentar e geração de renda por meio da inclusão sócio-produtiva (CARTILHA - PAIS SEBRAE, 2013).

¹² Programa de Aquisição de Alimentos da agricultura familiar.

conquistas foi se tornar independente, a partir do seu próprio negócio. No início, o marido não gostava dela envolvida com a feira, mas depois foi se acostumando e reconhecendo que era importante para família. Reflete que é muito bom poder escolher o que fazer com o dinheiro, sem precisar de autorização de ninguém, "é muito bom a gente chegar em casa dia de hoje segunda feira e saber que você pode comprar uma blusa, um short, sem você depender de pedir a seu marido, a sua mãe, a seu pai, é muito bom". Hoje em dia, sente-se uma mulher mais corajosa, pois antigamente tinha até medo de falar, "foi através das reunião, através de Marialda (AACC), que hoje eu aprendi a ser assim uma pessoa independente, sabe? Uma mulher mais corajosa de chegar e dizer "é assim e assim", não é mais aquela mulher com medo, que tinha medo de falar, né? Eu tinha medo de falar e dizer "fulano, eu vou em tal canto", hoje eu digo "fulano, eu vou pra reunião", (ele) com cara feia mas mesmo assim eu vou, e quando volta (ele com) a mesma cara, mas se ajeita". Reforça que a luta nunca vai acabar, mas sempre vai continuar buscando melhoria para sua vida e da sua comunidade.

M3 tem 45 anos e concluiu o ensino médio, também reside no assentamento Paraíso, tem quatro filhos, casada, faz parte do grupo Unidas Venceremos, relata a participação no FOPP como motivador para formação do grupo: "as reuniões do FOPP, aqui de São Miguel do Gostoso que é aonde se reúne as associações pra discutir problemas da comunidade ou que seja assentamento, e a gente começou a participar e a gente viu que a gente poderia formar grupo, né, pra ter uma renda individual do homem e a gente participando." Produz hortaliça, legumes, macaxeira, verduras e frutas como banana, além da criação de galinha e porco, fala que no início enfrentaram muitas dificuldades para conseguir um lugar para produzir, mas que insistiram e no final deu certo, pois o terreno existia, só que os homens do assentamento não achavam que elas dariam conta e resistiram e continuam até hoje. Seu marido também foi mais um que não acreditava que daria certo, "aí isso é trabalho de ninguém? Você só falta morrer de trabalhar, cadê o dinheiro? Cadê o dinheiro? Não sei o que", aí eu sentava e dizia "olhe, a gente não trabalha ali só pelo dinheiro não, a gente trabalha para ter nosso conhecimento, buscar o conhecimento para a gente", também fala que pode acessar uma alimentação mais saudável e se libertar da dependência financeira do marido, "não é só pelo dinheiro não, é uma alimentação saudável e uma renda para mim que quando eu quero, vou lhe pedir e você não me dá, então vou ter que trabalhar para mim". É atuante no movimento feminista através da marcha mundial de mulheres e não mede esforços na luta pelo respeito as mulheres, "quando a gente botava os tambô aqui no pescoço e saia nas rua pelo salário digno pra acabar com a violência, a gente era alguma mangada lá no assentamento da gente. Hoje?

Não mangam mais não, viu? Hoje somos respeitadas, graças a Deus."

M4 tem 24 anos, já concluiu o ensino médio, mora na comunidade Canto da Ilha de Cima, zona rural de São Miguel do Gostoso, mora com a mãe e não é casada, é muito tímida. Relata que começou a fazer parte da associação das Mulheres da Agrovila II do Projeto de Assentamento Canto da Ilha de São Miguel do Gostoso, que a mãe já participava, quando ofereceram um curso de modelagem para as filhas de associadas, mesmo assim foi com a insistência das outras filhas. Depois que o curso terminou, gostou tanto que continuou no grupo, hoje trabalha com costura de roupas íntimas e é presidente do grupo de jovens da igreja, diz que sua vida mudou muito depois de entrar na dinâmica do grupo e da RXX, "eu me desenvolvi mais, cresci mais como pessoa, como mulher, deixe eu ver... Aprendi varias coisas também lá né."

M5 tem 48 anos, estudou até a terceira série do ensino fundamental, reside na comunidade de Tabua, zona rural de São Miguel do Gostoso, casada, tem onze filhos, beneficiária do bolsa família, fala que quando se organizaram na luta pela terra, nesse mesmo período participaram de cursos sobre plantio de hortaliças, ministrado por técnicos do Centro de Educação e Assessoria Herbert de Souza (CEAHS), quando começaram a produção não encontraram mercado, nessa época não estavam organizadas em grupo ainda e as iniciativas eram individuais, tornando mais difícil a comercialização. No início levavam a produção para vender na feira municipal de São Miguel do Gostoso, no chão mesmo, cada uma com sua vasilha. Foi quando uma das mulheres do grupo de Vila Paraíso, agrovila do assentamento Arizona, se solidarizou com a situação dela e a convidou para dividir um espaço na sua banca, "Ai lá dona Maria me viu lá vendendo com a bacia de verdura lá no chão e a gente já tinha se visto em encontro, e me chamou pra ir pra banca dela. Pronto, daí começou, a gente vendendo junto, começou com a banca dela vendendo junto ali, e foi quando a gente por meio da rede Xique Xique a gente começou a se organizar mais, sabe?". Reconhece que a solidariedade entre as mulheres contribui para o fortalecimento mútuo entre elas e fazer parte da RXX impulsionou seu desenvolvimento.

M6 tem 64 anos, também estudou até a terceira série do ensino fundamental, mora na agrovila Paraíso, do assentamento Arizona, município de São Miguel do Gostoso, casada, tem dez filhos, faz parte do grupo Unidas Venceremos e sua motivação maior para trabalhar com a terra foi influência dos seus pais, que eram agricultores: "meus pais agricultor, e criou a gente sempre cultivando terra, plantando, limpando, ajudando a colher e tudo, então toda vida tive vontade de trabalhar numa coisa assim". Hoje ela produz hortaliças, legumes, verduras e cria

porcos e galinhas e agradece a Deus por estar trabalhando ainda nessa idade. Comenta que além de saber o que está consumindo, consegue fazer uma boa economia em casa. “ Produzindo o próprio alimento né, pra dar uma sustentabilidade pra família e foi nesse intuito que a gente começou a trabalhar pra ter a renda da família, primeiramente pra família né, então se aumentasse se desse a gente vendia e se não desse era pra o consumo né ... além do que a gente leva pra casa agente o que vai comprar as coisas mais pouca porque a gente tudo a gente produz um pouco”. M6, atribui sua expansão à participação na RXX, através das reuniões, intercâmbios e cursos, pois conseguiu compreender que poderia acessar outros horizontes, tanto economicamente como pessoalmente, “antes a gente não andava pra canto nenhum era só em casa eu achava que eu era mulher só de casa mesmo né não tinha direito de sair pra canto nenhum então agora eu conheci meus direitos, nós conhecemos nossos direitos”.

L1 tem 43 anos, concluiu o ensino médio, mora no assentamento Mulungunzinho, na zona rural do município de Mossoró, vive uma união estável, tem três filhos, faz parte do grupo Decididas a Vencer e é apicultora, além de ser uma das coordenadoras da RXX e também coordenadora do projeto RESF. Relata que começou a participar de processos de formação através do apoio e acompanhamento do Centro Feminista 8 de março, na parte de gestão, auto-organização e organização para produção. Atribui a participação no grupo a sua evolução enquanto produtora e militante do movimento de mulheres e da economia solidária. “Eu acho que tudo que eu sou hoje né, tudo essa minha parte tanto do empreendimento, de saber produzir, mas também essa parte militância, essa parte de autogestão, tudo foi através do grupo, né?”. Relata que através do feminismo conseguiu reconhecer o seu papel enquanto mulher e foi conquistando seu espaço. Reflete sobre o final do casamento com o pai de seus filhos e diz que na época muitas pessoas atribuíram a sua participação em espaços políticos como motivador da separação, mas que na verdade foi o se dar conta de si que a fez querer mudar sua condição enquanto mulher. “Eu acho que tem muita gente que acha que meu divórcio ela surge através dessa participação, eu acho que não é por eu participar, mas é por eu saber o porque eu estava participando, isso mexeu muito com a estrutura familiar porque era como se eu tivesse, hoje entendesse que esse papel que a sociedade dizia que era meu né, não era só meu, era meu mas também de outras pessoas que faz parte da família, eu acho que essa mudança desse conhecimento vem através dessa participação, que eu não tinha antes, porque eu achava assim, que era meu direito, que era meu dever, que era responsabilidade minha, acho que saber disso né, ter conhecimento sobre isso eu acho que fez mexer com essa

estrutura mais familiar e eu poder ter né, poder sair, eu acho que essa mudança ela parte disso, de eu ter conhecimento e de saber realmente qual é meu lugar dentro dessa sociedade”

L2 tem 43 anos, concluiu o ensino médio, mora no assentamento Lagoa de Salsa, município de Tibau, tem três filhos e vive uma união estável. Faz parte do grupo Cotipesca, que tinha como atividade principal o beneficiamento do pescado, mas atualmente estão produzindo hortaliças, verduras e legumes, pois tiveram problemas para manter a estrutura da produção de pescado, e é uma das coordenadoras da Rede Xique Xique. L2 relata que ao participar de um curso do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial-SENAI de beneficiamento do pescado, com o novo aprendizado, surgiu o desejo, junto com outras mulheres de constituir a cooperativa para poder gerar renda para si e suas famílias. Para ela o grupo serviu de base pessoal, no qual ela adquiriu novos conhecimentos e acessou informações importantes. “A participação no grupo foi muito importante, porque foi dentro do grupo que eu adquiri informações, de como funciona as políticas públicas, foi dentro do grupo que realmente eu aprendi muita coisa. Serviu mesmo de base pra minha vida pessoal, pra seguir em frente”. Durante a entrevista, disse que já tinha sofrido violência doméstica na relação com o ex marido, motivado pela insatisfação dele por ela participar do grupo, diz que foi uma das maiores dificuldades que já enfrentou. “E a outra dificuldade era o companheiro com o qual eu vivia, era uma pessoa muito violento e muitas vezes passei muita vergonha porque ele bebia e chegava bagunçando, que na verdade ele não queria que eu fosse pra cooperativa, que dizia muito que aquilo era uma coisa sem futuro, que lá só tinha mulher desocupada, ai você sabe né a baixaria que faz. Essa foi umas das dificuldades que eu tive”. Acrescenta que “na época eu tive essas dificuldades, mas do outro lado eu me sentia muito feliz porque fazia aquilo que eu gostava”. Atribui a participação ao grupo a ressignificação da sua vida enquanto pessoa, “tive experiência de trabalho, trabalhando de faxineira, de supermercado, mas a experiência melhor foi junto ao grupo, porque foi ai que eu comecei a me ver como pessoa, né? Foi ai onde comecei a ver que eu merecia algo mais, principalmente na questão de autonomia própria, de valorização como mulher e exigir também reconhecimento do meu trabalho”. A formação foi o principal ganho proporcionado pela Rede Xique Xique que ela destaca, diz que não conseguia nem falar o nome dela aonde chegava, depois da RXX tudo mudou: “até então quando eu entrei na Rede, até meu nome eu tinha medo de dizer, só sabia chorar, você lembra Navegante? Na apresentação "quem você é? De onde você é?" pronto... (risos). E aí era uma vida muito sofrida, sabe? Hoje eu até consigo contar o que se passava comigo, mas até um tempo desse eu não conseguia contar, era como

se eu tivesse passando por tudo aquilo de novo. É uma trajetória que hoje quando eu olho, eu digo assim "meu Deus, eu consegui passar por isso", se fosse pra mim passar de novo acho que eu não tinha resistência de passar. Mas após conhecer o grupo, após conhecer a Rede, que aí foi na formação, na vivência, que as mulheres iam contando a trajetória delas, que eu comecei a perceber que muitas tinham mais sofrimento do que a vida que eu vivia e elas tinham conseguido superar aquilo, aí eu comecei a dizer: "eu também consigo, se ela pôde, eu também posso. Eu tenho medo de falar, por que eu tenho medo de falar? Se eu tenho boca pra falar".

M7 tem 44 anos, tem ensino médio incompleto, mora na comunidade Pernambuquinho, município de Grossos, tem três filhos e é casada. Faz parte da Associação de Mulheres Pescadoras e comercializam o marisco. Fala da necessidade de juntar as mulheres para fazer um trabalho coletivo e da influência de uma assistente social, que morava no município, para formação do grupo, "o que levou a gente se organizar eu acho que foi realmente a necessidade de tá juntando aquelas mulheres e tá levando pra um local onde a gente pudesse fazer nosso trabalho, fazer o trabalho coletivo, fazer nosso trabalho coletivo e justamente tem uma assistente social que a gente tinha no nosso município, e aí que nos motivou a formar esse grupo e até hoje a gente tá lutando junto a ele". Relata que através do grupo começou a ser reconhecida na comunidade e teve seu trabalho reconhecido e valorizado, "eu acho que foi um ganho muito bom porque a gente conseguiu realmente fazer com que a gente fosse vista como marisqueira, porque antes a gente não era vista como marisqueira, onde a gente chega o povo diz logo: "chegou as marisqueiras", então assim, primeiro foi isso. Acho que nosso ganho foi isso, ser vista como marisqueira, ser vista como um trabalho, como uma profissão mesmo, e não como uma ajuda pra ajudar em casa". Comenta que a rede transformou a sua vida, e reconhece que essa transformação acontece em tempos e formas diferentes na vida de cada mulher que participa dos processos de aprendizados, "a Rede ela realmente transformou, não vou dizer transformou todas porque nem todas acompanham, mas assim, pra mim foi uma transformação muito grande, foi onde eu pude ver outro mundo. Pude poder viajar, pude poder conhecer outras pessoas, conhecer outros grupos, conhecer a realidade de outras mulheres. Então a Rede pra gente é realmente isso, é transformação, é vida, é igualdade, é respeito pelas pessoas. Acho que a Rede é isso". Acrescenta que depois que conheceu a rede, se pudesse escolher hoje, não estaria casada e também não teria filhos, ri, "depois da Rede, depois dessas formação, dessas capacitações, se fosse pra mim casar hoje eu não casava. Hoje, de 2010 pra cá, se fosse pra mim casar eu não

casava mais. Nem casava nem tinha filhos. Ai ele diz: "mas foi tão ruim nosso casamento?", não, não foi ruim não, mas é porque a gente vai passando por outro processo de vida e a gente percebe que a nossa vida há dez anos atrás, hoje é muito diferente do que é, hoje a gente conhece quase o Brasil todo, viajando, conhecendo outras mulheres, conhecendo pessoas, conhecendo grupos, então assim, a gente tem uma vida de conhecimento, de participação. E assim, e as vezes, se fosse pra mim ter pensando a dez anos atrás, eu dizia a ele: hoje eu não casava mais".

T1 tem 29 anos, não é casada e não tem filhos, concluiu o nível superior em serviço social e mora no assentamento Arizona. É militante da marcha mundial de mulheres, contribui com o núcleo da RXX em São Miguel do Gostoso. Fala que sua participação nos espaços políticos iniciou através do FOFP, representando a juventude da igreja local. Relata que a participação nesse grupo de jovens teve influência direta de quando ainda era criança participando do grupo dos Sem Terrinha. Atualmente também participa da Associação de Desenvolvimento de Gostoso. Reconhece que essa caminhada contribui para sua formação e engajamento político, " então o que me motivou é principalmente no inicio foi a curiosidade de conhecer os espaços enquanto jovem e hoje eu reconheço esses espaços como fundantes na minha formação política e eu continuo participando porque eu acredito que a organização social ela se dá a partir desses espaços participativos". Ela acredita que as mulheres conseguem mais visibilidade enquanto sujeitas de direito ao participar dos grupos/ dos empreendimentos, " A mulher tem tido um papel fundamental, né, ela participa não só do produtivo, mas a parte de pensar a organização do empreendimento, de pensar como se dá essa dinâmica, a representação nos espaços. A mulher ela que tem esse papel fundamental e aqui no município a gente tem a maioria dos grupos são grupos de mulheres que tem uma experiência muito grande nisso e pra além do produtivo né, e ela participando do empreendimento, ela consegue fazer esse diálogo também com sua vida particular, com sua vida doméstica, então isso da mais empoderamento pra que a mulher possa sair do seu local privado, da sua casa, daquele cantinho e pro empreendimento ela é vista pela sociedade, ela é reconhecida, as pessoas reconhecem ela como um sujeito de direito, então o empreendimento tem dado essa força, dado visibilidade as mulheres". Afirma que sua maior contribuição é para que as mulheres possam participar mais ativamente das decisões nos grupos e na sociedade, "acho que minha contribuição tem sido muito nessa parte né, de mobilizar, de articular, mas mostrando para as mulheres quais são os espaços que elas podem ocupar e a gente possibilitar que elas se insiram nesses espaços".

T2 tem 37 anos, residente na Rua Carolina, 54, Conjunto Amarante, município de São Gonçalo do Amarante, casada, mãe de dois filhos, Graduada em Tecnologia em Cooperativismo, com especialização em Economia Solidária e Desenvolvimento Territorial, ambos pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Tem desenvolvido trabalhos no campo da mobilização e articulação política do Fórum Potiguar e Fórum Brasileiro de Economia Solidária, bem como preside o Conselho Estadual de Economia Popular Solidária no RN. Desde 2009, compondo a equipe técnica da Associação de Apoio as Comunidades do Campo do RN, acompanhou e assessorou a organização de empreendimentos econômicos solidários, facilitando processos formativos e de orientação a produção e comercialização das experiências coletivas, em especial a Rede Xique Xique de Comercialização Solidária. No período de 2013-2016, compôs a equipe técnica da Rede Xique Xique, membro da coordenação do projeto de Apoio ao Sistema Nacional do Comercio Justo e Solidário, o que possibilitou estar mais perto da dinâmica organizativa dos núcleos municipais e da gestão da Rede.

No quadro 5 apresentamos informações sobre os grupos apoiados pela RESF/RN, dos quais as mulheres fazem parte:

Quadro 5 - Grupos Produtivos de Mulheres da RXX, apoiados pelo Projeto RESF RN

Produção/Serviço	Segmento	Município	Endereço	Grupo
Apicultura	Agricultura Familiar	Baraúna	Agrovila do Assentamento Pico Estreito e Tiradente	Associação de Mulheres Apicultoras Pico Estreito e Tiradente
Biscuit e Madeira	Artesanato	Grossos	P.A. Caenga	ASDAR - Associação de Desenvolvimento do Artesanato Rural
Palha	Artesanato	São Miguel do Gostoso	Povoado Tabua	Grupo de Artesanato de Taboa
Marisco	Artesanato e Pescado	Grossos	Comunidade Pernambuco, 170	Associação de Mulheres Pescadoras e Artesãs de Grossos

Hortifrutigranjeiro	Agroecologia	São Miguel do Gostoso	Assentamento Canto da Ilha de Cima II	Grupo de Mulheres Produtoras de Hortaliças Agrocológicas
Alimentação e Limpeza	Prestação de serviços	Mossoró	Rua Erondina Cavalcante Dantas, 2082 - Bairro Dom Jaime Camara	Cooperativa de Mulheres Prestadoras de Serviços (Coopermups)
Poupança	Fundo Solidário	Mossoró	Guarujá	Caminhando com Cristo
Apicultura	Agricultura Familiar	Mossoró	P.A. Muluguzinho	Grupo de Mulheres Decididas a Vencer
Poupança	Fundo Solidário	Mossoró	Sítio da Barreira Vermelha	Grupo Estrela do Amanhã
Peças íntimas	Artesanato	São Miguel do Gostoso	Assentamento Antonio Conselheiro	Associação Rosas de Saron
Hortifrutigranjeiro	Agricultura Familiar	São Miguel do Gostoso	Assentamento Paraiso	Grupo de Mulheres Unidas Venceremos
Hortifrutigranjeiro	Agricultura Familiar	São Miguel do Gostoso	Assentamento Paraiso	Grupo de Mulheres Juntas Venceremos
Beneficiamento do pescado e hortifrutigranjeiro	Pescado e Agricultura Familiar	Tibau	Rua João Ventureli, nº 4 - Centro	Cootipesca
Coleta Seletiva/Resíduos	Reciclagem	Mossoró	P.A Santa Rita de Cássia	Reciclagem
Beneficiamento de Polpa de fruta	Agricultura Familiar	Touros	Assentamento Santo Antonio	Associação de Mulheres Agrícolas em Ação

Fonte: Elaboração própria com base no banco de dados da RXX.

Importante destacar que os grupos de mulheres que compõem a rede geralmente se encontram em estágios de organização diferentes, uns mais estruturados, outros apresentam

mais fragilidades. Reúnem entre três a dez mulheres no máximo, enfrentam as mesmas dificuldades ou semelhantes, como logística, gestão ou até mesmo questões de ordem familiares. Neste sentido a possibilidade de se articular em rede favorece processos de fortalecimento mútuo, troca de informações e experiência, originário da relação de reciprocidade e cooperação característica dessas iniciativas de economia solidária.

Em síntese, neste capítulo, demonstramos o grau de articulação que está sendo construído através do projeto RESF, para o fomento e ou fortalecimento das redes locais estaduais compostas por grupos produtivos de mulheres através de processos educativos que se propõe despertar, nestas, um outro olhar sobre seu papel social e sua condição na sociedade. Desenvolvem-se novas habilidades e valorizando-se suas potencialidades, através da auto-organização, na perspectiva da geração de trabalho e renda para o desenvolvimento de autonomia e empoderamento delas.

Algumas das redes já existiam, outras foram criadas a partir dessa iniciativa. A rede nacional vem se estruturando na perspectiva de construir sua sustentabilidade buscando superar as situações de desigualdade do mercado capitalista e a divisão sexual do trabalho, afirmando a autogestão e a solidariedade como fundamentos dessa articulação.

O acúmulo da RXX nesses onze anos de existência e resistência, atuando com base na economia solidária, no feminismo e na agroecologia, vem contribuindo com as redes dos outros Estados, compartilhando suas dificuldades e avanços e demonstrando ser possível construir uma economia feminista, na qual as mulheres protagonizam a luta de desconstrução e reconstrução na relação estabelecida com as esferas econômica, social e política, recuperando sua dignidade e enfrentando o modelo patriarcal ainda muito presente na sociedade.

No próximo capítulo trataremos uma discussão sobre a construção do conceito de educação não formal, como vem se configurando no Brasil, como se constituem suas práticas, locais onde se desenvolvem, características de sua metodologia e o perfil do educador, que constrói cotidianamente esta categoria de educação.

2 OS CAMINHOS DA EDUCAÇÃO NÃO-FORMAL: CONSTRUÇÃO DE NOVOS (AS) SUJEITOS (AS)

Apresentamos neste capítulo uma breve revisão da literatura que situa o debate sobre a construção do conceito da educação não formal, suas práticas, metodologias, os espaços aonde vem sendo desenvolvida e a importância do educador social para o processo de conformação dessa modalidade de educação. Ao final, apontamos alguns resultados da análise.

2.1 Educação Não Formal no Brasil

As pesquisas sobre a educação não formal no Brasil distinguem-na como um campo de estudo recente e que ainda está em construção. De acordo com Garcia (2009) até a década de 80 a maioria das experiências de processos educacionais fora do formato “formal” da educação estavam relacionadas a alfabetização de adultos e tinha como base principal a pedagogia de Paulo Freire e iniciativas dos movimentos sociais.

Na literatura brasileira, foco da presente investigação, a pesquisa aponta que a primeira publicação que se remete à educação não formal foi escrita por Carlos Alberto Torres, intitulada: A política da educação não formal na América Latina, divulgada no Brasil em 1992, que trata da educação de adultos e apresenta um quadro de referência conceitual sobre as principais abordagens da educação não-formal, evidenciando as contraposições existentes sobre as noções de educação de adultos e de educação popular como estratégias alternativas para a política e o planejamento. Com a inauguração do termo, outros pesquisadores passaram a introduzir o tema em seus escritos, com destaque para: Libâneo (1998), Gohn (1999) e Simson, Park e Fernandes (2001) e Gadotti (2005).

Gohn (2014) sinaliza que no final dos anos 70 e parte dos anos 80, os movimentos sociais ligados às pastorais religiosas e as comunidades eclesiais de base, utilizavam práticas de educação não formal, sem necessariamente usar essa terminologia, para discutir formas de enfrentamento ao regime político e o modelo econômico que vivenciavam naquele momento histórico. A partir da década de 90, com o surgimento do terceiro setor¹³ inúmeras instituições

¹³ “O termo terceiro setor é herdeiro de uma tradição anglo-saxônica, particularmente impregnada pela idéia de filantropia. Essa abordagem identifica o terceiro setor ao universo das organizações sem fins lucrativos”. (FILHO, 2002, p.10)

e entidades privadas, começaram a desenvolver trabalhos na área social adotando o uso da educação não formal em atividades de qualificação e capacitação profissional visando, dentre outros, o atendimento de demandas do mercado.

Se tratando de uma área de conhecimento ainda em construção, o debate acerca da contribuição da educação não formal para a formação cidadã emancipatória do indivíduo passivo da intervenção é permeado pelo permanente conflito entre suas virtudes e vicissitudes, se por um lado a educação não formal pode assumir um viés transformador e emancipatório, por outro ela pode ser utilizada como instrumento de enfraquecimento do sistema formal de educação, visto que corre-se o risco de operar de forma contrária ao acesso e melhoria da escola pública, quando da comprovação de sua ineficácia, demonstrada pela necessidade de dar continuidade a uma formação que não foi suficientemente preenchida pela educação formal. Nesse sentido, Garcia salienta:

A educação não-formal, apesar de apontar e oferecer outras possibilidades diferentes das escolares, não burocratizadas, menos hierarquizadas, mais rápidas e algumas propostas mais econômicas, não deve tomar para si a salvação do sistema formal de ensino. Nesse caso, estaria contribuindo, inclusive para o desmanche da escola pública e para a desresponsabilização estatal/pública para com esse setor[...] tanto as oportunidades de acesso à formação e aquisição de conhecimentos oferecidos pela escola formal devem ser acessíveis a todos, como também as oportunidades oferecidas pelas diversas propostas de educação não-formal, favorecendo um trânsito democrático e igualitário dos “usuários” dessas diferentes e importantes vivências de socialização e formação (GARCIA, 2003, p.3).

A título de pesquisa, também encontramos outras publicações relevantes como artigos, dissertações e teses, como: “O debate internacional sobre competências: Explorando novas possibilidades educativas” (BORGES, 2010), “Museu da Maré: Entre educação, memórias e identidades” (ARAÚJO, 2012), “Educação não formal como acontecimento” (GARCIA, 2009) e “Notas sobre a educação formal, não formal e informal” (COSTA, 2014), “Educação não formal: processo coletivo de construção de saberes e experiências (MACHADO, 2014).

Cada um desses estudos focaliza a educação não formal em contextos e processos diferenciados, mas têm em comum a compreensão de que é uma área fundamental para o fortalecimento da educação em sua totalidade. E é com base nesta última afirmativa que a presente investigação foi desenvolvida.

2.2 Educação Não Formal: O Percorrer da Construção de um Conceito

Para estabelecermos os alicerces conceituais deste capítulo, se fez necessário retomar o conceito de educação, nesse sentido, com base nos estudos aqui realizados, compreendemos que antes da instituição escolar existir, a educação sempre esteve presente na vida dos indivíduos, como um processo contínuo da existência humana, se formando continuamente, desde o seu nascimento, através das relações com o mundo. Sobre isso, Brandão afirma que:

A educação existe onde não há a escola e por toda parte podem haver redes e estruturas sociais de transferência de saber de uma geração a outra, onde ainda não foi sequer criada a sombra de algum modelo de ensino formal e centralizado. Porque a educação aprende com o homem a continuar o trabalho da vida. A vida que transporta de uma espécie para a outra, dentro da história da natureza, e de uma geração a outra de viventes, dentro da história da espécie, os princípios através dos quais a própria vida aprende e ensina a sobreviver e a evoluir em cada tipo de ser (BRANDÃO, 1981, p.11).

Brandão acrescenta, ainda, que quando hierarquias sociais são instituídas nas sociedades, as relações de poder também são estabelecidas, incentivando a separação dos que sabem e os que não sabem, modificando a forma de aplicabilidade da educação, assumindo outras funções sociais:

Então é quando, entre outras categorias de especialidades sociais, aparecem as de saber e de ensinar a saber. Este é o começo do momento em que a educação vira o ensino, que inventa a pedagogia, reduz a aldeia à escola e transforma "todos" no educador[...]. Assim, aos poucos acontece com a educação o que acontece com todas as outras práticas sociais (a medicina, a religião, o bem estar, o lazer) sobre as quais um dia surge um interesse político de controle. Também no seu interior, sistemas antes comunitários de trocas de bens, de serviços e de significados são em parte controlados por confrarias de especialistas, mediadores entre o poder e o saber.”(BRANDÃO,1981, p. 12-14).

Desse modo, a própria concepção de educação é modificada, principalmente quando a estrutura escolar passa a ser vista como lugar exclusivo dos processos de ensino e aprendizagem, chegando a ser considerada como sinônimo de escolarização.

Nessa perspectiva, o espaço escolar assume um lugar de privilégios e não mais de direito de todos (as). A escola pública deixa de ser prioridade do Estado, para tornar-se um serviço a ser comercializado, como pontua Gadotti (2005):

Com a crescente mercantilização da educação os Estados foram deixando cada vez mais de assumir o seu dever de garantir esse direito, transformando o direito à educação em serviço prestado tanto pelo Estado quanto pelo Mercado. Como serviço, a ele só podem ter acesso aqueles e aquelas que podem pagá-lo. Surgem então muitas “indústrias do conhecimento” que

oferecem os mais variados pacotes educacionais para todos os gostos em acirradas disputas mercantis movidas pelo “marketing educacional”, vendendo educação como se vende um sabonete. A questão é ainda mais grave quando alguns políticos e economistas argumentam que se trata de uma questão de custos: é mais barato garantir esse direito através do mercado do que através do alto custo da educação pública. Entender a educação como uma despesa e não como um investimento (GADOTTI, 2005, p.2).

Essas considerações remetem a preocupação sobre as funções da escola, principalmente como lugar de socialização e inserção dos indivíduos, que reúne, armazena e conserva informações e conhecimentos importantes de diversas sociedades ao longo da sua história. Caldart (2000) complementa dizendo que:

A escola é um lugar fundamental de educação do povo, exatamente porque se constitui como um tempo e um espaço de processos socioculturais, que interferem significativamente na formação e no fortalecimento dos sujeitos sociais que dela participam. E se constitui assim muito mais pelas relações sociais que constrói em seu interior do que exatamente pelos conteúdos escolares que veicula, embora os conteúdos também participem desses processos, especialmente do que se refere à produção e à socialização do conhecimento. (CALDART, 2000. p. 61).

Sobre o conceito de educação não formal, Garcia (2009) analisa a sua criação e utilização no campo pedagógico, revelando que o termo começou a ser usado no final da década de 60¹⁴ e teve sua “ascensão” associada, talvez, equivocadamente, à crise da educação, que apresentava exclusivamente como sinônimo a escola, chegando a cogitar seu advento - da educação não formal - como superação para crise da educação formal. Pode se dizer que a crise mencionada, possibilitou a percepção e validação de outras maneiras de se fazer educação, mas não foi capaz de apresentar um substitutivo a instituição escola, até porque esse não era objetivo.

Neste contexto, o espaço escolar é questionado por não atender às expectativas criadas pela sociedade em torno dos serviços educacionais ofertados, sugerindo a ideia de que a escola é apenas mais um lugar onde os aprendizados acontecem. Sobre esse fato, Garcia (2009, p.88) aponta que:

A crise da escola se dá, nesse momento histórico, por esta não ser mais uma instituição suficiente para responder e garantir as necessidades que a sociedade impunha, no sentido de favorecer cuidados e formação dos sujeitos. Assim, as críticas não se faziam às especificidades do cotidiano

¹⁴ Segundo Trilla (2008, p. 32) "A origem da popularidade do termo data de fins da década de 1960, com a publicação da obra de P.H. Coombs: *he World Educational Crisis* (1968). Nela se enfatizava sobretudo a necessidade de desenvolver meios educacionais diferentes dos convencionalmente escolares".

escolar, mas à instituição como um todo que já não era – nem é – capaz de responder às diferentes inquietações educacionais, sociais e históricas.

A escola, enquanto referência educativa, ainda é vista por muitos como o lugar do conhecimento, do acesso aos títulos, de status e das relações de poder. É imprescindível que esse ambiente seja revisto e seus procedimentos e práticas sejam reavaliados com o objetivo de garantir processos que contribuam para a construção dos sujeitos e sua cidadania.

Para tanto, a proposta de ensino precisa estar alinhada com as demandas reais da sociedade, agregando a todos sem exceção, promovendo uma educação mais integrada, na qual, os processos de aprendizagem desenvolvidos precisam ter como prioridade a conscientização dos indivíduos, para que estes sejam capazes de transformar suas realidades, como reforça Caldart:

A escola deve construir sua pedagogia, vinculada a um movimento pedagógico mais amplo, reconhecendo-se como lugar de formação humana ética e politicamente comprometida com a produção dos sujeitos capazes de fazer as transformações sociais, que cada vez mais aparecem como necessárias para a própria restituição da dignidade humana (CALDART, 2001, p.220).

Sobre esse debate, Gadotti (2005, p. 1) ainda acrescenta que “o direito à educação é, sobretudo, o direito de aprender. Não basta estar matriculado numa escola. É preciso conseguir aprender na escola[...] que seja garantida à permanência e o aprendizado de qualidade”.

No intuito de especificar a modalidade de educação que estamos tratando no texto, no próximo tópico apresentamos os tipos de educação, buscando identificar suas principais características, a partir de autores que dedicam estudos nestas áreas.

2.3 Educação Formal, Educação Informal, Educação Não Formal

Para o entendimento da educação não formação enquanto um campo de estudos se faz necessário adentrar nos estudos que buscaram delimitar os tipos de educação. Nesse sentido, para tal intento, buscamos seguir os estudos realizados por Garcia (2009), Borges (2010), Costa (2014) e Araújo (2012), tais autores apontam como principais teóricos da temática Coombs (1975), La Belle (1982) e Afonso (1989), e outros mais contemporâneos como Gohn (1999), Gadotti (2005), Trilla (2008), e Libâneo (2010). As contribuições trazidas por Trilla, Gadotti e Gohn, autores escolhidos para estabelecermos diálogo desta investigação, apresentam análises que permitem delimitar os campos de atuação dos tipos de educação,

buscando compreender como está sendo estabelecido o conceito da educação não formal.

Um caminho escolhido inicialmente para a delimitação do campo de estudos da educação não formal pode ter sido a delimitação dos tipos de educação, partindo-se primeiramente da tipificação da educação formal, para só então apresentarem as possíveis denominações para educação não formal e a educação informal. Depreende-se das leituras que, de forma unânime, os autores aqui trabalhados são uníssomos ao delimitar a educação formal como aquela institucionalizada, com regras claras, sendo esta hierarquicamente estruturada. Assim, trazemos a seguir excertos que corroboram com o acima citado.

Trilla toma como base a classificação feita por Coombs (1975, p.27 apud TRILLA, 2008, p. 32) sobre as tipologias, trazendo as seguintes definições:

A educação não formal compreenderia “o ‘ sistema educacional’ altamente institucionalizado, cronologicamente graduado e hierarquicamente estruturado que vai dos primeiros anos da escola primária até os últimos anos da universidade”; a educação não formal, “ toda atividade organizada, sistemática, educativa, realizada fora do marco do sistema oficial, para facilitar determinados tipos de aprendizagem a subgrupos específicos da população, tanto adultos como infantis”; e a educação informal, “ um processo, que dura a vida inteira, em que as pessoas adquirem e acumulam conhecimentos, habilidades, atitudes e modos de discernimentos por meio das experiências diárias e de sua relação com o meio”.

Gadotti (2005) por sua vez, divide os campos educacionais em duas esferas: formal e não formal:

A educação formal tem objetivos claros e específicos e é representada principalmente pelas escolas e universidades. Ela depende de uma diretriz educacional centralizada como o currículo, com estruturas hierárquicas e burocráticas, determinadas em nível nacional, com órgãos fiscalizadores dos ministérios da educação. A educação não-formal é mais difusa, menos hierárquica e menos burocrática. Os programas de educação não-formal não precisam necessariamente seguir um sistema seqüencial e hierárquico de “progressão”. Podem ter duração variável, e podem, ou não, conceder certificados de aprendizagem (GADOTTI, 2005, p.2).

Entretanto para o autor, toda educação deve ser vista como educação formal, se tomarmos como parâmetro a intencionalidade, onde as circunstâncias é que vão diferenciar o tipo de educação que está sendo desenvolvido. Esses processos podem se concentrar tanto na escola (formal), como nos múltiplos espaços da cidade (não formal). O autor acrescenta ainda que espaço e tempo são variáveis relevantes na educação não-formal, por valorizar cada participante, respeitando suas particularidades e jeitos de aprender.

Trilla (2008) reconhece as três modalidades de educação e afirma que a grande tarefa é delimitá-las, ressaltando que não é algo simples, pois não teria como eleger critérios de forma isolada para especificar cada tipo educacional, como no caso do critério de intencionalidade

que pode estar presente ou não na educação informal. Para ele, a educação formal e a não formal deveriam ser uma classe, divididas em subclasses de um mesmo tipo de educação, e a outra classe seria a educação informal. Afirma que a caracterização a ser feita acerca dos sistemas de educação formal e não formal em relação à educação informal, deve atender a critérios de diferenciação e de especificidade da função ou do processo educacional – cita como exemplo a família; que costuma exercer seu trabalho educacional concomitantemente a outras responsabilidades familiares - para ele, a educação na família não é uma coisa que se possa separar e distinguir de sua vida cotidiana, o processo educativo acontece simultaneamente, ou seja, um contexto tido como informal, onde ocorrem também processos de educação não formal. O autor refere-se à estrutura como um dos requisitos para facilitar a abordagem da educação não formal, pelo fato de não precisar atender a nenhum programa normatizado e obrigatório, embora concorde que não é uma variável tão objetiva para classificar um processo educativo como não formal, pois outros elementos devem ser considerados. Ações de educação formal podem acontecer em espaços tidos como não formais e vice versa.

Dessa forma, Trilla (2008, p.42) define como conceito de educação não formal: “O conjunto de processos, meios e instituições específica e diferenciadamente concebidos em função de objetivos explícitos de formação ou instrução não diretamente voltados à outorga dos graus próprios do sistema educacional regrado”. O autor evidencia que não existe um lugar definido para realização da educação não formal, desde quando não seja adotado padrões escolares e elenca alguns âmbitos que se desenvolvem a educação não formal, como: Formação ligada ao trabalho, lazer e cultura, educação social e a própria escola.

Em relação a essa classificação destacamos que nem toda prática dita de educação não formal se propõe influenciar processos de transformação social, se configurando como intervenções muitas vezes paliativas desenvolvidas por ONGs e outras entidades, em contextos que deveriam ser de responsabilidade do Estado.

Assim como Trilla (2008) e Gadotti (2005), Gohn (2014) também aponta a intencionalidade como um critério que pode diferenciar a educação não formal da educação informal, embora, para ela, não se configure como um elemento totalizante. Para a autora, a troca de experiências em espaços e ações coletivas favorece a aprendizagem da educação não formal, e considera que o processo de interação com o outro é a própria prática educativa.

Para Gohn (2014) a educação não formal não existe em contraposição a educação formal, pois tem natureza, campo e preocupações próprias, assim com a educação informal

também tem seu campo específico de acontecimento, sobre isso a autora escreve da seguinte forma:

A educação formal é aquela desenvolvida nas escolas, com conteúdos previamente demarcados; a informal como aquela que os indivíduos aprendem durante seu processo de socialização – ocorrendo em espaços da família, bairro, rua, cidade, clube, espaços de lazer e entretenimento; nas igrejas; e até na escola entre os grupos de amigos; ou em espaços delimitados por referências de nacionalidade, localidade, idade, sexo, religião, etnia, sempre carregada de valores e culturas próprias, de pertencimento e sentimentos herdados. Poderá ter ou não intencionalidades (por exemplo, educar segundo os preceitos de uma dada religião é uma intencionalidade). A grande diferença da educação não formal para a informal é que na primeira há uma intencionalidade na ação: os indivíduos têm uma vontade, tomam uma decisão de realizá-la, e buscam os caminhos e procedimentos para tal. Poderá encontrá-los em meios coletivos ou individuais (GOHN, 2014, p. 40).

Gohn aborda a educação não formal do ponto de vista de uma educação que forme os indivíduos para o exercício da cidadania e justiça social, conscientes e ativos dos processos sociais que envolvam mudanças em suas condições de vida.

Os três autores apresentam opiniões próximas sobre o conceito da educação não formal, quando se trata dos critérios de intencionalidade, espaço e o tempo, e discorrem sobre a incapacidade da educação formal atender a todas as demandas que lhe é atribuída, de forma isolada. Para eles, cada tipo de educação tem sua peculiaridade e importância e ao somar-se pode colaborar para a oferta de uma educação mais ampla e incluyente, sem necessariamente sobrepor os sistemas educacionais.

Embora Trilla e Gadotti, concordem com as diversas aplicabilidades relacionadas a educação não formal, apenas Gohn aborda o caráter formativo dos movimentos sociais nesta modalidade de educação, destacando as ações coletivas de caráter sociopolítico e cultural que desenvolvem, por meio da educação popular, contribuindo para organização dos seus integrantes no pleito de suas demandas (GOHN, 2008). Para nossa pesquisa, consideramos o conceito da autora sobre a educação não formal que se vincula a proposta educativa dos movimentos sociais¹⁵, na construção da cidadania e formação política dos sujeitos, concebendo-o como:

Um processo sociopolítico, cultural e pedagógico de formação para a cidadania, entendendo o político como a formação do indivíduo para interagir com o outro em sociedade. Ela designa um conjunto de práticas socioculturais de aprendizagem e produção de saberes, que envolve organizações/instituições, atividades, meios e formas variadas, assim como uma multiplicidade de programas e projetos sociais. A educação não-formal,

¹⁵Agente de mobilização e pressão por mudanças sociais (GOHN, 1988).

não é nativa, ela é construída por escolhas ou sob certas condicionalidades, há intencionalidades no seu desenvolvimento, o aprendizado não é espontâneo, não é dado por características da natureza, não é algo naturalizado. (GOHN, 2014, p.40).

No mesmo sentido de Gohn, acreditamos que a participação em movimentos sociais pode influenciar diretamente na formação de saberes, a partir de ações e práticas sociais coletivas, determinadas por sentidos específicos de cada horizonte de reivindicação política.

O caráter pedagógico atribuído aos movimentos sociais está associado aos aprendizados adquiridos na própria luta pela transformação social, onde as pessoas se educam mutuamente. Sobre esse teor educativo, Caldart (2001) afirma que:

Desde este outro ponto de vista, ao contrário, dizemos que participar do movimento da luta vai educando um jeito específico de *ser humano*, que potencializa o principal traço da humanidade: a possibilidade de fazer-se e refazer-se a si próprio, enquanto contesta a ordem estabelecida, problematiza e propõe valores, transforma a realidade e se produz como sujeito da história (CALDART, 2001, p. 214).

Gohn (2011, p.333) ainda acrescenta que “Há um caráter educativo nas práticas que se desenrolam no ato de participar, tanto para os membros da sociedade civil, como para a sociedade mais geral [...]”. Entendemos assim que a própria participação possibilita abertura para novos aprendizados.

Percebemos um maior grau de consenso nos estudos que diferenciam a educação formal e a educação não formal, o que não acontece quando se trata da educação informal. Não pretendemos com isso esgotar os estudos sobre essa questão, pois para a pesquisa em foco este não é um tópico central, mas sim uma possibilidade de melhor delimitar e compreender o viés da educação não formal.

2.4 Educação em Movimento: Contribuições da Economia Solidária

O papel educativo, característico dos movimentos, se origina principalmente, da interação entre as culturas, na semelhança de interesses e valores, no respeito às diferenças, da história do outro que reflete a si próprio, despertando novas formas de construção coletiva, na própria luta onde, sujeito e movimento se confundem, como nos mostra Arroyo:

O que os sujeitos sociais de cada movimento se colocam e vivenciam é o que tantos grupos humanos vivenciaram e enfrentaram em outros tempos e espaços. Quanto falam de si, tantos outros distantes, até desconhecidos falaram deles mesmos. Quanto sabem e aprendem de si, tantos outros sujeitos e coletivos souberam e aprenderam deles mesmos. Cada movimento com suas lutas, didáticas e aprendizagens nos revelam quanto sabem de si, e

quanto sabem, sem sabê-lo, dos outros. Este traço nos coloca em contato com permanências pedagógicas que extrapolam cada movimento (ARROYO, 2003, p. 48).

Dessa forma, compreendemos que a participação dos sujeitos reflete na construção da própria identidade dos movimentos, embora ocorra de forma inconsciente, nesse fluxo os sujeitos vão se recriando, resignificando suas vidas, criando novos sentidos para estar no mundo, ampliando seus horizontes, se (re) descobrindo nas relações coletivas e se percebendo capaz de influenciar significativamente nas questões que dizem respeito a sua vida e de sua comunidade.

De acordo com Gohn (2008) os movimentos sociais, estimulam a formação do ser humano em geral, do cidadão conhecedor dos seus direitos e do seu papel político na sociedade, por isso afirma que:

O movimento social, como um sujeito social coletivo, não pode ser pensado fora de seu contexto histórico e conjuntural. As identidades são móveis, variam segundo a conjuntura. Há um processo de socialização da identidade que vai sendo construída [...], a identidade política dos movimentos sociais não é única: ela pode variar em contextos e conjunturas diferentes. E muda porque há aprendizagens, que geram consciência de interesses. Os sujeitos dos movimentos sociais saberão fazer leituras do mundo, identificar projetos diferentes ou convergentes, se participarem integralmente das ações coletivas, desde seu início, geradas por uma demanda socioeconômica ou cultural relativa, e não pelo simples reconhecimento no plano dos valores ou da moral (GOHN, 2008, p. 444-445).

De forma semelhante, Caldart (2000) considera o movimento como princípio educativo e como sujeito educador, pois ao empregar metodologias participativas em suas ações, colabora diretamente para a apropriação de conhecimento, desenvolvimento de novas habilidades e empoderamento dos seus integrantes.

Neste contexto, quando os indivíduos se dão conta de que fazem parte de uma conjuntura de opressão e exclusão, que inclusive, ultrapassa as reivindicações do próprio movimento - condição social antes naturalizada - são impulsionados a se politizarem para que possam fazer enfrentamento a realidade apresentada.

Para além do cotidiano das lutas e da formação dos sujeitos sociais, os movimentos também problematizam seus modos de fazer educação, se indagando sobre seus processos metodológicos, seus objetivos, aonde querem chegar, o que desejam alcançar, que ser humano estão formando nessas dinâmicas, e na economia solidária essas preocupações não são diferentes, elas auxiliam no direcionamento das suas ações, buscando tornar os sujeitos mais conscientes, reflexivos e atuantes a partir de suas práticas, contribuindo para o seu

desenvolvimento. Sobre esses aspectos Singer (2004), afirma que o conceito de desenvolvimento abordado por esta outra economia pressupõem, que toda comunidade se beneficie e não apenas os indivíduos isoladamente:

O desenvolvimento aqui almejado é o da comunidade como um todo, não de alguns de seus membros apenas. Por isso, ele não pode ser alcançado pela atração de algum investimento externo à comunidade. O investimento necessário ao desenvolvimento tem que ser feito pela e para a comunidade toda, de modo que todos possam ser donos da nova riqueza produzida e beneficiar-se dela[...] Desenvolvimento comunitário significa o desenvolvimento de todos seus membros conjuntamente, unidos pela ajuda mútua e pela posse coletiva de certos meios essenciais de produção ou distribuição (SINGER, 2004, p.3)

Cada um contribuindo do seu jeito, do seu lugar, buscando alcançar objetivos que reflitam a coletividade. Na economia solidária, observamos que os processos educativos não estão presentes apenas nos grupos produtivos, mas também nas diversas experiências constituintes do movimento, como os clubes de trocas, feiras, redes de consumo e comercialização, bancos comunitários, fundos solidários, entre outros. Assim como, também se manifestam, nos espaços políticos, como as reuniões, conferências, assembleias, fóruns e etc. Da mesma forma que Gohn (2014) concordamos que essas atividades e ações se processam no campo da educação não formal, caracterizados pela flexibilidade, dinamicidade, heterogeneidade, entre outras variáveis.

A economia solidária se propõe a desenvolver novas habilidades e conhecimentos em outras esferas da vida, além da econômica, baseando-se principalmente, na solidariedade, cooperação e autogestão, considerando o trabalho como um princípio educativo, no qual as pessoas tem a possibilidade de ampliar saberes e conhecimentos através da produção associada e da convivência em grupo, como expressa Singer:

A economia solidária se constitui como “um ato pedagógico em si mesma, na medida em que propõe uma nova prática social e um entendimento novo dessa prática”. A única maneira de aprender a construir a Economia Solidária é praticando-a. Mas, seus valores fundamentais precedem sua prática. Não é preciso pertencer a uma cooperativa ou empreendimento solidário para agir solidariamente. (SINGER, 2005, p.19).

Neste sentido, consideramos que na economia solidária existe uma educação em movimento, que gera aprendizados a partir das práticas sociais realizadas por suas experiências, que se baseiam em princípios da educação popular, valorizando a troca de saberes, a interação entre os sujeitos, o aprender fazendo, a conscientização, o engajamento político, a autonomia e a luta pela emancipação social.

Dessa maneira, é possível pensar na (re) estruturação de um novo sujeito, que além de

desenvolver novas habilidades, consegue ressignificar e atribuir novos sentidos as relações sociais, se percebendo enquanto parte deste processo, que ao contribuir para transformação da sociedade, também se transforma.

Procuramos identificar as práticas educativas e os espaços onde elas acontecem, buscando compreender o impacto destas na participação social e política das mulheres, ponto que discutiremos de forma mais aprofundada em seção posterior.

Temos, portanto, que os processos educativos desenvolvidos em iniciativas do movimento social de economia solidária tem caráter pedagógico, tendo tal prática diálogo estreito com a *radicalização do pensar* apresentada por Arroyo (2003), quando este afirma que:

Os movimentos sociais nos puxam para radicalizar o pensar e fazer educativos na medida em que nos mostram sujeitos inseridos em processos de luta pelas condições elementaríssimas, por isso radicais, de viver como humanos. Nos propõem como tarefa captar as dramáticas questões que são vividas e postas nessas situações limite e revelá-las, explicitá-las. E ainda captar como os sujeitos se formam, entrando eles mesmos como totalidades nos movimentos (ARROYO, 2003, p.36).

Assim, estabelecemos como parâmetro analítico do presente estudo, as práticas educativas vivenciadas por grupos produtivos de mulheres que compartilham dos princípios da econômica solidária, em seu fazer laboral, de modo a compreender o impacto destas na participação social e política das mulheres, ponto que discutiremos de forma mais aprofundada em seção posterior.

2.5 Educação Não Formal e Economia Solidária: O Que Podemos Aprender com as Práticas?

As aprendizagens geradas nas dinâmicas dos movimentos sociais, em especial no movimento de economia solidária, se constituem como resultado da participação dos indivíduos em determinados contextos, que geralmente envolvem a luta por melhores condições de vida em sociedade. Gohn (2011) afirma que os aprendizados podem ocorrer no grupo e de forma isolada, sendo que o envolvimento dos participantes esta diretamente ligado ao sentido dado por cada um (uma) à luta da qual faz parte. Neste contexto, a autora destaca alguns aprendizados que foram identificados em processos educativos, organizados separadamente, para melhor compreensão, mas que em sua maioria, acontecem articuladamente:

Quadro 6 - Tipos de Aprendizagens

APRENDIZAGEM	O QUE GERA
Prática	Como se organizar, como participar, como se unir, que eixos escolher.
Teórica	Quais os conceitos-chave que mobilizam as forças sociais em confronto (solidariedade, empoderamento, autoestima), como adensá-los em práticas concretas.
Técnica instrumental	Como funcionam os órgãos governamentais, a burocracia, seus trâmites e papéis, quais as leis que regulamentam as questões em que atuam etc
Política	Quais são seus direitos e os de sua categoria, quem é quem nas hierarquias do poder estatal governamental, quem cria obstáculos ou usurpa seus direitos etc
Cultural	Quais elementos constroem a identidade do grupo, quais suas diferenças, suas diversidades, as adversidades culturais que têm de enfrentar, qual a cultura política do grupo (seu ponto de partida e o processo de construção ou agregação de novos elementos a essa cultura) etc.
Linguística	Refere-se à construção de uma linguagem comum que possibilita ler o mundo, decodificar temas e problemas, perceber/descobrir e entender/compreender seus interesses no meio de um turbilhão de propostas que se defrontam. Com essa linguagem, criam uma gramática própria, com códigos e símbolos que os identificam.
Sobre a economia	Quanto custa, quais os fatores de produção, como baixar custos, como produzir melhor com custo mais baixo etc
Simbólica	Quais são as representações que existem sobre eles próprios – demandatários, sobre o que demandam, como se auto representam, que representações ressignificam, que novas representações criam.
Social	Como falar e ouvir em público, hábitos e comportamentos de grupos e pessoas, como se portar diante do outro, como se comportar em espaços diferenciados.
Cognitiva	A respeito de conteúdos novos, temas ou problemas que lhes dizem respeito, criada a partir da participação em eventos, observação, informações transmitidas por assessorias etc.
Reflexiva	Sobre suas práticas, geradora de saberes
Ética	A partir da vivência ou observação do outro, centrada em valores como bem comum, solidariedade, compartilhamento, valores fundamentais para a construção de um campo ético-político.

Fonte: Informações sistematizadas pela autora com base em Gohn (2011).

Em nosso estudo percebemos a presença de todos estes aprendizados apresentados por Gohn, sendo que a variação se deu principalmente no tempo de apropriação de cada uma das entrevistadas e os contextos relatados.

É possível depreender das análises das informações coletadas nas entrevistas a percepção de como processos de aprendizagem desenvolvidos no campo da educação não-

formal, junto a experiências associativas de economia solidária, possibilitam a seus participantes uma posição mais crítica e atuante, enquanto cidadãos. Ao compreender seu papel político começam a participar mais, especialmente quando entendem o que está em questão é a reivindicação por direitos e pautas importantes para o seu desenvolvimento e de suas comunidades.

Relacionado a essa afirmação destacamos a própria experiência das mulheres pesquisadas, que a partir da participação em espaços políticos de suas comunidades, como as reuniões do FOPP¹⁶, puderam perceber, primeiro, que poderiam estar naquele espaço falando sobre suas ideias e opiniões, sendo consideradas, e segundo, a partir dessa participação, visualizaram a possibilidade de se organizar em grupo para comercialização de suas produções na Feira local de São Miguel do Gostoso, a maioria já produzia individualmente em seus quintais. Essa afirmação é evidenciada no relato de M3, agricultora, do Grupo Unidas Venceremos, do assentamento Paraíso, município de São Miguel do Gostoso/RN:

As reuniões do FOPP, aqui de São Miguel do Gostoso que é aonde se reúne as associações pra discutir problemas da comunidade ou que seja assentamento, e a gente começou a participar e a gente viu que a gente poderia formar grupo né pra ter uma renda individual do homem e a gente participando, participando, sei que conseguimos formar esse grupo, já tá há quinze anos (M3).

Nesse depoimento é possível perceber a interação de mais de um tipo de aprendizado, como: **prático** - quando compreende a importância de participar desse espaço de discussão política, **cultural** - quando entende que pode se organizar em grupo com outras mulheres agricultoras para fortalecer suas lutas, **sobre a economia** - quando visualiza a possibilidade de gerar sua própria renda, **lingüístico** - quando compreende o que se passa ao seu redor e consegue se expressar e ser entendida, **social** - conseguem participar da dinâmica da reunião compreendendo suas etapas de acontecimento, **cognitivo** - compreensões sobre novos assuntos a partir da participação nos espaços políticos.

Além dos diversos aprendizados e do exercício do controle social nesses espaços, também se destaca o protagonismo das mulheres, que hoje conseguem refletir sobre propostas que consideram importantes para o bem estar dos moradores dos seus assentamentos e de suas famílias:

[...] Porque antigamente a gente não tinha o conhecimento de hoje que a gente tem, as participação de reunião fora, dentro do assentamento, hoje a

¹⁶Fórum de Participação Popular nas Políticas Públicas de São Miguel do Gostoso (BANCO DE DADOS DA RXX).

gente como reconhecida, como chamada pra participar, e pra falar a verdade quem representa o assentamento são as mulheres. Lá na gente é assim, os homens pode ir na reunião lá, você conta um, dois, mas lá a sede dos agricultor é cheio, mas só de mulher. [...] Porque quando a gente vai em busca de algo lá fora, a gente consegue pra dentro do assentamento, né? Nas políticas públicas nós tamos de dentro, correndo atrás, brigando, é nosso, e nós tem direito, e a gente quer isso quer aquilo, e consegue (M3).

As mulheres demonstram compreender o sentido e a importância de estar nos espaços de decisão, contribuindo inclusive na construção de políticas públicas, além de se perceberem como agentes de algumas conquistas coletivas, em suas localidades.

Na formulação e operacionalização de uma política pública, quando representantes da sociedade civil e do poder público se reúnem para discutir proposições, a qualificação desta participação, através do exercício das práticas de educação não formal, podem influenciar substancialmente a maneira como se posicionam para pleitear suas demandas.

Sobre os processos de aprendizagem, Gohn ainda cita o avanço no movimento de mulheres, afirmando que:

Muita coisa foi construída a respeito do lugar da mulher na sociedade, o respeito a seus direitos e a sua retirada da invisibilidade em que ela sempre esteve. Foi um caminho longo de lutas e conquistas. Isso se reflete em leis publicadas, como a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 – a Lei Maria da Penha –, em políticas públicas e também em uma nova cultura política em que há valores que, progressivamente, foram se consolidando na sociedade dentro de novas visões. Quando a Lei Maria da Penha surgiu, ninguém sabia o que era; depois, foi se for - mando um acervo de conhecimento e material a respeito. Então, os movimentos de mulheres passaram a trabalhar o tema da lei (de combate à violência contra as mulheres), por meio de cartilhas, vídeos e palestras, tanto em escala local como na escala nacional (GOHN, 2016, p.63).

Para as mulheres, esses espaços de formação são ainda mais importantes por oportunizar vivências e aprendizados que podem favorecer sua constituição enquanto sujeitas, antes invisibilizadas na sociedade, que em grande maioria enfrenta dificuldades, para conseguir ingressar e permanecer no ensino formal, encontrando na educação não formal, desenvolvida na economia solidária, a possibilidade de aprender novos conhecimentos e restabelecer seu papel social.

Assim, é importante enfatizar a necessidade de sistematizar as experiências desenvolvidas no campo da educação não formal, principalmente aquelas, realizadas pelos movimentos sociais, no intuito de disseminar e fortalecer outras formas educacionais e outros espaços de educação, que tem como foco principal a constituição do sujeito cidadão, consciente de seus direitos.

2.6 Educação Não Formal: Como se Faz?

Cada tipo de educação tem sua forma específica de desenvolver conteúdos, práticas e metodologias. Na educação não formal essa construção tem sido feita juntamente com seus participantes, educandos e educadores trocam saberes e conhecimentos, numa relação onde todos tem algo a ensinar e aprender, do lugar e da realidade em que cada um se situa, promovendo deslocamentos e mudanças de percepções sobre o mundo e sobre suas vidas.

Os educadores dessa modalidade precisam ser capazes de materializar as metodologias utilizadas no cotidiano com os grupos, para que as mesmas possam ser monitoradas, avaliadas e posteriormente replicadas. Para isso é fundamental que assuma o papel de sistematizador dessas intervenções.

Gohn (2006) atribui uma grande importância às metodologias e a formação do educador social para o reconhecimento e consolidação do conceito da educação não formal, e a respeito disso afirma que:

Na educação não-formal, as metodologias operadas no processo de aprendizagem parte da cultura dos indivíduos e dos grupos. O método nasce a partir de problematização da vida cotidiana; os conteúdos emergem a partir dos temas que se colocam como necessidades carências, desafios, obstáculos ou ações empreendedoras a serem realizadas; os conteúdos não são dados a priori. São construídos no processo. O método passa pela sistematização dos modos de agir e de pensar o mundo que circunda as pessoas. Penetra-se, portanto, no campo do simbólico, das orientações e representações que conferem sentido e significado às ações humanas. Supõe a existência da motivação das pessoas que participam. Ela não se subordina às estruturas burocráticas. É dinâmica. Visa à formação integral dos indivíduos. Neste sentido tem um caráter humanista. Ambiente não-formal e mensagens veiculadas “falam ou fazem chamamentos” às pessoas e aos coletivos, e as motivam. Mas como há intencionalidades nos processos e espaços da educação não-formal, há caminhos, percursos, metas, objetivos estratégicos que podem se alterar constantemente (GOHN, 2006, p.32).

Para a autora, mesmo que as metodologias possam ser adaptadas ou modificadas conforme a necessidade dos grupos, comunidades e pessoas, elas precisam ser mapeadas e instrumentalizadas.

Independente da metodologia escolhida, a grande tarefa se encontra nas mãos do educador, pois ele deverá reunir elementos em sua formação e na sua trajetória que o ajudem a problematizar a realidade dos participantes, impactando na mudança de entendimento e comportamento dos mesmos e segundo, Machado (2014, p.69) algumas exigências devem ser atendidas como, "aprofundamento de conteúdos e conhecimentos diferenciados; convivência

e troca de saberes; desenvolvimento de metodologias participativas fundamentadas na educação popular a partir da realidade dos (as) participantes".

Para que a educação não-formal proporcione situações de ensino e de aprendizagem significativas e “formalize” seus processos é necessário que haja por parte das instituições e entidades que realizam ações dessa natureza, a preocupação com o perfil desse educador, no que diz respeito a afinidade com o trabalho a ser realizado, a linguagem que será utilizada, o nível de sensibilidade na relação com o grupo, dentre outros aspectos.

2.7 Educação Não Formal: Quem Educa?

Assim como cada tipo de educação se desenvolve a partir de estruturas, conteúdos, formas e abordagens diferentes, a figura do “educador” também se difere em cada um desses contextos. Na educação não formal, evidencia-se a figura do educador social, que tem um papel fundamental na realização dos processos educativos. Além de ser um facilitador, ele por vezes assume o viés de mobilizador do grupo, na tentativa de despertar o interesse dos participantes objetivando um maior nível de envolvimento e pertencimento dos mesmos, assim:

O educador não-formal tem um papel de facilitador do grupo: ele deve despertar os participantes para o contexto em que vivem, o processo de formação histórica e cultural de sua comunidade e o processo de constituição de si mesmos, desafiando-os a investigar mais a fundo a própria realidade – tanto social como individual. O produto gerado nas atividades é reflexo desse despertar e dessa investigação (VON SIMSON; GOHN; FERNANDES, 2007, p.14).

As pessoas e os grupos aprendem na relação com outro, onde o diálogo é o instrumento principal, auxiliando a troca de saberes e possibilitando a produção de conhecimentos entre os sujeitos, o exercício da fala e da escuta vão influenciar decisivamente nos processos de aprendizagem, como sugerem Arroyo(2003) e Freire (1980).

Cendales e Mariño (2006, p. 60-61) chamam atenção para outras variáveis importantes presentes no diálogo:

O diálogo se constitui num espaço em que afloram emoções, convicções, conhecimentos, interesses, sem que possamos prever sua aparição, sua seqüência ou sua intensidade. O diálogo não é só sobre algo, mas fundamentalmente com alguém. Por isso não se pode reduzi-lo a uma atividade racional. No diálogo, a razão está carregada de emoções e as emoções carregadas de razão.

Simson, Gohn e Fernandes (2007) sugerem que o conteúdo a ser discutido com a

comunidade ou grupos deve considerar o cotidiano dos participantes, principalmente suas características, como idade, gênero, nacionalidade, religião, crenças, hábitos de consumo, a cultura e o modo de vida, observando suas práticas coletivas, divisão do trabalho no interior das famílias, relações de parentesco, vínculos sociais e redes de solidariedade. Todas as capacidades e potencialidades organizativas locais devem ser levadas em consideração.

Sobre essa questão, Freire (1987, p. 47) afirma que:

A inquietação em torno do conteúdo do diálogo é a inquietação em torno do conteúdo programático da educação. Para o educador-educando, dialógico, problematizador, o conteúdo programático da educação não é uma doação ou uma imposição – um conjunto de informes a ser depositado nos educandos -, mas a devolução organizada, sistematizada e acrescentada ao povo daqueles elementos que este lhe entregou de forma desestruturada.

Através do diálogo as pessoas podem falar sobre si, sobre suas vontades, desejos, necessidades, como vêem o mundo, e da mesma forma ouvir a história do outro, que também tem muito para contar. Nessa troca, novos sentidos vão se formando, novas ideias vão sendo projetadas e novas identidades vão sendo formadas. Dessa forma, podemos afirmar que o diálogo é uma das principais ferramentas na facilitação dos processos grupais, pois possibilita que as pessoas interajam entre si e façam leituras do mundo.

Somado ao diálogo, o método que o educador utilizará para desenvolver as práticas educativas junto aos grupos indicará se a sua proposta possui viés emancipatório, permitindo que as pessoas formem suas próprias opiniões e consigam fazer escolhas ou meramente ilustrativo, sem necessidade de se fazer uma análise crítica, tomando como verdades o que é transmitido. Sobre esses aspectos Freire aborda que:

Educador e educandos se arquivam na medida em que, nesta distorcida visão da educação, não há criatividade, não há transformação, não há saber. Só existe saber na invenção, na reinvenção, na busca inquieta, impaciente, permanente, que os homens fazem no mundo, com o mundo e com os outros (FREIRE, 1987, p. 33).

Em relação aos tipos de educação, Freire divide em dois formatos: alienadora, onde existe bem definida a figura do aluno e do professor, onde o segundo deposita sobre o primeiro os conteúdos e informações sem abertura para reflexão, consolidando a relação transmissor e receptor e a libertadora, Freire complementa que:

O antagonismo entre as duas concepções, uma, a “bancária”, que serve à dominação; outra, a problematizadora, que serve à libertação, toma corpo exatamente aí. Enquanto a primeira, necessariamente, mantém a contradição educador-educandos, a segunda realiza a superação. Para manter a contradição, a concepção “bancária” nega a dialogicidade como essência da

educação e se faz antidialógica; para realizar a superação, a educação problematizadora — situação gnosiológica — afirma a dialogicidade e se faz dialógica (FREIRE, 1987, p.39).

O autor ainda faz a comparação: “Educação” para o homem-objeto ou educação para o homem-sujeito¹⁷. Uma educação que gere “fantoches” que possam ser manipulados ou uma que promova reflexão crítica para uma ação consciente e transformadora. Freire (1967) fala sobre essa integração que forma o homem sujeito:

A integração resulta da capacidade de ajustar-se à realidade acrescida da de transformá-la a que se junta a de optar, cuja nota fundamental é a criticidade. Na medida em que o homem perde a capacidade de optar e vai sendo submetido a prescrições alheias que o minimizam e as suas decisões já não são suas, porque resultadas de comandos estranhos, já não se integra. Acomoda-se. Ajusta-se. O homem integrado é o homem Sujeito. A adaptação é assim um conceito passivo — a integração ou comunhão, ativo. Este aspecto passivo se revela no fato de que não seria o homem capaz de alterar a realidade, pelo contrário, altera-se a si para adaptar-se. A adaptação daria margem apenas a uma débil ação defensiva. Para defender-se, o máximo que faz é adaptar-se (FREIRE, 1967, p.42).

Na concepção abordada, o homem integrado incide sobre o universo que faz parte, pois consegue sentir-se parte de algo que traz sentidos para sua vida.

O educador deve sentir e seguir sua intuição em relação aos possíveis direcionamentos que podem ser dados no momento da formação, incluindo aí a reflexão sobre uma necessidade de improvisação do que foi pensado e planejado como referência caso perceba que não está fluindo da maneira como foi projetada a atividade.

A formação técnica ou acadêmica desse educador não será o critério fundamental para o desempenho das ações juntos aos grupos, mas, essencialmente, sua capacidade de sensibilização dos participantes, na tarefa de resignificar vivências individuais no coletivo, a partir de suas realidades concretas. O perfil sensível e provocador desse educador será muito relevante no contexto da pedagogia proposta. Para Simson, Gohn e Fernandes (2007, p.28):

O educador, com essa formação, vê as técnicas e instrumentos de trabalho, como anotações de campo, diários de bordo, relatórios, registros de vivências, registros de momentos de reflexão, rodas de discussão, fotos, vídeos, etc, como muito mais que meros requerimentos cotidianos preconizados pela instituição. Os meios e técnicas tornam-se parte da dinâmica de formação no dia-a-dia, sendo utilizados conforme as necessidades do projeto. Ou seja, a identidade e os pertencimentos são construídos no processo de trabalho do educador, incorporando a seus processos metodológicos.

Dessa forma, compreendemos como fundamental a atuação desse profissional e a

¹⁷Educação como prática da liberdade (FREIRE, 1967, p.36).

escolha das metodologias a serem utilizadas nas atividades de formação com os grupos. O nível de sensibilidade e interação com as questões reveladas pelo coletivo são fatores importantes para a condução de propostas de cunho emancipatório.

Em síntese, a educação não-formal vem sendo desenvolvida em diferentes espaços e formatos e atendendo a diversas esferas da sociedade. Importante destacar que algumas ofertas desse tipo educacional pode apresentar viés assistencialista sem pretensão de desenvolver capacidade crítica dos seus participantes, reproduzindo os interesses da ordem vigente apoiadas por políticas compensatórias. Por isso afirmamos que nem toda educação não-formal é desenvolvida com base na educação popular.

O horizonte dos movimentos sociais, onde estudamos essas práticas educativas, tem como principal propósito a formação do cidadão consciente e engajado, que, ao dar-se conta de si, de suas capacidades, pode vislumbrar outras formas de estar no mundo, exercendo controle social, a partir da participação social e política, reflexo das vivências grupais baseadas na educação para a cidadania, contribuindo também para o aumento da auto estima e sua valorização enquanto sujeito.

Nesse sentido, o papel do educador social tem fundamental importância nesse processo, pois é o principal mediador da relação com o outro, capaz de sugerir propostas e orientações pedagógicas de balizamento do seu trabalho constituindo um elo propulsor de transformação e multiplicação das experiências.

Por fim, outro aspecto destacado é a necessidade de sistematizar as metodologias criadas e utilizadas no cotidiano das atividades, além da construção de instrumentos metodológicos de avaliação que permita a reflexão do trabalho que está sendo realizado e consequentemente sua replicação.

3 EDUCAÇÃO NÃO FORMAL: CONTRIBUINDO PARA O DESENVOLVIMENTO DE LIBERDADES

Neste capítulo faremos uma abordagem sobre a capacidade que as práticas de educação não-formal possuem de potencializar aspectos que visem o exercício das liberdades humanas, sem desconsiderar o fator econômico, mas dando ênfase a novas formas de ler e compreender as relações entre os sujeitos e o mundo. Utilizaremos o conceito de desenvolvimento de Sen (2010), apresentando seu pensamento de modo geral e especificando alguns elementos fundamentais, como os tipos de liberdade a condição de agente das mulheres e a expansão das capacidades. Pretendemos refletir como as ideias discutidas por Sen se aproximam dos métodos participativos desenvolvidos na educação não-formal e na economia solidária.

Nesse contexto, estamos considerando, a partir do que foi discutido ao longo do texto, que as práticas educativas não formais possuem um potencial emancipador capaz de gerar aprendizados que conduzam os sujeitos a exercer sua liberdade. Ter capacidade para fazer algo se aproxima de ter a liberdade de fazê-lo.

Para Sen (2010), o termo capacidade corresponde à existência de condições necessárias para sua realização, ter a capacidade de fazer algo significa poder ter liberdade para fazê-lo. Dessa forma, as capacidades necessariamente refletem liberdades. É importante que as pessoas tenham liberdade para realmente viver do modo como valorizam, com razão para tal. A escolha de realizar um determinado funcionamento, isto é, a liberdade de escolha é o que se valoriza nesta abordagem. A liberdade é o que possibilita as pessoas terem uma postura ativa, de agir e ocasionar mudanças, sendo suas realizações julgadas de acordo com seus valores e objetivos.

O conceito de desenvolvimento vem sendo debatido desde o século XIX até os dias atuais, por diversos autores, a partir de três visões: como sinônimo de progresso, como sinônimo de sustentabilidade, atribuindo destaque essencialmente ao crescimento econômico, e mais recentemente como sinônimo de liberdade, concebido por Sen. O autor propõe a combinação das preocupações econômicas, sociais, políticas, entre outras para compor o que entende pelo termo. Para ele, esses diferentes aspectos estão interligados, influenciando-se mutuamente.

Sen (2010) aborda o conceito de desenvolvimento a partir de cinco categorias principais: remoção das privações, liberdades, capacidades, agentes e efetivações. Para o

autor, remover as privações vai além das questões econômicas de geração de renda. Assim, ao invés de se focar na superação da pobreza, entendida essencialmente como baixo nível de renda, o autor analisa as chamadas privações de liberdade, termo que vai muito além da esfera econômica, sendo o desenvolvimento um possível caminho da superação de tais privações. Dessa forma, o enfoque nas liberdades humanas traz novos elementos para se pensar o desenvolvimento. Importam tanto os processos que permitem liberdade de decisão e ação, como as oportunidades que as pessoas tem de obter resultados significativos, observadas as circunstâncias (SEN, 2010).

Neste sentido, Sen (2010) traz duas funções da liberdade, denominadas respectivamente como liberdades substantivas e liberdades instrumentais. As liberdades substantivas são vistas como capacidades elementares como, por exemplo, evitar privações como a fome, a subnutrição, a morbidez evitável e a morte prematura, bem como as liberdades associadas a saber ler e fazer cálculos aritméticos, ter participação política e liberdade de expressão.

O conceito de liberdade instrumental, em que analisa a eficácia da liberdade como meio e não apenas como fim, é assim concebido por Sen:

O papel instrumental da liberdade concerne diferentes tipos de direitos, oportunidades e intitulação que contribuem para a expansão da liberdade humana em geral, e assim, para a promoção do desenvolvimento. Neste contexto, são enfatizadas cinco liberdades instrumentais fundamentais: liberdades políticas, facilidades econômicas, oportunidades sociais, garantias de transparência e segurança protetora (SEN, 2010, p. 58)

Essas liberdades tanto aumentam as capacidades gerais de as pessoas viverem livremente, como se complementam e se reforçam umas às outras, como podemos observar no seguinte trecho.

Liberdades políticas (na forma de liberdade de expressão e eleições livres) ajudam a promover a segurança econômica. Oportunidades sociais (na forma de serviços de educação e saúde) facilitam a participação econômica. Facilidades econômicas (na forma de oportunidades de participação no comércio e na produção) podem ajudar a gerar a abundância individual, além de recursos públicos para os serviços sociais. Liberdades de diferentes tipos podem fortalecer umas às outras (SEN, 1999, p. 25-26).

Assim, compreende-se que a associação de todos os tipos de liberdades instrumentais possibilita um nível de desenvolvimento humano mais efetivo, principalmente pelo caráter que cada uma das liberdades expressa em termos de acesso, envolvendo variáveis básicas, mas significativas de inserção individual e coletiva.

Um fator que pode vir a influenciar as liberdades são as políticas públicas. As

liberdades, tanto substantivas quanto instrumentais, podem ser aumentadas por meio de políticas específicas, e o inverso também pode ser verdadeiro, ou seja, o uso efetivo das liberdades pode influenciar as políticas públicas. Se por um lado, as capacidades dependem fundamentalmente das disposições sociais, econômica e políticas, entre outros fatores, por outro lado, o uso pleno das capacidades faz com que o indivíduo seja participante ativo das reivindicações por ações sociais, econômicas e políticas.

Apesar de estarem intimamente relacionadas, para pesquisa vamos nos ater as liberdades políticas e as facilidades econômicas. Apoiamo-nos na interpretação de Bezerra (2013) sobre estudos de Sen nessas duas esferas:

A liberdade política significa as pessoas serem livres para escolher seus governantes, opinar sobre as formas de condução de seus governos e formular críticas quando julgar necessário. É a liberdade de opinar sobre os destinos de seu país ou suas localidades. É o direito de serem cidadãos e cidadãos dotados de participação social, seja em partidos políticos, seja nos sistemas associativos. É o direito de organizar e participar de manifestações públicas e buscar alterar a realidade.

As facilidades econômicas referem-se as condições ou oportunidades que as pessoas têm de aferir rendas e utilizar os recursos em forma de consumo para o bem-estar. São as oportunidades que os indivíduos têm para utilizar recursos econômicos. As facilidades econômicas de uma pessoa dependem das condições que ela dispõe e dos mecanismos disponíveis na economia. Mesmo não sendo o único elemento, o crescimento econômico do país é importante na ampliação das capacidades financeiras das pessoas. A medida que ocorre o processo de desenvolvimento econômico e aumenta a renda e a riqueza de um país, facilita as oportunidades econômicas da população (BEZERRA, 2013, p. 37).

Essa análise nos remete a outro aspecto importante que é o acesso à educação, questão aprofundada no capítulo 2. Para que o indivíduo possa fazer escolhas e consiga realmente aproveitar as oportunidades que possam surgir em sua vida, de acordo com a análise feita, se faz necessário ter um grau de instrução mínimo. A negação desta possibilidade a qualquer pessoa é contrária às condições fundamentais da liberdade participativa (SEN, 2010).

3.1 Facilidades econômicas e liberdade política

Optamos por nos ater a dois tipos de liberdade: facilidades econômicas e liberdade política, para focalizar a abordagem em dois aspectos que foram muito recorrentes durante o trabalho de campo. Quando foram questionadas sobre as mudanças realizadas em suas vidas, as mulheres apontaram sempre o poder falar, defender suas opiniões, de escolher, de "bater o pé" por seus direitos enquanto cidadãs políticas e, em seguida, identificam o acesso a renda

como aspecto significativo na construção de sua autonomia e no exercício da independência, mesmo que limitada, além de se perceberem como sujeitos de suas vidas. É fato que a condição econômica é uma variável bastante relevante para independência financeira dos indivíduos, principalmente das mulheres que, historicamente, sempre tiveram que aceitar o lugar de subalternidade nas relações familiares. Apesar de ser uma necessidade mais premente, a questão econômica deixa de ser uma questão central quando as mulheres se dão conta que outros ganhos são conquistados ao participarem de contextos que contribuem para formação de uma nova consciência sobre si e suas capacidades. Como podemos perceber neste relato:

O que me motivou foi que na época as minhas meninas eram pequenas, a necessidade mesmo e a gente precisava vender aquilo que ficava estragado na praia, e aí a ideia de todo mundo é que a renda era pras famílias que tava envolvida lá, depois a gente descobriu que não era só a renda que a gente precisava, a gente precisava também, de formação, de passar por outros processos (L2).

Da mesma forma aconteceu para L1, dirigente da RXX e apiculadora do Grupo Decididas a Vencer, de Mulugunzinho, assentamento do município de Mossoró:

É muito além do que isso, eu acho que essa parte, da auto-organização, da própria saída de dentro de casa, essa participação nos espaços de militância, seja no movimento, seja de capacitação e formação, é muito importante né, porque foi assim que eu mudei minha vida, não foi só pela parte econômica, mas pela parte também de ter conhecimento dos meus deveres, mas também dos meus direitos (L1).

E quando só os aspectos econômicos e financeiros são priorizados, essas iniciativas que tiveram sua origem a partir de outras demandas (de valorização, inserção, pertencimento, identidade), visando processos coletivos, nos quais todas pudessem se fortalecer mutuamente, tendem a fracassar.

O grupo não tá mais ativo por uma série de processos que aconteceram, e essa falta de inverno, a pesca fracassou bastante, e como mudou a diretoria da Cootipesca, a pessoa que hoje tá na diretoria disse que não valia a pena comercializar pouco, ela tem uma ideia muito grande, de grandes produção, e aí as mulheres ficaram fragilizadas e desistiram, e hoje lá acontece um restaurante (L2).

Nos parece que essa situação ocorre quando a proposta do grupo deixa de ser coletiva para atender interesses de supostas lideranças, justificada pela busca de um falso desenvolvimento/crescimento do grupo. Diante das dificuldades, narram que mesmo assim continuam juntas buscando formular estratégias para continuar seus processos e reforçam a

participação no movimento feminista na própria RXX como um fator preponderante para que não desanimem da luta para melhorar suas condições:

A participação no grupo foi muito importante, porque foi dentro do grupo que eu adquiri informações, de como funciona as políticas públicas, foi dentro do grupo que realmente eu aprendi muita coisa. Serviu mesmo de base pra minha vida pessoal, pra seguir em frente. Mas mesmo a Cotipesca não funcionando mais com as mulheres, as mulheres continuam dentro do movimento de mulheres, participando da Marcha, participando das discussões do núcleo da Rede Xique Xique. Elas não tãõ nessa parte de comercialização e produção, mas são mulheres agricultoras, outras pescadoras, mas tem esse vínculo de continuar se reunindo, não o grupo formado, mas individualmente todas ainda se reúnem, porque ainda hoje cada qual ficou na sua unidade familiar, que muitas delas tem a sua produção própria do quintal. Ai mudou a produção da Cotipesca de pescado pra produção de galinha, fizeram umas hortas nos quintais, fez essa transição da pesca pro rural, e hoje elas estão nessa produção, inclusive eu também estou nessa produção (L2).

A renda tem um papel central na concepção de desenvolvimento elaborada por Sen (2000):

O baixo nível de renda pode ser uma razão fundamental do analfabetismo e das más condições de saúde, além da fome e da subnutrição; inversamente, melhor educação e saúde ajudam a auferir rendas mais elevadas. O que leva à indicação de diferenciar desigualdade de renda (trata da eficiência) de desigualdade econômica (trata da equidade), na elaboração de políticas públicas. Quando a desigualdade é vista em termos de renda, essa limitação influencia de maneira muito abrangente na elaboração das políticas econômicas. Os debates sobre políticas realmente têm sido distorcidos pela ênfase excessiva dada à pobreza e à desigualdade, medidas pela renda, em detrimento de outras privações relacionadas a outras variáveis como desemprego, doença, baixo nível de instrução e exclusão social (SEN, 2010, p.131).

Quanto à pobreza, esta é definida por Sen como privação de capacidades básicas, e não apenas como privação de renda. A partir daí se pode perceber que os direitos sociais são enfatizados não como um fim em si mesmo, mas como meios para obter renda.

As facilidades econômicas pressupõem possuir liberdade para poder escolher onde trabalhar, o que produzir, o que consumir gerando um processo de valoração do agente, tornando ele responsável pelas suas escolhas. As facilidades econômicas de uma pessoa dependem das condições que ela dispõe e dos mecanismos disponíveis na economia.

Quando as mulheres chegam aos grupos e posteriormente se integram à rede, inicialmente visualizam a questão econômica e financeira como o maior propósito para sua inserção. Com o passar do tempo e fruto da participação nas dinâmicas que envolvem os

espaços educativos, outros valores vão sendo desenvolvidos e fortalecidos, fazendo com que elas gerem um sentimento de pertença e identidade, reconhecendo-se como parte deste "corpo". Elas escolhem ficar, mesmo que precisem enfrentar dificuldades no campo financeiro, não vão em busca do trabalho tradicional. Além dessa inserção na rede, assumem um papel mais crítico e consciente permitindo uma compreensão de seus direitos, que sua opinião e o que pensam fazem diferença e que são livres para fazer escolhas. Essa categoria reforça que a renda não é um fim, mas um meio para ampliação das liberdades.

Dantas (2013) citando Sen (2000) afirma que a liberdade política significa as pessoas serem livres para escolher seus governantes, opinar sobre as formas de condução de seus governos e formular críticas que julguem necessário. É o direito de participar socialmente, em partidos políticos, em experiências associativas, em manifestações públicas, buscando alterar suas realidades.

No que tange a liberdade política, a maioria das mulheres relataram fazer parte de vários espaços que se configuram como decisórios como conselhos municipais de desenvolvimento, fóruns, sindicatos, partidos políticos e que nem sempre foi assim, achavam que o único lugar destinado a elas, era a cozinha, o quarto e a sala de casa, no máximo o quintal. Tratando-se das mulheres rurais essa realidade é ainda mais opressora, como relata M6, agricultura, do grupo juntas venceremos que comercializa na feira agroecológica de São Miguel do Gostoso:

[...] A gente não andava pra canto nenhum era só em casa eu achava que eu era mulher só de casa mesmo né, não tinha direito de sair pra canto nenhum então agora eu conheci meus direitos, nos conhecemos nossos direitos e foi uma..., como é que eu quero dizer, um conhecimento que a gente não tinha antes e então hoje a gente se reconhece como mulher que mulher não é pra ficar.... tá na cozinha fazendo comer lavando roupa é pra andar conversar, participar desses programas sociais... de tudo que a gente quiser né? (M6).

A partir do momento que as mulheres começam a participar dos espaços políticos, vão entendendo que podem ampliar seus horizontes e acessar novos conhecimentos. Compreendem que é um direito delas enquanto pessoas. Para as mulheres rurais esse processo é ainda mais difícil, pois a maioria planta e cria animais em torno da casa, ao mesmo tempo em que simultaneamente cuidam dos trabalhos domésticos e de cuidados. O produtivo e o reprodutivo se confundem numa esfera só.

3.2 Influência da Participação Social e Política: Contribuições na Construção da Autonomia

Segundo Scott, Cordeiro e Marilda (2010, p.17) “os processos que afetam as relações nos contextos rurais demandam um olhar sensível e uma atenção específica que permita desvendar a vivência de uma ruralidade cada vez mais emaranhada em complexas teias de poder e de significação”. As mulheres têm se organizado cada vez mais em movimentos de maneira que se faz necessário compreender os processos e as lógicas que informam esta participação e valorizam as suas reivindicações.

Segundo Rodrigues et al (2010) o trabalho das mulheres rurais está tão ou mais “para além da dupla jornada” que o das mulheres urbanas. Ele corre uma jornada contínua que vai do amanhecer ao anoitecer, confundindo-se as atividades domésticas e produtivas. Na maioria das vezes, as mulheres urbanas precisam sair de casa, pegar transporte para chegar no seu local de trabalho, enquanto que as mulheres rurais geralmente trabalham no próprio quintal de casa. As autoras consideram que a insurgência de movimentos sociais em contextos rurais e urbanas, tem sido cenário para novos estudos sobre as mulheres, corroborando para seu empoderamento.

Gohn (2014) destaca o sentido educativo da participação, a qual, como prática educativa, forma cidadãos voltados para os interesses coletivos e para as questões da política. Para ela, a participação tende a aumentar à medida que o indivíduo participa, ela se constitui num processo de socialização e faz com que, quanto mais as pessoas participam, mais desejem continuar neste caminho. Neste sentido podemos compreender que é participando que o indivíduo se habilita à participação, no sentido pleno da palavra, que inclui o fato de tomar parte e ter parte no contexto no qual estão inseridos, evidenciado assim o caráter pedagógico da participação. A autora ainda afirma que só há participação quando há um sentimento de que os indivíduos estão sendo valorizados e são necessários para alguém, quando percebem sua própria contribuição, que tem um lugar na sociedade e são úteis.

As mulheres relataram que a motivação para se inserirem no grupo originou-se principalmente das participações nas reuniões do FOPP, nas quais foram começando a compreender seu papel, direitos e deveres.

As reuniões do FOPP, aqui de São Miguel do Gostoso que é aonde se reúne as associações pra discutir problemas da comunidade ou que seja assentamento, e a gente começou a participar e a gente viu que a gente poderia formar grupo né pra ter uma renda individual do homem e a gente

participando, participando, sei que conseguimos formar esse grupo, já tá há quinze anos (M3).

A gente conheceu através de reuniões, no FOPP, que a gente começou no FOPP, aí agente conheceu outros grupos aí em conversa a gente foi incentivadas a forma grupo que a gente já tínhamos vontade de formar, aí foi, conhecemos Neneide na Rede Xique Xique aí ela deu mais uma força pra gente, começou a dar reunião pra gente, aí a gente foi... aceitamos e começamos a formar o grupo e até hoje ta dando certo, graças a Deus (M6.)

Mudou, mudou porque antigamente a gente não tinha o conhecimento de hoje que a gente tem, as participação de reunião fora, dentro do assentamento, hoje a gente é reconhecida, é chamada pra participar, e pra falar a verdade... aí e a participação né da... E pra falar a verdade quem representa o assentamento são as mulheres. La na gente é assim, os homens podem ir na reunião lá, você conta um, dois, mas lá a sede dos agricultores é cheio cheio, mas só de mulher...(M3).

As falas refletem principalmente em como as mulheres conseguem perceber que não são mais as mesmas ao participarem das reuniões, não estão mais reduzidas apenas à esfera privada dos seus lares, mas são capazes de falar, opinar, ocasionar mudanças, são agentes de suas mudanças e das mudanças ao seu redor.

Panteman (1992), citada por Gohn (2014), analisa que a participação pode gerar atitudes de cooperação, integração e comprometimento com as decisões, assumindo um caráter educativo. O exercício da participação pode influenciar a formação de cidadãos interessados nas questões coletivas e políticas, para além da simples escolha dos governantes.

A partir das vivências, a autonomia também se destaca como eixo fundamental para aquelas mulheres que até então, na sua maioria, nunca havia trabalhado fora do contexto doméstico. A construção da autonomia econômica ganha destaque nas narrativas, como fator preponderante, mas é notável a revelação de outras autonomias ao longo da caminhada:

“Mudou, mudou muito, no financeiro porque a coisa era mais difícil antes, hoje em dia é mais fácil né, tudo que você trabalha você tem seu dinheirinho as coisas se tornam mais fáceis pra você, pra gente né. Em tudo, na alimentação de casa né, e em todas outras coisas, tudo mudou muito e pra melhor (M1).

Me sinto mais independente que é o melhor de tudo, porque antes de eu começar com essa horta, todo dinheiro que eu pegava vinha da mão dele né, hoje em dia pra mim comprar uma coisa, tem vez que quando ele vem saber eu já tenho comprado, até pra eles mesmo né eu compro com o que eu trabalho da pra fazer isso, não é muita coisa mas é uma grande ajuda, e isso pra mim é tudo, ser independente né” (M1).

A autonomia econômica se revela como motivadora para o desenvolvimento de outras

formas de autonomia. Esse fator se destaca principalmente em virtude da maioria das mulheres não terem exercido até então, atividade remunerada fora do contexto doméstico.

A partir das falas podemos perceber que as próprias mulheres ainda veem como ajuda o que ganham e levam para suas casas, mas compreendem a importância de possuir uma renda própria para construir sua autonomia econômica. Essa condição já possibilita estabelecer um diálogo com seus companheiros de forma mais equitativa, apesar de todas as dificuldades já enfrentadas, inclusive relacionadas a alguns tipos de violência, como expressa o depoimento de uma das entrevistadas.

“[...]E a outra dificuldade era o companheiro com o qual eu viva, era uma pessoa muito violenta e muitas vezes passei muita vergonha porque ele bebia e chegava bagunçando, que na verdade ele não queria que eu fosse pra cooperativa, que dizia muito que aquilo era uma coisa sem futuro, que lá só tinha mulher desocupada, aí você sabe né a baixaria que faz. Essa foi umas das dificuldades que eu tive. Não por lutar por pescado, essas coisas, porque até mesmo eu era filha de pescador, já vivia nesse ramo de lutar com pescado” (L2).

Segundo Faria (2002), a autonomia econômica é essencial para que as mulheres possam prover seu próprio sustento. Entretanto, essa variável não envolve apenas geração de renda e independência financeira, mas pressupõe também autonomia para realizar escolhas. Além de garantir a própria renda, é preciso que as mulheres tenham liberdade e condições favoráveis para escolher sua profissão, planejar seu futuro, ter tempo para o lazer e para se qualificar, fazerem o que quiserem.

Vemos, então, uma convergência para o que os estudos de Sen (2010), nos apontam em relação ao papel da mulher na sociedade, como agente, detentora de postura ativa, capaz de agir e ocasionar mudanças, ampliando também seu poder nas tomadas de decisão no interior da família.

O processo produtivo, conduzido pelas mulheres, também afeta diretamente o consumo e os hábitos alimentares da família, garantindo uma alimentação mais saudável e a segurança alimentar de todos(as). A produção é, em grande medida, para o próprio consumo como podemos verificar nessa fala.

O que motivou porque eu desde eu criança eu já trabalho assim na terra, meus pais agricultor, e criou a gente sempre cultivando terra, plantando, limpando, ajudando a colher e tudo, então toda vida tive vontade de trabalhar numa coisa assim... melhor ne... num grupo, produzindo o próprio alimento ne, pra dar uma sustentabilidade pra família e foi nesse intuito que a gente começou a trabalhar pra ter a renda da família, primeiramente pra família ne, então se aumentasse se desse a gente vendia e se não desse era pra o consumo ne, porque aí facilitava muito, então no

conhecimento dos outros grupos a gente ficou com essa ansiedade de como era bom a gente passar o tempo trabalhando se alimentando do próprio trabalho da gente ne... e isso pra mim e acho que pra todas é muito interessante, a gente sabe o que que ta consumindo e já diminui o que você vai comprar ne.. além do que a gente leva pra casa agente o que vai comprar as coisas mais pouca porque a gente tudo a gente produz um pouco, então realizou meu sonho porque era um sonho que eu tinha de trabalhar com hortaliça e criação de galinha criação de porco tudo isso hoje eu faço mesmo com essa idade que eu estou mais agradeço muito a Deus porque ele ta dando essa oportunidade de eu ainda estar trabalhando graças a Deus e o que me motivou foi isso (M6).

A comercialização acontece apenas sobre o excedente do consumo doméstico. As mulheres reconhecem a sua contribuição para melhoria da alimentação familiar, influenciando na mudança de hábitos, garantindo mais segurança alimentar, principalmente pela diversidade produzida, além de conseguir uma boa economia, comprando somente o necessário para suas casas.

Um dos ganhos concretos dos processos participativos é o fato de que algumas mulheres começam a assumir o protagonismo de suas lutas e de suas próprias vidas.

[...]Agora ele (o marido) aceita, mas logo no início ele não queria que eu me envolvesse não, mas agora ele já vem pra feira, já vende mais eu, já vai pra horta, já me ajuda, que antes ele dizia que não tinha futuro, logo de início ele dizia “Sandrinha, isso tem futuro não”, eu dizia “pois se não tem pode deixar, eu to vendo que tem futuro”. Ele ficava insistindo pra eu não... não vinha pra feira, as vezes eu tava aqui na banca e ele passava pra lá e pra cá mas fazia conta que aqui não existia, aí hoje ele chega aqui me ajuda do início ao fim, vende, vai pra horta, me ajuda na horta. (M1)
[...]Eu acho que o crescimento que a gente teve foi muito bom como pessoa, hoje a gente pode chegar, participar de eventos, tá participando dos espaços, antes a gente não participava desses espaços nenhum, e depois da formação de grupo a gente consegue fazer isso bem, convidada pra tá participando de vários espaços. Eu acho que é muito importante essa organização (M7).

Além disso, a maioria das mulheres encontra em suas companheiras o incentivo a continuar participando, a carona, o acolhimento e o reforço de que esse espaço já está contribuindo para mudar suas vidas e conquistar direitos e políticas. Assim, a solidariedade entre as mulheres também é uma prática que se fortalece nos processos de auto-organização.

Dessa forma, evidencia-se a forma como Gohn (1999) concebe os processos de aprendizagem na educação não-formal, que, a partir da experiência em trabalhos coletivos, o aprendizado e o conhecimento são gerados, construídos por intermédio das vivências. O resultado da participação propicia a constituição de pessoas mais ativas e atuantes que agem e podem mudar contextos e situações desfavoráveis. A postura de agente não é uma condição

que se tenha ou não, que se adquira e pronto. É algo a ser desenvolvido e isso pode ocorrer aos poucos. Pode se desenvolver mais em alguns aspectos e menos em outros, passando por diversos aprendizados e o enfrentamento de muitos medos.

Sobre a conquista da autonomia e melhoria da auto estima Rozendo e Molina (2013, p.189) afirmam que, "tão ou mais importante quanto o reconhecimento social, são as mudanças registrada no interior dos lares: é ali que a autonomia conquistada em relação aos cônjuges e pretendentes se configura como um fator capaz de quebrar hierarquias, reestruturar famílias e alterar trajetórias".

3.3 A condição de agente das mulheres

Evidencia-se que as liberdades dos indivíduos são os elementos constitutivos básicos do desenvolvimento e, por sua vez, é em grande medida uma visão orientada para a condição de agente desempenhada por eles. Sen (2010) define agência como a capacidade de agir, gerando algum tipo de mudança, cujas realizações podem ser julgadas de acordo com os valores e objetivos dos próprios indivíduos, sem que necessite de avaliações externas. Entretanto, o autor afirma que essa condição pode ser limitada pelas próprias oportunidades sociais, educacionais, políticas e econômicas dispostas:

O grande alcance da condição de agente das mulheres é uma das áreas mais negligenciadas nos estudos sobre o desenvolvimento e requer correção urgente. Pode-se dizer que nada atualmente é tão importante na economia política do desenvolvimento quanto um reconhecimento adequado da participação e da liderança política, econômica e social das mulheres. (SEN, 2010, p.263).

A condição de agente tem natureza diversa e pode ser exercida de modo diferente nas várias dimensões da vida das pessoas, em relação ao trabalho, à educação, à saúde, às obrigações domésticas, por exemplo.

Um exemplo de que a condição de agente pode ter diferentes níveis de desenvolvimento e abranger diferentes dimensões é encontrado ao observarmos a condição de agente das mulheres.

Já não mais receptoras passivas de auxílio para melhorar seu bem estar, as mulheres são vistas cada vez mais, tanto pelos homens como por elas próprias, como agentes ativos de mudança: promotoras dinâmicas de transformações sociais que podem alterar a vida das mulheres e dos homens. (SEN, 2000, p. 220).

Dantas (2013) reforça que a tarefa de buscar o bem-estar sempre foi pautado pelo

movimento feminista, que até então reivindicava o atendimento a demandas essenciais e de defesa das mulheres do ponto de vista individual. O objetivo era obter um tratamento adequado para as mesmas, de forma digna e reconhecendo sua condição como pessoa humana. Nesse período, as mulheres não tinham direito a educação, casavam ainda crianças, sem direito a opinar ou fazer escolhas sobre suas vidas. Somada a essas questões, Sen (2010) acrescenta que o movimento feminista posteriormente, passa a reivindicar a participação das mulheres em esferas públicas, onde poderiam assumir um papel mais ativo na sociedade, como afirma que:

Compreender a necessidade de promover o bem-estar e ao mesmo tempo construir a condição de agente das mulheres é uma tarefa necessária para se atingir o desenvolvimento como liberdade. Importante destacar que ao associar a análise sobre gênero como variável para o desenvolvimento, o autor afirma que existem desigualdades reais que afetam a vida das mulheres. Pode-se dizer que nada atualmente é tão importante na economia política do desenvolvimento quanto um reconhecimento adequado da participação e da liderança política, econômica e social das mulheres. Essa é, de fato, um aspecto crucial do desenvolvimento como liberdade (SEN, 2000, p. 235).

É comum que a principal renda da família seja de responsabilidade do marido e quando a mulher passa a ter alguma renda, isso muda as relações de poder da casa. As mulheres entrevistadas, quando iniciaram sua participação no contexto econômico, comercializando na feira, logo perceberam que as suas contribuições financeiras para a família as tornavam mais visíveis e respeitadas no espaço doméstico. Desta forma, conseguiram ganhar mais voz ativa, pois já não dependiam, totalmente, de outras pessoas.

É importante considerar que o exercício das liberdades contribui substancialmente para o empoderamento das mulheres, influenciando na tomada de decisões, fazendo com que elas acreditem em sua própria força e lutem para alcançar seus objetivos.

As mulheres de assentado pra eles não tinha valor, só tinha valor o homem, que o melhor do resultado desse grupo foi que a gente acabou com isso, hoje a mulher é mulher e ela consegue, e ela é capaz de fazer e trabalhemo demais lá dentro do assentamento da gente pela igualdade, que antes lá não existia isso, era deles e pronto e acabou. E a grande dificuldade foi essa, a gente querer o espaço pra trabalhar e eles não queriam porque tinha que fazer uma ata pra... Liberar um pedaço lá pra gente, e a gente abestalhada e fiquemo entrando na deles e foi uma dificuldade muito grande, mas conseguimos. Porque diziam que a gente não era capaz de produzir, enquanto os homens, que lá era uma área coletiva que já tinha irrigação, só que os homens começaram a trabalhar lá e trabalharam um ano depois desistiram, abandonaram, ai eles diziam que não iam liberar porque com os homens não deu certo. E com mulher que não ia dar, né? Ai assim, foi uma grande dificuldade, mas conseguimos (M3).

Através desta fala percebemos como ter mais liberdade melhora o potencial das pessoas para agir em pró de si mesma e influenciar decisivamente nos espaços que participa.

3.4 Espaços de aprendizagem: Onde se aprende?

As práticas educativas não-formais acontecem em vários espaços, de formas diversas e principalmente sem padrões pré-estabelecidos. No estudo apresentado, estamos tratando de processos que envolvem a educação popular, que prioriza vivências com capacidade de ensinar transformações sociais, dentro do contexto da economia solidária que preza por outros tipos de relação entre as pessoas, destacando a solidariedade.

Antes e durante a pesquisa, foi possível acompanhar momentos de formação realizados a partir de oficinas, encontros, cursos, reuniões, seminários, como também foi possível acompanhar alguns momentos na dinâmica da feira agroecológica, nos núcleos de Mossoró e São Miguel do Gostoso, observando como se dava a auto-organização entre as mulheres que fazem parte dos grupos produtivos.

No modelo neoliberal, a educação se caracteriza como instrumento de condicionamento da classe trabalhadora para reprodução e manutenção do mercado capitalista. Contrapondo-se a esse modelo precarizado de exploração da mão de obra, relações individualistas e de competição, a educação popular:

Busca promover a integração e participação dos sujeitos na construção da sociedade através de uma educação comprometida com a conscientização e politização do educando com o meio em que vive como sujeito ativo capaz de refletir e agir sobre ele (FREIRE, 1981).

A economia solidária se estrutura a partir de práticas e princípios que se fundamentam na construção de conhecimentos a partir do exercício do aprender fazendo, caracterizando-se como um processo contínuo, no qual as reflexões e os saberes são compartilhados. Esse fluxo de interação se associa à concepção da educação popular, que tem em seu horizonte a composição de uma sociedade pensante e crítica embasada pela transformação social dos sujeitos.

As atividades de formação podem colaborar para a construção de sujeitos emancipados, sobretudo quando a metodologia escolhida prioriza processos que desenvolvam a capacidade de análise crítica e de construção coletiva. A educação popular pressupõe-se que, tanto educador como os educandos aprendem; apesar de assumirem papéis diferentes.

A participação na feira, em reuniões, oficinas, nos fóruns e, nos encontros, carrega

forte caráter educativo, uma vez que podem contribuir para o desenvolvimento da percepção e a consciência da cidadania, abrindo caminhos para os processos de aquisição de conhecimentos.

Dessa forma entendemos que para refletir sobre as práticas desenvolvidas no campo da educação não-formal é preciso descrevê-las, demonstrando assim as situações educativas desenvolvidas, justificando porque consideramos que esses espaços educam.

As mulheres reconhecem a relevância destes espaços para suas formações e reforçam a preocupação da RXX em manter permanentemente essa dinâmica junto aos núcleos que a compõem. É onde acessam informações e conhecimentos diversos.

Através desses espaços, que a gente reconheceu, aprendeu, que teve as formação. É um espaço que às vezes eu fico preocupada, no momento que a gente tá vivendo, que a gente sabe que isso tem custo pra trazer as pessoas, pra participar, a gente precisa garantir a alimentação pras pessoas. Então hoje, com essa falta de inverno, esse fenômeno da natureza que a gente não pode ser contra, e com essa rasteira que a gente tem levado, é preocupante, porque esses são os espaços mais importantes da Rede, é os espaços de formação, é ai onde a gente aprende mais, e também informa outras mulheres, homens, porque a Rede é mista, ela é composta por homens e mulheres, jovens e a gente se preocupa com isso, porque sabe a importância que tem, porque não é só comercialização, tem que ter formação também (L2).

A partir da análise realizada, percebemos que a feira ocupou um lugar central na narrativa das mulheres, além das reuniões, que também teve destaque nas falas, mesmo quando se referem à participação nas oficinas, cursos ou encontros, na ótica delas essas vivências estão associadas à ideia de reunião. Dessa forma, escolhemos esses dois espaços formativos, para ilustrar o que consideramos como espaços de aprendizagem onde se desenvolvem as práticas educativas não formais, descrevendo como acontecem e o valor desses espaços para as mulheres.

3.4.1 A feira: lugar de encontros e tramas

Para as mulheres, a feira é um lugar privilegiado. Todas as entrevistadas falaram da história da feira, de levar e trazer coisas, a importância da feira para suas vidas, como está organizada e como se organizam, quais estratégias utilizam e as dinâmicas de interação que acontecem, a partir da troca de experiências e diálogos. A feira é descrita como o lugar dos encontros, lugar das operações cognitivas, lugar da sociabilidade, lugar da política, que se discute e que se disputa.

Figura 7 - Feira agroecológica da Rede Xique Xique



Fonte: Acervo da RXX (Feira Agroecologica da Rede Xique Xique em Mossoró).

Cada núcleo da RXX possui uma dinâmica própria, decorrente da gestão descentralizada e autônoma que sempre favoreceu os processos decisórios, respeitando a organicidade dos grupos e as especificidades de cada região.

Todos os núcleos realizam feiras semanais pertencentes ou não às feiras locais dos municípios, a maior parte com produção de base agroecológica. Além disso, alguns núcleos utilizam outras estratégias que favorecem a relação produtor-consumidor. Nos dois núcleos pesquisados, existe a experiência dos pontos fixos de comercialização¹⁸ e em São Miguel do Gostoso encontramos a experiência do banco comunitário que utiliza a moeda social do Gostoso nas transações comerciais, no assentamento Tabua.

Em Mossoró, se localiza a sede da RXX, dotada com estrutura mínima, incluindo equipe técnica colaboradora e recentemente conseguiram adquirir um veículo que se desloca para buscar os produtos dos núcleos de municípios vizinhos, como Apodi, Baraúna, Grossos,

¹⁸Os pontos fixos de comercialização são espaços permanentes e/ou pré-estabelecidos onde se encontram os produtos e/ou serviços oriundos dos empreendimentos de economia solidária e agricultura familiar agroecológica; geralmente são expostos produtos e/ou serviços de mais de um/a produtor/a e a gestão do espaço é coletiva, realizada por representante dos empreendimentos envolvidos (CARTILHA DO INSTITUTO MARISTA, 2013).

Tibau e etc, para serem comercializados no núcleo de Mossoró. Os clientes podem encomendar suas cestas previamente, ao saberem quais produtos estarão disponíveis e vão buscá-las todas as sextas-feiras. Essa interação vem permitindo uma diversidade de produtos e um maior escoamento da produção. Além das cestas, a venda é realizada diretamente no ponto fixo de comercialização e também fornecem para o PNAE e o PAA. Para divulgar os produtos, utilizam as redes sociais, *WhatsApp*, *Facebook*, e a plataforma online *Cirandas*. Geralmente os produtos fornecidos são o mel, ovo, castanha, queijo, ricota, hortaliças e verduras em geral. Este ano enfrentaram dificuldades para produção do mel, proveniente da seca na região, em virtude disso, articularam o envio de mel de outros núcleos da RXX que também são produtores, garantido o fluxo da demanda.

No núcleo de São Miguel do Gostoso, a comercialização acontece junto com a feira local do município, todas as segundas-feiras, em um espaço em destaque, onde são reconhecidas pela produção livre de agrotóxicos. Além dos produtos hortifrutigranjeiros, também comercializam salgados e bolos. Seus clientes em potencial geralmente são os donos de pousadas, hotéis e restaurantes locais, além de fornecerem para o PNAE e o PAA. Os grupos de mulheres são oriundos dos assentamentos de Paraíso, Canto da Ilha e Tabua e da unidade familiar de Mundo Novo. Para chegar toda semana a São Miguel do Gostoso, algumas delas vêm no carro lotação, outras de moto taxi e tem quem venha de transporte próprio. Uma pessoa contratada monta e desmonta as barracas onde elas dividem os custos deste serviço entre si.

Recentemente, a RXX foi contemplada com um box na Central de Agricultura Familiar e Economia Solidária, que se localiza em Natal/RN. A ideia é trazer produtos dos quatro núcleos da rede para comercializar neste espaço, estão apostando nessa oportunidade para ampliar ainda mais sua comercialização.

Nos dois núcleos, as mulheres se envolvem diretamente na articulação das feiras. Elas organizam a produção e tratam da gestão, além de mobilizarem umas as outras. Elas realizam o controle do que foi vendido, do que foi trocado, dos produtos que estão em falta, dos que foram mais solicitados e no final apuram os resultados de suas vendas, resultando em muitos aprendizados.

Em relação a outro aspecto que pode estar presente em uma dinâmica que envolve grupos de pessoas, ao ser perguntada se existiam conflitos na feira, L2 respondeu:

Não, não, não. Até mesmo porque se acontecesse isso não era rede, eu dizia logo "isso aí não é rede", a questão do individualismo. Por isso que eu digo que não tem essas coisa ruim, porque você olha que o carro pega o produtor, vamos supor de dez pessoa, mas quem tá lá na feira só são três

produtor, aqueles três produtor vende o produto dele... Pronto, Navegante só tem um marisco, mas Navegante vende a galinha, Navegante vende a carne, Navegante vende a polpa, Navegante vende a hortaliça, o mel, a castanha. Então esse é o bom da Rede (L2).

Complementa falando que:

Não, eu não vejo conflito, a única coisa, eu não digo tão ruim, mas que a gente tem dificuldade, é a questão de transporte pra gente se deslocar das comunidade pra vir pra feira. Umhas pessoas usa táxi, umas pessoa carona, tem essa dificuldade. Outras pessoas não vem porque nem táxi nem carona encontra. A gente tem essa dificuldade. Apesar da Rede hoje ter um carro, mas o carro que tem hoje na Rede é pra fazer esse circuito da comercialização acontecer nas comunidade. Facilitou muito, mas nessa parte que facilitou, o produtor deixou de vir pela falta de produto, ai não vem muito produtor, vem alguns produtor das comunidade mais perto, mas que os produto vem. Mas o bom é que a gente conseguisse um transporte que trouxesse as pessoas. Porque o bom mesmo da feira é quando o próprio produtor tá vendendo seu produto. Então tem essa coisa ruim que acontece, a questão da falta do transporte, mas entre si mesmo, graças a Deus até agora...(L2)

Apesar de grupos mistos fazerem parte da RXX, a feira vem se configurando num ambiente feminino, pelo montante de mulheres que faz parte dela, sendo reconhecida pela maioria como um importante espaço de comercialização e sociabilidade, tanto para as mulheres, quanto para os "buscadores"- termo adaptado por elas quando falam dos consumidores.

Quando perguntada sobre o significado do espaço da feira, L2 responde:

A feira é o melhor que tem na Rede, porque a feira ela não é só feira, ela é um ponto de encontro, é um ponto de fofoca (risos), é um ponto que também transforma a vida das pessoas, por ouvir nossa história, por ter ansiedade de saber de que maneira foi produzido, e conversar diretamente com o produtor. A feira eu digo que é o coração da Rede, porque todos os espaços que a gente vai que tem feira, é alegria, é coisa diferenciado. Não é aquela feira convencional que você vai, compra seu produto, não teve nem contato diretamente com quem tá vendendo, não procura saber de onde foi aquela produção... E a feira da Rede é diferente, você vai lá, as vezes o consumidor não procura nem saber de onde veio a produção, mas a gente que tá na feira fica insistindo: "olhe, essa feira aqui é uma feira diferenciada, esse produto aqui...", outras dizem: "esse produto aqui na minha comunidade eu produzo desse jeito...", ai a pessoa começa: "ah, é? Que bacana", fica procurando saber os restos dos produtos, quem é e como é. Então tem esse diferencial na feira da Rede (L2).

Dão ênfase às relações que são criadas e estabelecidas na "arena pública", corroborando para sua visibilidade e protagonismo. Nesse espaço elas realizam dos cálculos

matemáticos, as negociações, conversam sobre assuntos diversos para além da própria venda em si, caracterizando outros ganhos.

E uma coisa diferente na feira, é que a gente não costuma chamar "vendedor" e "consumidor", mas sim "produtor" e "buscador", porque o produtor é quem tá lá, mostrando realmente que é seu produto, e o buscador são aquelas pessoas que passa a ser pessoas fiéis, porque vem uma vez na feira, gosta, porque conversou diretamente com o produtor, na feira seguinte ele vem só buscar o produto. Então tem esse diferencial que a gente costuma chamar, o produtor e o buscador (L2).

Eu gosto de tudo, é, da relação, da convivência também, né? É muito bom que na semana que eu não venho, as vezes quem vem é meu filho mais a minha filha, meu marido, quando eu não posso vir, eu fico em casa doidinha, é uma falta danada que sinto daqui(da feira)(M1).

A natureza diversa das feiras está presente na conceituação trazida por AMORIM (2011).

As feiras se constituem em espaços para trocas solidárias de informações e de saberes; rodadas de negócios; apresentações culturais; avanço conceitual e difusão de uma economia centrada no cuidado e no respeito humano; bem como espaços de integração e articulação de EES, instituições governamentais e entidades de assessoria, apoio e fomento à economia solidária. (AMORIM, 2011, pag. 8)

É importante ressaltar que essas mulheres que acessaram esses elementos educativos, como o diálogo com outros sujeitos, o envolvimento na preparação da feira, a ampliação dos conhecimentos e informações, entre outros aspectos, traz para elas uma substancial diferença em relação às outras mulheres que ainda não estão organizadas, que ainda não saíram do assentamento. Isso é o que dá a essa mulher a abertura do horizonte cognitivo, de forma de interpelação, de se perceber diferente e também motivada a influenciar que outras mulheres consigam chegar aonde chegaram, como retrata o depoimento de M3, do núcleo de São Miguel do Gostoso.

[...]E assim, a gente queria que entrasse mais mulher pra entrar na luta porque tem muita mulher lá que ainda passa pelas mesmas dificuldades que nós passava antes, e a gente tenta que essas mulher entre pra não se rebaixar que nem hoje eu vejo muitas lá apanhando, essas coisas. Assim, é... O trabalho, a conquista, a gente já conseguiu, agora essa é a última conquista que a gente quer buscar, mais mulher pra luta. Pra elas abrir os olhos e fazer que nem eu to dizendo hoje, hoje eu sou capaz de fazer que antes muitos diziam que a gente não fazia. Hoje a gente amostra lá dentro do assentamento (M3).

As mulheres se fortalecem mutuamente nesses espaços e percebem que precisam fazer

algo por outras mulheres que continuam limitadas e que não conseguem avançar na relação patriarcal à qual sempre foram submetidas. Muitas convivem com a opressão e vários tipos de violências, tanto física quanto outros tipos, que nem se dão conta que estão sendo violentadas no direito de ser mulher.

A feira educa, na medida que se apresenta como um espaço pedagógico de vivência de saberes, um espaço formador de identidade onde as mulheres vivenciam formas de relações sociais, de sociabilidade e autogestão

3.4.2 Reuniões como espaço de sociabilidade

No universo dos movimentos sociais é comum a ocorrência de reuniões quase que como uma rotina, podendo ser considerado como um ritual de celebração, de encontros, de arranjos e significados. As mulheres entrevistadas se reportaram as participações em atividades de grupo, como dinâmica estabelecida através das "reuniões". Para elas, este é um espaço que assume diversas facetas, podendo se configurar como oficinas, encontros, seminários, espaços onde estarão reunidas para aprender, decidir ou discutir sobre algo. Reconhecem que esse é o lugar onde poderão acessar informações e falar sobre seus problemas individuais e coletivos.

Figura 8 - Oficina sobre agroecologia em São Miguel do Gostoso, 2015



Fonte: Acervo da RESF/RN.

Sobre os espaço das reuniões, Comerford (1999, p. 46) analisa que:

Para além de sua dimensão instrumental de simples meios de tomar decisões

ou discutir assuntos do interesse dos membros das organizações, as reuniões podem ser vistas também como um elemento importante na construção desse universo social, na medida em que criam um espaço de sociabilidade que contribui para a consolidação de redes de relações que atravessam a estrutura formal das organizações, estabelecem alguns dos parâmetros e mecanismos para as disputas pelo poder no seio dessas organizações, possuem uma dimensão de construção ritualizada de símbolos coletivos e colocam em ação múltiplas concepções ou representações relativas à natureza das organizações de trabalhadores e ao papel de seus dirigentes e membros, bem como sobre a natureza da própria categoria que essas organizações se propõem a representar

Nas "reuniões" geralmente acontecem alguns rituais. Normalmente começam com uma mística de acolhimento, seguido de uma apresentação dos participantes que pode acontecer através de uma dinâmica ou de outra forma lúdica, onde eles tem um espaço para falar seu nome, de onde vem, quais são suas expectativas em relação a sua participação, entre outros aspectos que podem ser solicitados por quem esteja mediando. A atividade comumente é convocada pelo próprio grupo, ou alguma entidade, organização ou instituição parceira, e requer a construção de uma pauta (informes, pontos principais a serem discutidos, encaminhamentos, avaliação, entre outros aspectos que acharem necessários) que pode ser feita previamente e divulgada ou pode ser construída pelos presentes, dependendo da atividade proposta. Geralmente os participantes sentam-se em círculo contrapondo o formato de sala de aula e a condução é feita por alguém para facilitar o seu processo, podendo ser instituída uma coordenação ou ser auto-gestionada. Este momento pode ser aberto, ampliado ou reunir apenas algumas representações, que serão multiplicadores em suas bases. É necessário a indicação de alguém para fazer o registro desse momento, podendo utilizar recursos áudio visuais ou a escrita, para produção de documentos, como relatórios ou atas. Ao final da atividade é natural que seja feita uma avaliação do processo realizado (COMERFORD, 1999).

Figura 9 - Exibição do documentário: Conversa de Feira: Economia Solidária e Feminista no RN, na oficina de construção dos indicadores feministas (Encontro Estadual da RESF/RN)



Fonte: Acervo da RESF/RN.

As " reuniões" são realizadas de diversas formas, utilizando materiais e recursos que estejam disponíveis, como a exibição de filmes, documentários ou outro recurso audiovisual. O facilitador ou mediador será responsável pela escolha metodológica que mais se adeque ao perfil dos participantes e o objetivo da atividade. Esse momento retratado na figura 9, retrata a apresentação de um vídeo documentário sobre a auto-organização das mulheres na feira agroecologica de São Miguel do Gostoso, o que gerou muitos bochichos e rostos vermelhos mas que reforçou o protagonismo de cada uma das participantes.

As atividades realizadas através de assembleias, oficinas, seminários, rodas de conversa e etc, são considerados como espaços prioritários de participação e exercício da democracia, é o momento onde todos e todas podem expressar seus anseios, falar sobre suas dúvidas, compartilhar dificuldades, possibilidades e experiências, um espaço para tomar decisões coletivamente. Sobre esses processos formativos, M7 afirma que:

A gente vende em pequenas comunidades por não saber muito a leitura, tem muitas que não querem participar. Acho que as capacitações e as formações são fundamentais pra que a gente possa realmente crescer como pessoa. Se a gente não tiver isso nas nossas vidas, acho que a gente não consegue sair daquele mudinho que a gente tá acostumado, só mundinho comunidade, mundinho família, e partir pra um mundo maior, uma visão maior e ver a visão do mundo lá fora. Eu acho que é fundamental esse processo da Rede

de formação mesmo. E é isso mesmo, a gente tem que tá se formando, se capacitando pra que a gente possa tá acordando nossas companheiras lá na comunidade, a vida não é só lá. A vida é um mundo todinho lá fora, e essa conjuntura política que tá aí nos afetando, essa seca braba também, eu acho que a gente tem que despertar e se capacitar mesmo, se formar mesmo, pra outras ações (M7).

A "reunião" também é considerada um lugar de encontro, uma oportunidade de conversar com "velhas" e "novas" pessoas, de sair da rotina e conhecer lugares diferentes. É muito comum ouvir críticas a cerca de algumas situações que destoam do objeto principal do evento em si, da parte mais formal tida como séria da atividade, como os momentos de distração e lazer, a alimentação, a noite cultural e ainda as condições de alojamento. O momento das avaliações, mesmo se caracterizando com momento secundário das reuniões, onde é feito um levantamento dos pontos positivos e negativos da atividade (independente do tempo de duração), esses aspectos ganham destaque nesses encontros, deixando os conteúdos das discussões e o cumprimento ou não dos objetivos previamente estabelecidos da reunião, para segundo plano. Importante ressaltar que na maioria das vezes as reflexões sobre os pontos considerados mais essenciais deste momento ficam centradas em pessoas que estão mais engajadas ou já possuem mais vivências (COMERFORD, 1999).

Os grupos de trabalho são priorizados nessas atividades por possibilitar uma maior participação das mulheres, que se sentem acanhadas e com medo de se manifestar no grupo maior e no grupo menor conseguem se expressar com mais facilidade.

Todos os núcleos pertencentes à rede realizam suas reuniões em suas localidades de forma descentralizada e participam das reuniões dos conselhos gestor e diretor da rede que acontece quase sempre na sede em Mossoró e em alguns momentos assumem uma certa rotatividade, acontecendo em núcleos estratégicos. As reuniões do conselho gestor e diretor acontecem mensalmente e trimestralmente, respectivamente. Além dessas reuniões, a rede também realiza outras atividades, como oficinas de formação e cursos de capacitação e qualificação, com o apoio de parceiros, como a RESF RN e o CF8¹⁹, com temáticas específicas, segundo figura 11 ilustrando construção da identidade da RESF, através de oficina participativa sobre viabilidade econômica e associativa, realizada pela base de serviços local da RESF RN.

¹⁹Centro Feminista 8 de março - ONG Feminista, que presta assessoria técnica a grupos de mulheres no Oeste Potiguar.

Figura 10 - Oficina de viabilidade associativa e autogestionária



Fonte: Acervo da RESF/RN.

Além das reuniões propriamente ditas e atividades internas da rede, as mulheres relataram que participam de outros espaços políticos, como os fóruns, colegiados territoriais²⁰, seminários, encontros, intercâmbios e consideram que os processos participativos possibilitaram o desenvolvimento de novas capacidades e habilidades, o conhecimento de outras realidades e o protagonismo de muitas delas.

As reflexões demonstraram que a vivência em processos educativos pode ocasionar mudanças na vida das mulheres. Participar de grupos, se auto-organizarem em rede, comercializar no espaço da feira, vivenciar o momento das reuniões, das práticas educativas, nas oficinas, nos encontros, favorece a troca de saberes entre elas e o engajamento em ações coletivas, saindo da invisibilidade, lugar reservado historicamente a quem sempre ocupou a esfera reprodutiva. Neste sentido, a participação política e social exerce influência direta no comportamento e na percepção de sua condição enquanto sujeitas. Percebem que são cidadãs de direito e que podem se expressar, falar em público e formar opiniões, demonstrando um

²⁰ Órgão colegiado formado por representantes de organizações da sociedade civil presentes no território, representantes de interesses dos agricultores familiares e por representações do poder público, em suas distintas esferas. Os Colegiados são considerados espaços institucionalizados de participação e de legitimação da política pública, inserindo-se nos processos de gestão social dos recursos federais destinados ao desenvolvimento rural (Rev. Adm. Pública vol.46 no.5 Rio de Janeiro Sept./Oct. 2012).

nível de empoderamento construído neste processo contínuo de sociabilidade. Diante do exposto, concluímos que a educação não-formal provoca uma ampliação da capacidade das mulheres, construindo e reforçando sua condição de agentes e contribuindo para o desenvolvimento e exercício de tipos de liberdades.

4 MULHERES ATUANDO EM REDE NA ECONOMIA SOLIDÁRIA

Neste capítulo apresentamos a economia solidária em linhas gerais, suas principais bases teóricas, suas práticas e iniciativas, demonstrando como a participação em redes de colaboração solidária pode se constituir como estratégia para inclusão econômica, social e política das mulheres.

4.1 Economia Solidária no Brasil

No Brasil, a economia solidária começa a ganhar notoriedade entre os anos de 1980 e 1990 a partir das mudanças ocorridas no mundo do trabalho, marcadas pela flexibilização, precarização e informalidade das relações trabalhistas, gerando altos níveis de desemprego e exclusão social. “Entretanto, se este aspecto econômico possui um grande peso de determinação na explicação do fenômeno, ele não deve ser tomado como um pressuposto exclusivo de explicação” (FRANÇA FILHO E LAVILLE, 2004, p. 21). Um novo agir econômico, caracterizado por iniciativas associativas, surge como estratégia de geração de renda e inclusão social, em especial, para as camadas populares, ou como expressa França Filho (2002, p.15): " O fenômeno da economia solidária se apresenta, portanto, numa perspectiva de busca de novas formas de regulação da sociedade".

A partir dos anos 2000, com o agravamento desse quadro de desemprego, potencializado pela implementação das políticas neoliberais, a economia solidária começa a se expandir, compondo-se por diversas categorias sociais e variadas modalidades de organização, como unidades informais de geração de renda, associações de produtores e consumidores, sistemas locais de troca, bancos comunitários e cooperativas populares, dedicadas à produção de bens, à prestação de serviços, à comercialização e ao crédito (GAIGER, 2013).

A definição do conceito sobre a economia solidária diverge entre seus estudiosos, em relação a ser considerada por alguns, uma alternativa ao sistema vigente, já que atua dentro da sua lógica. Embora não seja um ponto central da pesquisa, já que não estamos considerando apenas os ganhos econômicos dos grupos produtivos compostos pelas mulheres, encontramos uma definição que se aproxima do nosso entendimento, em Moura e Meira (2002), que utilizaram reflexões de diversos autores sobre o tema, para construir a idéia do termo que,

para elas:

Sintetiza uma diversidade de experiências organizacionais de caráter econômico, baseadas em novas e antigas formas de solidariedade; seja numa perspectiva de busca de alternativa de emprego, seja numa perspectiva de construção de um modelo alternativo ou diferenciado do capitalismo ou, simplesmente, enquanto utopia experimental de novas formas de sociabilidade e de vivências de valores relacionados com o modo de ser cuidado. (ARRUDA 1996, ARRUDA e BOFF, 2000, CORAGGIO, 2000, FRANÇA, 1999: RAZETTO, 1997, SINGER, 2000: VAINER, 2000: apud MOURA e MEIRA, 2002).

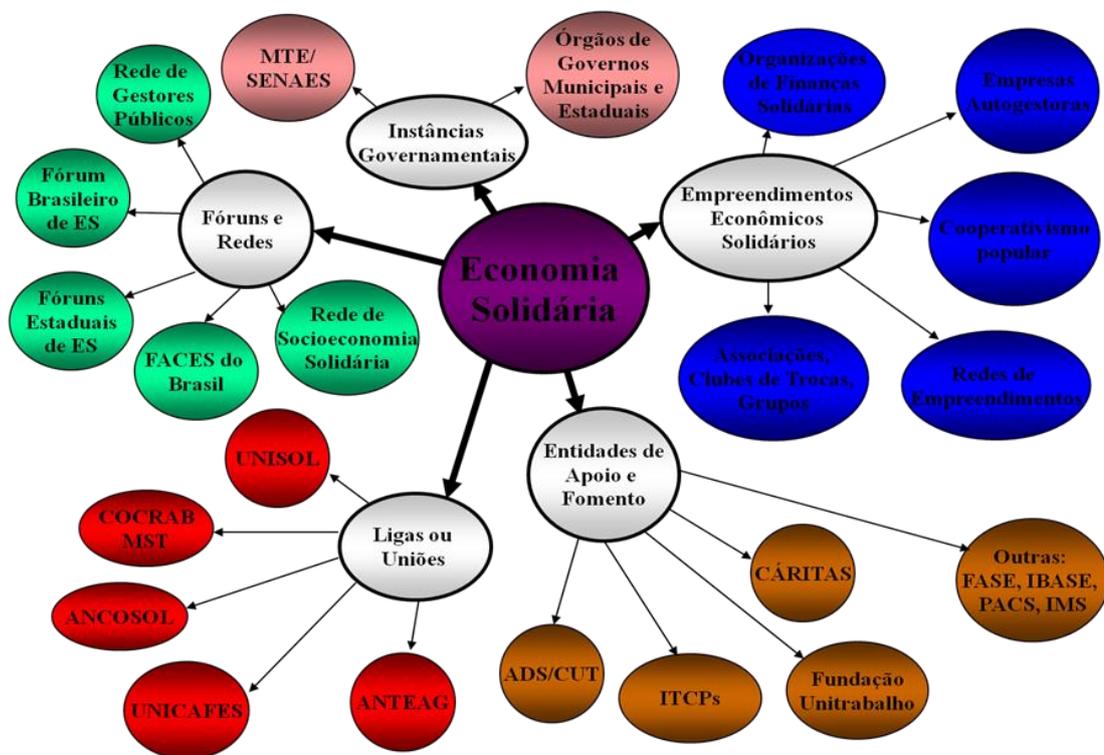
Compreendemos que a economia solidária se apresenta inicialmente como uma forma de enfrentamento ao desemprego, mas que também traz na sua gênese a perspectiva de superação das relações capitalistas, tendo como horizonte a transformação social como ideal e utopia.

Em relação aos segmentos que constituem o movimento da economia solidária, Gaiger (2013, p.214) divide em quatro esferas:

a) Os *empreendimentos solidários*, com atividades econômicas de produção, prestação de serviços, comercialização, finanças e consumo. O Mapeamento Nacional registrou quase 22 mil empreendimentos, com 1,6 milhões de sócias/os e mais de 500 mil postos de trabalho; b) as *organizações civis* de apoio à economia solidária, contando-se inúmeras ONGs, universidades, entidades sindicais e organismos de pastoral social, cuja atuação pioneira data dos anos de 1980; c) os *órgãos de representação e articulação política* dos diversos segmentos e atores, no âmbito dos movimentos sindicais, das incubadoras, dos gestores públicos, das entidades de crédito solidário, das redes de troca etc., com destaque ao Fórum Brasileiro (FBES), central nos debates e mobilizações nacionais; d) os *organismos estatais* à testa de programas públicos de economia solidária. Como órgão maior da esfera pública, sinalizando o nível de institucionalização alcançado, tem-se desde 2006 o Conselho Nacional de economia solidária, com representações de setores do Estado e da sociedade civil.

Essa classificação pode ser ilustrada pela figura 11 disponibilizada no Atlas da Economia Solidária (2005), que mostra a articulação das diversas instâncias da sociedade civil e do Estado:

Figura 11 - O cenário da economia solidária no Brasil



Fonte: Atlas da Economia Solidária, MTE (2005).

Nesse cenário a RXX vem assumindo duas funções simultâneas, como instância de representação política e entidade de apoio e fomento aos grupos que a compõem como discutimos no capítulo 1.

Dentro desse contexto é importante destacar que nessa relação entre sociedade civil e Estado, os militantes necessitaram se informar mais, compreender mais a linguagem técnica e política, para atender as normas burocráticas a que os movimentos sociais acabarem tendo que se submeter.

Gohn (2014) analisa que no Brasil, nas duas últimas décadas ocorreu a proliferação de práticas novas, advindas tanto da sociedade civil como da sociedade política, no campo do associativismo²¹ e das políticas públicas. A nova fase gerou práticas novas, exigiu a qualificação dos militantes; ONGs e movimentos redefiniram seus laços e relações, como expressa:

O associativismo alterou-se, assim como a forma dos governos relacionarem-se com os grupos e movimentos organizados. Participação e controle social passaram a ser diretrizes e normativas, regulamentadas por

²¹Gohn compreende o associativismo como um novo movimento social (GOHN, 2008).

leis e programas sociais. Tornaram-se políticas públicas, em alguns casos, buscam transformarem-se em políticas de governo. Uma intrincada arquitetura foi desenhada para redirecionar ou pautar formas de tratamento às questões sociais. Estes processos estruturam-se nos gabinetes, sai para as localidades e lugares organizativos. Tem agenda e calendário de discussões. Culminam com grandes conferências nacionais, realizadas usualmente na capital federal, em lugares simbólicos. Demandam acesso às informações, poder deliberativo e formação para entender as linguagens da burocracia. Registre-se, entretanto que estamos falando de processos sociais, interações e relações sociais contínuas que geram mudanças de posições dos sujeitos em cena, possibilidades de novas oportunidades políticas (GOHN, 2014, p. 43).

A economia solidária no Brasil se estrutura a partir de instâncias políticas representativas como o Conselho Nacional de Economia Solidária e o Fórum Brasileiro de Economia Solidária, além dos Fóruns Estaduais, articulando estratégias para implementação de políticas públicas para o fortalecimento da economia solidária.

Entre os anos de 2003 e 2016 as ações de fortalecimento da Economia Solidária no Brasil vinham sendo desenvolvidas pela Secretaria Nacional de Economia Solidária - SENAES, do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE, criada a partir das demandas do movimento, expressas através de uma carta entregue na gestão do governo Lula, em 2003.

Entre as políticas instituídas durante essa gestão, destaca-se, a criação do Sistema Nacional de Informação da Economia Solidária – SIES, responsável pelo mapeamento dos EES que consolida dados para subsidiar os projetos e ações da SENAES que já publicou duas edições do Atlas da Economia Solidária no Brasil²², contendo um amplo mapeamento censitário dos empreendimentos de economia solidária no Brasil e das entidades de fomento, outra ação mais recente é a implantação do CADSOL²³, instrumento que legitima a identidade e reconhece os sujeitos, enquanto praticantes da economia solidária, para o acesso a políticas públicas.

A institucionalização da economia solidária possibilitou a disseminação de políticas

²² Esta Base de Dados é formada pelos dados do segundo Mapeamento Nacional de Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) no Brasil, finalizado em 2013. O segundo Mapeamento teve o objetivo de atualizar a Base de Dados do primeiro Mapeamento Nacional (finalizado em 2007) e conta atualmente 19.708 EES registrados. O questionário aplicado buscou reconhecer algumas das principais características do EES e de seus associados, como: a atividade econômica do EES, o número de sócios e sócias, seu perfil social, a participação no movimento da Economia Solidária, entre outras características (ATLAS DIGITAL DA ECONOMIA SOLIDÁRIA).

²³ Tem por finalidade o reconhecimento público dos Empreendimentos Econômicos Solidários de modo a permiti-lhes o acesso às políticas públicas nacionais de economia solidária e demais políticas, programas públicos de financiamento. Compras governamentais, comercialização de produtos e serviços e demais ações de políticas públicas a elas dirigidas (MTE, 2014).

sociais de geração de trabalho e renda, que em certa medida, impactaram positivamente na qualidade de vida das pessoas envolvidas e dos grupos produtivos, mesmo não tendo alcançado a condição de política pública de Estado. Nesse sentido, concordamos com a seguinte análise:

A construção de políticas públicas de economia solidária representa o reconhecimento do direito de diversas expressões de cidadania dos trabalhadores. Nesse sentido, essas políticas se voltam para o fortalecimento de outras formas de produção, distribuição, consumo e crédito, realizadas de forma associativa e solidária, que trazem uma perspectiva emancipatória de geração de trabalho e renda para segmentos excluídos da população (REVISTA MUNDO DO TRABALHO, 2017, p. 5-7).

A cerca dessa afirmação temos o exemplo do projeto que apoiou a formação da rede de economia solidária e feminista, que contou com aportes de recurso público para sua constituição e conformação nos Estados, dando ênfase a uma política específica para as mulheres, além do apoio as políticas da agricultura familiar, da juventude, entre outros. Na mudança de gestão governamental a SENAES passou a condição de subsecretaria e o MTE foi extinto, comprometendo o fomento às iniciativas que vinham se estruturando com a perspectiva de conseguir se organizar para construção de sua sustentabilidade.

4.2 Mulheres na Economia Solidária

O primeiro mapeamento nacional de empreendimentos econômicos solidários - EES no Brasil foi realizado entre 2005 e 2007, em 2.934 municípios brasileiros registrando, em sua primeira etapa aproximadamente 21.859 empreendimentos. O segundo mapeamento foi realizado entre 2010 e 2013, atualizando em 19.708 empreendimentos catalogados organizados em 2.713 municípios. O mapeamento deu origem ao Sistema de Informações em Economia Solidária (SIES), permitindo que os empreendimentos fossem identificados e caracterizados. Os principais objetivos desse sistema foram identificar e caracterizar a economia solidária no Brasil; fortalecer a organização e integração de redes de produção, comercialização e consumo; promover o comércio justo e o consumo ético; subsidiar a formulação de políticas públicas; facilitar a realização de estudos e pesquisas e dar visibilidade à economia solidária para obter reconhecimento e apoio público (BRASIL/MTE, 2016).

No último mapeamento, o espaço rural prevaleceu como área de atuação, abarcando 54,8% dos EES. A área urbana corresponde a 34,8% deles, enquanto 10,4% dos EES atuam

simultaneamente no espaço rural e urbano. Nota-se ampla predominância das associações, com 60% dos EES, 30,3% são grupos informais, 8,9% são cooperativas e 0,6% são sociedades mercantis (BRASIL/MTE, 2016).

Segundo Forbeloni, as informações contidas no atlas da economia solidária sobre o Rio Grande do Norte demonstraram que:

Como em vários outros estados, está atrelada aos pequenos empreendimentos. Segundo dados do atlas (SIES 2010) existem 817 empreendimentos, com 4% da população potiguar envolvida com a economia social, com predominância da participação masculinas. Desses, 564 empreendimentos se encontram na área rural. Os empreendimentos do Estado estão divididos em associações, grupos informais e cooperativas, com um número muito pequeno de sociedades mercantis e industriais (Forbeloni, 2014, p 17-18.).

Sobre questões relacionadas ao gênero, a maioria dos EES são compostos por homens: 803.373 (56,4% do total) e 620.258 do sexo feminino (43,6%), com uma média de 41 homens e 32 mulheres por EES. Quando se trata da condição jurídica percebe-se um numero mais de participação dos homens em cooperativas (63,8%) e uma expressiva maioria feminina em grupos informais (63,2%). Uma questão que não consta no SIES, mas que é de extrema relevância destacar é a contabilização das horas trabalhadas pelas mulheres que fazem parte desses grupos. Pesquisas realizadas apontam para flexibilização dos esforços disponibilizados pelas mesmas no intuito de poder dar conta dos trabalhos da "família" e a garantia de uma complementação da renda familiar, justificando o alto numero de mulheres concentradas em empreendimentos informais, onde pressupõe-se uma dinâmica de trabalho menos exigente e de fácil extinção (IPEA, 2016).

Guerin (2015), conforme citado por Pereira (2016), afirma que a participação expressiva das mulheres em grupos associativos decorre da maior facilidade de conciliação entre a vida familiar e a vida profissional, principalmente por não haver uma rigidez no cumprimento de horários. Entretanto, o que se observa é que não há reconhecimento a este protagonismo das mulheres na economia solidária, sobretudo pelas dificuldades de acesso a linhas de crédito específicas, bem como pela ausência de políticas acessórias de assistência social, como, por exemplo, a ausência de creches no território rural, de escolas em tempo integral, de serviços básicos regulares de assistência à saúde das mulheres e crianças, além prevalecer as atividades ditas femininas, como setor de confecção, alimentação, artesanato e também de cuidados.

Sobre os dados referentes à renda, Gaiger (2014) indica que:

A renda auferida pelas mulheres, nos EES, para sustentar a família tem

como classificações: única renda disponível (15,4%), renda principal (16%), e equivalente à de outros membros da família (14,7%). Sobre o cuidado com os filhos menores e demais dependentes no horário do trabalho: demonstra que a recorrência a redes informais de parentesco, amizade e vizinhança constitui (19,3%), creches e escolas (17,8%), levam para os EES (7,2%), deixam em casa (5,8%). (GAIGER, 2014, p.73).

O mapeamento, que foi realizado pelo Projeto Brasil Local Feminista, identificou 360 empreendimentos, em 216 destes foi realizado diagnóstico produtivo. Em análises feitas por Bonumá (2015) a partir dos dados coletados revelam a condição da mulher na economia solidária:

Por um lado, a fragilidade organizativa e institucional, certamente associada à condição de vulnerabilidade, que não permite acessar e manter um CNPJ, por mais necessário que ele possa ser para os processos de comercialização e de acesso à um conjunto de políticas públicas e mercados. Por outro lado, a permanência no tempo, a capacidade de se manter, demonstrando que, apesar das condições precárias, o empreendimento cumpre um papel, aglutina as mulheres, produzindo, mais além dos resultados econômicos, um pertencimento e uma capacidade coletiva de resistência (BONUMÁ, 2015, p. 47)

O quadro construído por Bonumá (2015) a partir do banco de dados da Guayi ilustra, em cada Estado que o projeto atua, a quantidade de homens e mulheres compondo os grupos mapeados:

Quadro 7 - Mapeamentos dos grupos

ESTADO	EES	M	H	TOTAL
CE	35	385	14	399
DF	38	322	39	361
PA	34	564	36	600
PE	35	400	12	412
PR	35	298	07	305
RJ	31	464	03	467
RN	32	285	22	307
RS	87	858	19	877
SP	33	292	03	295

Fonte: Mapeamento do Brasil Local Feminista, Guayi 2010 a 2012 (BONUMÁ, 2015, p.47).

Sobre a participação e acesso das mulheres as políticas públicas de economia solidária, no contexto rural, Nobre (2015) analisa que:

A SENAES integrou junto com outros cinco ministérios o Programa de Organização Produtiva de Mulheres Rurais, lançado em 2008, e coordenado pela Assessoria Especial de Gênero, Raça e Etnia do Ministério do Desenvolvimento Agrário. O Programa realizou chamada pública de projetos de apoio financeiro a grupos produtivos de mulheres para atividades de formação, assistência técnica, intercâmbios, sistematização de experiências, comercialização, e implantação de unidades de beneficiamento de pescado. Além de Feiras de Economia Feminista e Solidária nos estados e territórios e cursos de capacitação em políticas públicas para mulheres que participam de grupos produtivos, envolvendo a apresentação dos conceitos de economia feminista e solidária. Um exemplo na articulação de políticas é a organização da produção de alimentos para responder à demanda da alimentação escolar, considerando a Lei 11.974 de 16/06/2009 que obriga a utilização de 30% dos recursos repassados pelo FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação) à compra de alimentos da agricultura familiar, assentamentos de Reforma Agrária, comunidades indígenas e quilombolas e suas organizações (NOBRE, 2015, p.7).

Nesse sentido, é fundamental a incorporação de políticas públicas no cotidiano de vida das mulheres, para que elas possam visualizar novos horizontes que contribuam para sua participação ativa na sociedade. Para as mulheres rurais essa é uma necessidade ainda mais premente, pois as duas esferas produtiva e reprodutiva acabam se confundindo, no ambiente do lar ela cuida das tarefas domésticas e de cuidados e no quintal da casa ela cuida dos animais e da produção, se configurando como se fossem uma única função.

Compreendemos que a economia solidária pode contribuir significativamente com à economia feminista, sobremaneira, reconhecendo a repetição de padrões naturalizados nas relações tradicionais de trabalho, que acabam sendo recorrentes nas relações ditas solidárias. A partir desse reconhecimento é possível trazer a tona o debate sobre o reconhecimento do trabalho doméstico e de cuidados como trabalho e como responsabilidade de todos. Sobre essa reflexão, Bonumá (2015) acrescenta que:

As mulheres vão para a economia solidária a partir do lugar onde estão na divisão social do trabalho, se dedicando a atividades nas quais tem conhecimento e experiência e que, portanto, são atividades factíveis nas condições de dificuldade de acesso ao mercado de trabalho. Este trabalho pode ser considerado, assim, quase que extensão do trabalho doméstico e, em boa parte das vezes, é feito na própria casa, com instrumentos e equipamentos pessoais e domésticos, materiais reciclados por elas próprias com doações ou extração da natureza, como é principalmente o caso do artesanato (BONUMÁ, 2015, p. 48).

Uma das formas estratégicas de se organizar na economia solidária é a articulação em rede, que tem como perspectiva o fortalecimento de grupos e pessoas que se encontram em diversos estágios de desenvolvimento e de organização.

4.3 Para entender redes

Para que possamos compreender em linhas gerais o conceito de rede, faremos uma breve revisão do termo de forma descritiva. Segundo Loiola e Moura (1996) a partir da interpretação do registro no dicionário Aurélio, definem rede como:

O vocábulo rede deriva do latim *reteque* significa "entrelaçamento de fios, cordas, cordéis, arames, com coberturas regulares fixadas por malhas, formando uma espécie de tecido". Os fios e as malhas dão a forma básica da rede. De imediato, os fios podem corresponder às linhas ou às relações entre atores e organizações, os quais representariam as malhas e ou os "nós". Além dessas, duas características podem ser destacadas no movimento de aproximação entre os significados etimológico e científico: a regularidade e a interligação perceptíveis na formação do tecido e que estão presentes, como ver-se-á, em abordagens de rede das ciências sociais e em áreas técnicas (LOIOLA E MOURA, 1996, p. 54).

Podemos encontrar o conceito de redes em várias áreas de conhecimento. Segundo Colonomos (1995) conforme citado por Acioli (2007, p.2), para as ciências sociais:

Rede seria o conjunto de relações sociais entre um conjunto de atores e também entre os próprios atores. Designa ainda os movimentos pouco institucionalizados, reunindo indivíduos ou grupos numa associação cujos limites são variáveis e sujeitos a reinterpretações.

Segundo Miguelletto (2001, p. 35) citando Loiola e Moura (1996), em geral, predominam dois tipos de redes, definidos de acordo com o nível de centralidade do estado e com o padrão de interação. A rede "unidirecional" implica na existência de um centro político articulador e de um percurso bem definido de origem e destino dos fluxos de informação, recursos e tarefas. Na rede "multidirecional", os fluxos não partem de um único ponto e se originam em diferentes unidades da rede e as percorrem livremente.

As autoras consideram em seus estudos a concepção de rede associada a dinâmica dos movimentos sociais, afirmando que:

Redes de movimentos, redes sociais e redes de solidariedade são expressões que se vinculam aos estudos efetuados no campo dos movimentos sociais. Nesse caso, a rede corresponde a articulações/interações entre organizações, grupos e indivíduos vinculados a ações/movimentos reivindicatórios, visando a mobilização de recursos, ao intercâmbio de dados e experiências e à formulação de projetos e políticas (LOIOLA E MOURA, 1996, p.58).

Essa abordagem sobre redes é a que nos interessa para pesquisa, cujas motivações concentram-se na solidariedade e na autogestão, entre indivíduos organizados em grupos que buscam assegurar maiores ganhos coletivos materiais e imateriais, amparados em estratégias de produção e distribuição mais justas.

4.4 Redes de colaboração solidária

Mance (2002), afirma que é possível organizar estratégias de colaboração solidária que tenham a capacidade de ampliar as relações sociais no que concerne a produção e consumo, através da divulgação de novas formas de sociabilidade, considerando as varias dimensões dispostas pelos indivíduos nos campos materiais, políticos, educativos e informativos para realização de sua singularidade, promovendo também, a liberdade dos demais.

O mapeamento apresentado pela SENAES, demonstrou que mesmo não abrangendo todas experiências, em virtude de sua ampla dimensão territorial, alcançou em certo grau a maioria das regiões, dando condições de perceber, o nível de organização que muitas destas iniciativas atingiram, chegando, inclusive, a estruturação em redes, como expressa, essas informações adquiridas no SIES:

Para enfrentar tais problemas, os EES buscam diferentes estratégias, seja em termos de processos internos de produção, seja em termos de relações externas de parceria com outros grupos. No plano interno, eles podem desenvolver novas estratégias de produção para qualificar os produtos e serviços a serem ofertados. Dentre as estratégias mais citadas pelos EES estão: menores preços ou custos mais baixos; processo de controle de qualidade; preocupação ambiental. Já no plano externo, uma das possíveis formas de resolver parte das dificuldades de comercialização é a organização de redes de cooperação entre empreendimentos, que por sinal é a base da "intercooperação", um dos sete princípios fundamentais do cooperativismo. No entanto, apenas 21,5% dos EES mapeados com fins comerciais afirmaram que participam de alguma rede. As redes de comercialização são as mais comuns entre aqueles que afirmaram participar de alguma rede, com 56,8% desse conjunto, somados àqueles que responderam participar de centrais de comercialização junto com outros empreendimentos, e também com os que participam de redes de comércio justo, esse total sobe para 74,9%. As redes de produção também foram significativas entre esse grupo de EES, superando os 30%, lembrando que um EES pode participar de mais de um tipo de rede (IPEA, 2016, p. 27).

Conforme expressa os dados alocados da tabela 01:

Tabela 1 - Tipos de redes de empreendimentos solidários

Tipo de Rede	Total	
	%	N
	56,8	1.312
Rede de comercialização	32,86	759
Rede de produção	11,04	255
Central de comercialização	7,1	164
Rede ou organização de comércio justo e solidário	6,41	148
Rede de crédito ou finanças solidárias	5,24	121
Cooperativa central	4,29	99
Cadeia produtiva solidária	3,59	83
Complexo cooperativo	2,73	63
Rede de consumo		

Fonte: Banco de dados do SIES (Silva e Carneiro, 2014).

A organização de grupos em rede tem sido uma perspectiva da economia solidária, como forma de construir cadeias produtivas solidárias e fortalecer-se, coletivamente, deixando de lado a ideia de fomentar grupos isolados (FRANÇA FILHO, 2008).

As redes de economia solidária se colocam como um modelo diferente dentro da estrutura capitalista, não apenas voltado para articular a produção e comercialização, mas também para fortalecer laços de reciprocidade, pertencimento, identidade e a busca por melhores condições de vida, tomando como base seus princípios, onde afirma o compromisso com a valorização do trabalho humano e o bem viver.

As redes têm alguns princípios norteadores, que foram organizados por Mance (2008) e sintetizados no quadro 8:

Quadro 8 - Princípios de uma rede solidária

DESCRIÇÃO	PRINCÍPIOS
Se auto-cria, conecta grupos e faz a articulação entre eles e fortalece cada grupo em particular pelos intercâmbios que ocorrem entre eles.	Sistema aberto que se auto-reproduz
Cada unidade da rede será intensiva para poder alcançar e incluir um numero maior de pessoas no lugar onde atua. Isto pode significar o surgimento de outros pequenos nódulos numa região específica, articulados entre si e conectado à rede em geral.	Intensiva
Estender a rede a outros territórios colaborando no surgimento de novas unidades e no	Extensiva

desenvolvimento delas, ampliando o alcance da rede e fortalecendo seu conjunto	
Para a rede crescer de forma criativa. Uma rede deve ser capaz de conectar a diversidade e integrar as ações de diferentes esferas, quer dizer articular e fortalecer cada nóculo mantendo um fluxo constante entre eles	Diversidade
Todos os objetivos da colaboração solidária que defendem os diferentes nóculos da rede se assumem pelo conjunto de nóculos da mesma. Isso significa, contribuindo na ampliação da sua intensividade e extensividade e contribui a fortalecer toda a rede de colaboração solidária.	Integralidade
Fortalecendo o conjunto da rede na medida em que se diversifica nos seus fluxos e gera novas transformações em cada nóculo, em particular, e na rede como um todo	Retroalimentação

Fonte: La Revolución de las Redes, Mance, 2008.

A partir desta classificação feita por Mance é possível apreender que a estrutura de uma rede é dinâmica e diversa e que pode contribuir para o fortalecimento mútuo de todos os seus integrantes. Independente do grau de organização e evolução de cada grupo, as particularidades encontradas nessa conjunção geram novas formas de se conceberem os processos, trazendo um caráter peculiar para essa iniciativa.

Mance (2001, p.24) afirma que uma rede é "uma articulação entre diversas unidades que através de conexões, intercambiam elementos entre si, se fortalecendo reciprocamente, tendendo a se multiplicar em novas unidades". Por sua vez, estas unidades se reforçam simultaneamente, permitindo-lhe expandir-se em novas unidades ou manter-se em equilíbrio.

Segundo França e Cunha (2008) as redes têm dois objetivos principais: promover a sustentabilidade dos empreendimentos e fortalecer o potencial de uma região interna e externamente. Além disso, significa uma associação ou articulação de várias pessoas, grupos e/ou iniciativas de economia solidária com intuito de constituir um circuito próprio de relações econômicas e intercâmbio de experiências e saberes formativos.

4.5 Redes de Mulheres: Espaços de empoderamento²⁴

A lógica dominante impregnou nas mulheres a responsabilidade de estar sempre à disposição para atender as demandas de outras pessoas, seja do marido, dos filhos, da família e etc., e nesse contexto sempre foi desconsiderada como portadora de necessidades.

Nesse sentido, o empoderamento feminino se coloca como uma possibilidade de aumentar a sua percepção enquanto sujeita, de aumentar a sua auto-estima e dar condições para que possa decidir sobre questões que dizem respeito a sua vida individualmente e coletivamente, e segundo Oliveira, Refere-se:

Ao poder de defesa das especificidades das mulheres, da luta pela igualdade com os homens no acesso a direitos e aos espaços deliberativos. O empoderamento das mulheres se entrecruza com as dimensões de gênero, raça/etnia, classe, cultura, história. Defende o acesso a recursos, vantagens, informações, serviços e, principalmente, a participação das mulheres (OLIVEIRA, 2013, p.64).

A Rede tem se proposto desempenhar um papel estratégico para as organizações de mulheres que a compõem, trazendo o feminismo como aliado para vida de cada uma delas. "A existência das redes simboliza, para as mulheres, um sentimento de pertença, de apoio mútuo e identidade" (CASTRO, p.22).

É possível afirmar que a economia solidária nasce também a partir de uma crise de valores e não apenas de uma crise financeira. O individualismo e o utilitarismo não respondem à necessidade de organização social das mulheres entrevistadas. Podemos perceber o significado atribuído a rede por elas, evidenciado no depoimento de L2:

Ah, eu digo que o sentido da Rede é vida, eu digo lá em casa que hoje eu não vivo sem a Rede. Meu companheiro brinca comigo, diz assim "é só armar e se deitar nela" (risos), por que eu não me vejo fora da Rede não, a Rede ela me ensinou muito, ela me ensinou a dar um passo na vida que eu achei que não era capaz, e por isso que tem essa importância. A Rede é sentimento, é paixão, é coisa que você vai aprendendo cada dia e cada vez mais se apaixonando apesar das dificuldades. Não vou dizer que a Rede é só coisas boas, tem coisas também que principalmente esse trajeto que a gente tá traçando desse golpe que aconteceu nesse país, afeta também a Rede, a

²⁴ Significa aumento do poder, da autonomia pessoal e coletiva de indivíduos e grupos sociais nas relações interpessoais e institucionais, principalmente daqueles submetidos à relações de opressão, discriminação e dominação social. Dá-se num contexto de mudança social e desenvolvimento político, que promove equidade e qualidade de vida através de suporte mútuo, cooperação, autogestão e participação em movimentos sociais autônomos. Envolve práticas não tradicionais de aprendizagem e ensino que desenvolvam uma consciência crítica (Kleba, Wendausen, 2009, p. 736).

seca afeta também, porque as pessoas estando bem a Rede está bem, porque a Rede não é só comercialização, a Rede é formação, encontros, vivência. E esses três eixos que tem dentro da Rede foram eixos bem escolhidos na questão da agroecologia, do feminismo e da economia solidária, então a Rede tem isso, por isso eu digo a Rede é vida, paixão, sentimento, eu acredito que quem passa pela Rede se apaixona por ela, pela maneira que ela é organizada, pela maneira que as pessoas é tratadas dentro da rede, porque se a gente for pensar só na comercialização, a gente esquece do certo? (interferência sonora), e a importância é olhar pro outro, se a gente não tiver essa preocupação de olhar pro outro, então o que é que a gente tá fazendo? Então aquilo que a gente prega é em vão. Por isso que a Rede é tudo isso (L2).

Assim também se sente M1, agricultora, da comunidade de Mundo Novo, unidade familiar I:

Eu aprendi já muita coisa, tudo que eu não sabia aqui de feira eu aprendi com a rede, que antes eu não comercializava, só vinha pra feira só como consumidora né, eu comecei a aprender muita coisa, por isso que eu comecei a participar aqui da feira, né (M1).

A rede é apontada como espaço de fortalecimento e sociabilidade dos grupos e das próprias mulheres. É o espaço onde se nutrem, onde compartilham suas vidas, suas angústias e suas conquistas. A vivência cotidiana baseada no exercício da autogestão, é um processo educativo contínuo a partir da prática, é fundamental para a partilha da identidade coletiva no nível interno das experiências, pois contribui para o fortalecimento do sentimento de pertencimento e a autoconfiança das participantes.

Ah, a rede Xique Xique faz tudo pela gente, o que pode fazer, né? [...]As reuniões, a gente vai pra lá também participar né, do que acontece na rede, e ela consegue projeto pra gente, né? Tamos lutando ai junto com ela pra gente ganhar nosso certificado dos nossos produtos.[...] Ave Maria, se não fosse a rede Xique Xique eu acho que eu não estaria aqui porque principalmente essas barraca, né? Que foi conseguido através dela. Assim, a participação é boa e ela podendo fazer pela gente, faz (M3).

[...]Porque a gente se tem uma relação boa, com a rxx que a gente sempre vai visitar lá a rede e ter reunião la com a rede e a rede vem pra cá também a rede sempre ajuda a gente ne principalmente essas banca foi da rede e vários outros projetos a gente tem conseguido pela rede (M6).

A Rede não é só uma pessoa, a Rede é um ciclo de pessoas, então quem tá dentro da Rede sabe que não é individual, se eu for vender meu produto eu tô sendo individual, não existe essa coisa ruim de individualismo (M7).

Neste processo, as mulheres passam a cooperar entre si, e os problemas e dificuldades de uma delas, passa a ser do coletivo, da mesma forma acontece entre os grupos. As redes se consolidam como verdadeiros espaços de aprendizado e de busca coletiva de soluções, para

problemas comuns.

Eu acho que fez eu enxergar outros empreendimentos em outros estados né, como ele se organiza, como eles estão, com essa parte né que, se as minhas dificuldades que a gente enfrenta aqui, o que é que elas estão superando com aquela dificuldade, como é que a gente pode fazer mais a partir da nossa localidade, eu acho que ter essa troca de experiência, ter esse conhecimento, se articular na própria comercialização, eu acho que é um ganho muito forte assim, o que a rede nos proporciona (L1).

Ai que nesse tempo a gente já até ai a gente já tava se organizando no FOPP, foi quando eu vim pra feira e já tinha esse grupo do Paraíso já mais organizado, e já tavam vendendo a feirinha deles tudo numa fila só, mas só que a banca era de pau, era na convencional mesmo. Ela me viu lá vendendo com a bacia de verdura lá no chão, e me chamou pra ir pra banca dela. Pronto, daí começou, a gente vendendo junto, começou com a banca dela vendendo junto ali, e foi quando a gente por meio da rede Xique Xique a gente começou a se organizar mais, sabe? A gente começou a se organizar mais, começou a chegar mais, a ficar mais próxima das outra assim Tabua, Paraíso, Morro (M5).

Essa categoria pode nos ajudar a compreender o que Mance (2002) denomina de redes de colaboração solidária, indicando o ganho simbólico de se fazer parte desse espaço e participar ativamente dos processos formativos, mesmo tendo resultados heterogêneos no que tange ao aprendizado das mulheres:

Eu acho que é passando todo o conhecimento que eu aprendi, assim, claro que todos os grupos, todas as mulheres que hoje fazem parte do grupo Decididas a Vencer não conseguiu esses avanços ou caminhar como eu estou né, tem umas que caminhou mais, umas que caminhou menos, tem umas que continuam do mesmo jeito e a luta ela é constante, porque essa sociedade ela é muito machista né, e ai faz com que a gente sempre permaneça né no lugar onde a gente estava porque ninguém quer perder poder, ninguém quer perder direito, não, ninguém quer perder direito, a gente quer conquistar, a gente quer conquistar nossos direito e as pessoas não quer perder os privilégios e os lugares que estão, né, eu acho que isso faz com que algumas mulheres ainda não consiga porque as pessoas, os próprios maridos, a própria família não consegue acompanhar esse processo. E ai eu venho contribuindo pra que sempre né, fazendo oficina, reunião, essa parte de autogestão, essa parte econômica através da rede Xique Xique, através da Rede Feminista, como é que a gente pode fazer com que as mulheres produza, saia pelo menos dessa necessidade mais econômica, né essas coisas (L1).

Dessa forma, os estudos de Mance (2002) coincidem com a abordagem de Sen (2000) no que se refere ao direito à liberdade. De acordo com o primeiro, as redes de colaboração solidária podem promover o exercício da solidariedade, da cooperação e da autogestão, pressupondo o bem viver de todos, onde o desejo do outro é respeitado em suas diferenças, e cada pessoa possa usufruir, nas melhores condições possíveis, das liberdades públicas e

privadas, aproximando-se das liberdades substantivas e instrumentais concebidas por Sen (2010).

Assim, pressupõe-se que as mulheres têm na Economia Solidária, especificamente se auto-organizando em redes, mais um caminho para tornarem-se sujeitos políticos, pessoas empoderadas que, a partir de suas especificidades, podem interferir nas decisões, construir seu presente e seu futuro. Tudo isso atrelado ao ato educativo e político das ações, pautados por meio do diálogo e da reflexão crítica, privilegiando uma prática que tenha a educação como exercício para liberdade como nos orienta Freire em sua obra “Educação como Prática da Liberdade” (1970):

A educação como prática da liberdade, ao contrário daquela que é prática da dominação, implica na negação do homem abstrato, isolado, solto, desligado do mundo, assim também na negação do mundo como uma realidade ausente dos homens (FREIRE, 1970, p.81).

O autor considera que apesar de não ser em si mesma a causa da mudança, a educação exerce papel importante na construção das transformações da sociedade, pois contribui significativamente para libertação das pessoas em seu seio social, expandindo-o.

A participação política permite que as mulheres tenham acesso a informações e possam perceber de que forma podem se colocar de forma diferente no mundo, compreendendo melhor o seu papel social, enquanto sujeito ativo e crítico, opinando em contextos que dizem respeito a sua vida e extensões dela.

Os aprendizados em rede por sua vez são alicerce para sua formação e caminhada, onde se sentem parte e revelam novas subjetividades e identidades, neste espaço também são dadas as condições para que desenvolvam e exerçam sua autonomia e empoderamento.

Para as mulheres, um dos principais direitos que elas (re) conquistam nesse processo de “empoderar-se” é o direito à fala, a defenderem suas posições, seus pontos de vista. Poderem falar o que pensam, sem medo, sem se sentirem intimidadas é considerado um grande passo na vida das mulheres e é capaz de mudar o rumo de suas vidas.

Mudou bastante, através, como uma vez uma entrevista que eu tive lá na Santa Rita de Cássia né, que eu disse mesmo e digo em qualquer canto, foi através das reunião, através de Marialda, que hoje eu aprendi a ser assim uma pessoa independente, sabe? Uma mulher mais corajosa de chegar e dizer “é assim e assim”, não é mais aquela mulher com medo, que tinha medo de falar, né? O marido dizer “não, num sei o que”. Hoje não, hoje eu falo, através de algumas coisas, mas tenho coragem de chegar e falar e assim e assim. É, e antes não era assim, eu tinha medo de falar e dizer “fulano, eu vou em tal canto”. Quando a gente começou as reunião, nem participei muito, através dele né, por causa das briga, muita briga, mas hoje não, hoje eu digo “fulano, eu vou pra reunião” (ele) com cara feia mas

mesmo assim eu vou, e quando volta (ele com) a mesma cara, mas se ajeita (M2).

Podemos observar nesses relatos, que o fato de as mulheres se organizarem, ocuparem os espaços políticos-públicos, exporem suas ideias e exercerem a fala pública são fundamentais para seu processo de empoderamento.

León (2000 apud COSTA E NEVES, 2007, p. 15) destaca que:

Se empoderar implica a transformação do sujeito em agente ativo numa situação concreta. Significa que as pessoas adquirem o controle de suas vidas, têm habilidades de realização e definem escolhas e opções próprias. A ideia raiz é constituída pelo conceito de poder, cara aos debates feministas que, em grande parte, pressupõem as estruturas de subordinação da mulher na sociedade. A concepção está baseada em relações sociais mais democráticas e com o princípio do poder compartilhado, integrados no micro e no macro, no privado e no público, no produtivo e no reprodutivo, no local e no global. O empoderamento, entendido como autoconfiança e autoestima, integra-se aos processos comunitários de cooperação, solidariedade e pertencimento.

Ao se empoderarem, elas começam a perceber que são capazes e que podem reivindicar por seus direitos:

Sim, porque quando a gente vai em busca de algo lá fora, a gente consegue pra dentro do assentamento, né? Nas políticas públicas nós tamos de dentro, correndo atrás, brigando, é nosso, e nós tem direito, e a gente quer isso quer aquilo, e consegue (M3).

Importante destacar que ao se empoderar, as mulheres querem empoderar as outras, para que ela se sinta livre, precisa compartilhar dessa liberdade com as outras mulheres:

Eu sei, assim, o que a gente queria alcançar é que entre mais mulher no grupo, nosso grupo entrou com vinte... E assim, a gente queria que entrasse mais mulher pra entrar na luta porque tem muita mulher lá que ainda passa pelas mesmas dificuldades que nós passava antes, e a gente tenta que essas mulher entre pra não se rebaixar que nem hoje eu vejo muitas lá apanhando, essas coisas. Assim, é... O trabalho, a conquista, a gente já conseguiu, agora essa é a última conquista que a gente quer buscar, mais mulher pra luta. Pra elas abrir os olhos e fazer que nem eu to dizendo hoje, hoje eu sou capaz de fazer que antes muitos diziam que a gente não fazia. Hoje a gente amostra lá dentro do assentamento (M3).

A partir dos depoimentos, percebe-se a importância da construção da autoestima, da valorização, da conquista de espaços para o empoderamento das mulheres. Podemos entender que esse processo ocorre com uma influência concreta das vivências coletivas, através do estreitamento das relações entre as mulheres, em que cada uma se inspira na outra para ir adquirindo autoconfiança.

Foi boa sabe, foi boa pra mim, foi muito bom, aprendo de me encontrar

com as pessoas lá, conheci gente assim, dos estados, né? E a viagem também né, que eu nunca andei de viagem de avião né, aí eu digo "vou saber como é que é agora" o povo dizia, mas eu num sabia, né? Agora eu sei o que é andar de avião, povo diz "é assim assado", eu digo "NÃO, é assim" (risos) eu já sei como é... (M5).

Ao acessar algumas experiências até então desconhecidas, as mulheres vivenciam processos em outras esferas da vida, experimentando situações de encantamento com o novo, como viajar de avião, ter contato com a realidade de mulheres de outros lugares, percebem com isso que é possível extrapolar alguns limites que talvez nunca tenha pensando que um dia teriam oportunidade. Isto também é empoderar-se.

Durante as conversas, nos pareceu que o processo de empoderamento, além de ser resultado de uma dinâmica grupal, está associado à trajetória de vida de cada uma, correspondendo, sobretudo, ao sentido atribuído as vivências, ao tempo e a forma como absorvem os aprendizados.

Em síntese, destacamos nesse capítulo a importância da economia solidária para as mulheres pela sua proposta de inclusão social, embora reproduza em certa medida a divisão sexual do trabalho, onde estas continuam conciliando os trabalhos domésticos e de cuidados com o trabalho produtivo. Além disso, acabam se concentrando em segmentos produtivos considerados historicamente como “femininos” (alimentação, confecção, artesanato, etc.). Apesar desses aspectos elas têm nesse movimento a oportunidade de participar ativamente e construir sua autonomia econômica que, por mais incipiente que seja, é um passo para algo possível e maior.

Outro aspecto importante são os aprendizados gerados através da rede, que contribuem para formação e o engajamento político das mulheres e dos grupos, como espaço de trocas que valoriza não somente a dimensão econômica, mas o fortalecimento de todas, constituindo-se como um espaço de construção de identidades e de empoderamento.

Por fim, o que se pretende com esse debate não é mercantilizar todos os tipos de trabalho, mas visibilizar o trabalho não mercantil que as mulheres historicamente vêm assumindo e que não se contabiliza, mas que são fundamentais para o desenvolvimento das sociedades. Acreditamos ser uma das contribuições que as mulheres trazem para a economia solidária, a visibilidade do trabalho reprodutivo na esfera pública com a sua devida importância para a produção da vida.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa teve como viés principal o estudo sobre as práticas educativas não formais desenvolvidas pela rede de economia solidária e feminista, considerando a importância dessas práticas para a participação social e política das mulheres que fazem parte de grupos produtivos da Rede Xique Xique de comercialização.

Realizamos um estudo acerca da educação não-formal destacando, sua origem, a construção do conceito, suas práticas, metodologias, âmbitos de atuação, as interseções com os outros tipos de educação e as contradições e limites sobre o termo.

Observamos que apesar de existir muitos estudos nessa área, ainda é considerado como um campo em formação por muitos autores, não tendo um consenso sobre suas especificidades, como sua intencionalidade, por exemplo. Neste estudo, consideramos as práticas educativas desenvolvidas em espaços não formais realizadas através da educação popular, a partir do movimento social de economia solidária.

As contradições e limites referentes à educação não-formal estão relacionadas, principalmente, a sua aplicabilidade, já que muitas vezes é utilizada para cumprir demandas de educação de responsabilidade do Estado, não tendo nenhuma preocupação por parte das entidades que desenvolvem as atividades sobre a formação de sujeitos críticos, conscientes e emancipados, preocupando-se essencialmente em meras capacitações para o mercado de trabalho. Por isso entendemos que nem toda prática dita como de educação não-formal é baseada em princípios da educação popular.

A Rede Xique Xique de comercialização, desde a sua origem, vem desenvolvendo processos de formação com todos os grupos que a compõe, apoiando-se nos princípios da agroecologia, economia solidária e feminismo. Com o apoio da rede de economia solidária e feminista, concentrou esforços para potencializar os grupos de mulheres, através de ações específicas voltadas para viabilidade em diversas dimensões e também a construção da sustentabilidade dessas iniciativas e da própria rede. Esse apoio foi fundamental.

Para compreender a importância e o impacto das práticas educativas desenvolvidas pela rede, procuramos identificar os espaços onde elas acontecem, tomando como ponto de partida os depoimentos das mulheres entrevistadas, que apontaram a “feira” como o lugar do encontro, do protagonismo político, da interação com o outro e de muitos aprendizados e as reuniões, que podem assumir o caráter de oficinas, cursos, encontros e outros tipos de formações, nos quais elas desenvolvem novas habilidades e capacidades, acessando

informações e conhecimentos que as instrumentaliza para o trabalho associativo e para vida.

As práticas educativas se configuram como fator importante para o desenvolvimento da condição de agente das mulheres, pois elas passam a assumir-se como sujeitos de sua história, conscientizando-se que precisam fazer mudanças necessárias para assumir essa nova condição. Este processo também contribui para modificar sua situação de opressão, expandindo suas liberdades e fortalecendo sua identidade como mulher de direitos, que podem fazer escolhas e decidir o que é melhor para suas vidas.

Dessa forma, podemos compreender que a participação e o engajamento político são elementos resultantes dos processos vivenciados pelas mulheres no espaço da rede e em outros espaços de participação, o que possibilita a essa mulher transformar o seu papel social e assumir uma postura mais ativa nas relações com sua família, sua comunidade e o seu grupo.

Outro aspecto relevante que compreendemos durante a pesquisa, se refere ao acesso à educação básica, que muitas não tiveram acesso e, por mais incipiente que seja esse contato, é um fator necessário para que as mulheres possam de fato aproveitar as oportunidades que surjam em suas vidas, de forma concreta e consciente. Assim, a melhora da posição social das mulheres, sobretudo através da educação e da sua capacidade de gerar renda ou de ter um emprego remunerado, contribui para diminuir as taxas de fecundidade, além de contribuir significativamente para redução da mortalidade infantil, concordando com os estudos realizados por Sen.

Por fim, e não menos importante, reconhecemos através deste estudo que a proposta autogestionária da economia solidária se aproxima das dinâmicas de compatibilização do trabalho doméstico e de cuidados com a produção, além do potencial de transformar as relações de poder e cultivar novos valores, contribuindo para uma nova sociabilidade baseada na cooperação e na solidariedade, nas relações igualitárias e nas decisões coletivas (BONUMÁ, 2015). Por questionar os valores característicos do mercado capitalista, como a competição, individualismo e a busca por lucros, concebe-se como uma economia a serviço da vida, priorizando a resolução das necessidades e carências das pessoas.

A economia solidária se apresenta como um espaço de inclusão social para as mulheres, mesmo reproduzindo em certa medida a divisão sexual do trabalho. E as mesmas vêm provocando uma reflexão a esse movimento, trazendo para esfera pública a importância dos trabalhos domésticos e de cuidados como uma tarefa a ser partilhada por toda sociedade.

A partir do que foi discutido trazemos algumas reflexões: podemos considerar que a

economia solidária é um espaço de resistência para as mulheres? Ou, a inserção das mulheres na economia solidária se configura como um movimento/processo de resistência? São questões que nos permite pensar estudos futuros, pois não temos a pretensão de encerrar o debate sobre a educação não-formal e as iniciativas de economia solidária, mas contribuir para essa ampliação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AACC/RN. **Associação de Apoio às Comunidades do Campo do Rio Grande do Norte**. Disponível em: <<http://www.aaccrn.org.br/>>. Acesso em: 10 jan. 2017.

ACIOLI, Sonia. **Redes sociais e teoria social: revendo os fundamentos do conceito**. Disponível em <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/1784>> Acesso em: 02 jan. 2017.

AMORIM, Rizioneide Souza. **FEIRAS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA: fenômeno de socialização ou redescoberta do mercado?** Disponível em: www.fbes.org.br/?option=com_docman&task=doc_download&gid=1448&Itemid=99999 999. Acesso em mai/17.

ARAÚJO, Helena Maria Marques. **Onde fica a educação nisso tudo? Museu da Maré: entre educação, memórias e identidades**. Tese de doutorado. PUC/RJ, 2012. Disponível em: https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/21758/21758_1.PDF. Acesso em mai/17.

ARROYO, Miguel G. **Outros sujeitos, outras pedagogias**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

_____. **Pedagogias em movimento - o que temos a aprender dos movimentos sociais?** Currículo sem Fronteiras, v.3, n.1, pp. 28-49, Jan/Jun 2003.

BEZERRA, Maria da Conceição Dantas Moura. **Desenvolvimento e autonomia das mulheres: uma avaliação do POPMR na região oeste potiguar - 2008/2012**. 2013. 192 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional; Cultura e Representações) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2013.

BONUMÁ, Helena. **As mulheres e a economia solidária: a resistência no cotidiano tecendo uma vida melhor**. 2015. TCC Ciências Sociais, UFRS. Disponível em: <<https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/132849/000984396.pdf?sequence=1>> Acesso em 10 mar. 2017.

BOGADO, Adriana Marcela. **“A luta também te ensina”**. **Processos de ensino aprendizagem no marco de movimentos sociais argentinos**. AURORA ano V número 8 - AGOSTO DE 2011. Disponível em: <http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/aurora/article/view/1266/1132>. Acesso em: mai/2017.

BORGES, Carla Juliana Pissinatti. **O debate internacional sobre competências: explorando novas possibilidades educativas**. 2010. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010. doi:10.11606/D.48.2010.tde-11062010-103654. Acesso em: 2017-06-27.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

BRASIL, Ministério do Trabalho e Emprego - MTE. **Sistema Nacional de Informação em Economia Solidária**. Disponível em: <<http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/sies.asp>> Acesso em: 26 jun. 2016.

_____. Fórum Brasileiro de Economia Solidária. Relatório da V plenária de economia solidária. 2013.

_____. Ministério do Trabalho e Emprego. **Estímulo à institucionalização de políticas públicas de economia solidária**.

_____. Secretaria Nacional de Economia Solidária. **Campanha nacional de divulgação e mobilização social da economia solidária: Outra economia acontece**. Cartilha da campanha nacional de mobilização. Brasília: MTE; SENAES; FBES, 2007.

_____. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Secretaria de Desenvolvimento Territorial. SDT/MDA **Plano territorial de desenvolvimento rural sustentável: guia para o planejamento**. Brasília:, 2010.

CALDART, Roseli Saete. **Pedagogia do Movimento Sem Terra. Escola é mais que escola**.

Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

CASTRO, Mariana Pereira de. **A auto-organização Feminista como Processo de Aprendizagem Coletiva: A Experiência da Rede Xique-Xique**. Dissertação de Mestrado, USP, 2014.

COSTA, Rodrigo Heringer. Notas sobre a educação formal, não formal e informal. ANAIS DO III SIMPOM 2014 - SIMPÓSIO BRASILEIRO DE PÓS-GRADUANDOS EM MÚSICA. Disponível em: <<http://www.seer.unirio.br/index.php/simpom/article/viewFile/4578/4100>>. Acesso em mai/17.

CUNHA, Eduardo Vivian da. **Incubação de redes de economia solidária: limites e possibilidades de uma metodologia de intervenção para o desenvolvimento local – o caso eco-luzia**. 2008. 171 p. Dissertação. Escola de Administração. Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2008.

CENDALES, Lola; MARÍÑO, Germán. **Educação Não-formal e Educação Popular**. São Paulo: Loyola, 2006.

COMERFORD, John Cunha. 1999. **Fazendo a Luta: Sociabilidade, Falas e Rituais na Construção de Organizações Camponesas**. Rio de Janeiro: Relume Dumará/Núcleo de Antropologia da Política (Coleção Antropologia da Política, 5). 154 pp

DANTAS, Isolda. **A construção da economia feminista na Rede Xique-Xique de Comercialização Solidária**. *Agriculturas*, v. 2, n. 3, out. de 2005.

FRANÇA FILHO, G. C. **A via sustentável da economia solidária no desenvolvimento local**. *Organizações & Sociedade*, Brasília, DF, 15.45, 2008.

_____. **Terceiro setor, economia social, economia solidária e economia popular: traçando fronteiras conceituais**, 2002.

_____. **Teoria e Prática em Economia Solidária. Problemática, Desafios e Vocação**, In:

Civitas. Porto Alegre - PUCRS, v.7, n.1, jan-jun-2007.

FARIA, Nalu. **Mulheres rurais na economia solidária**.p. 37.Autonomia e cidadania: políticas de organização produtiva para as mulheres no meio rural / Andrea Butto, Isolda Dantas, orgs. – Brasília : Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2011. 192 p.

FARIA, Nalu; NOBRE, Miriam. (Orgs). **Economia Feminista**. São Paulo: SOF Sempre Viva Organização Feminista, 2002.

FERNANDES, Renata Sieiro. (Org). **Educação não-formal: cenários da criação**. Campinas, SP: Editora da Unicamp e Centro de Memória, 2001, p. 147 - 165.

FERNANDES, Renata Sieiro e CARNICEL, Amarildo (orgs). **Palavras-chave em educação não-formal**. Holambra, SP: Editora Setembro; Campinas, SP: Unicamp; CMU, 2007 (b), p. 131 - 132.

FREIRE, Paulo. **Conscientização: teoria e prática da liberação**: uma introdução ao pensamento de Paulo Freire. 3. ed. São Paulo: Moraes, 1980.

_____. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

_____. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1974.

FORBELONI, Jacimara Villar. **Políticas públicas de economia solidária: uma avaliação do PCPR II na microrregião de Angicos do Rio Grande do Norte**. 2014. 232f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2014.

GADOTTI, M. **A Questão da Educação Formal/Não-Formal**. Sion, Suisse: Institut International des Droits de l'enfant – IDE, 2005.

GAIGER, Luis Inácio. Sentido e possibilidades da economia solidária hoje. In: KRAYCHETE, Gabriel. (Org). **A economia dos setores populares: entre a realidade e a**

Utopia. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2000.

_____. **A economia solidária e a revitalização do paradigma cooperativo.** REVISTA BRASILEIRA DE CIÊNCIAS SOCIAIS - VOL. 28 N° 82, 2013.

_____. **A economia solidária no Brasil: uma análise de dados nacionais.** São Leopoldo: Oikos. 2014

GARCIA, Valeria Aroeira **A educação não formal como acontecimento.** Faculdade de Educação. Tese de doutorado. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=000469595>> Acesso em: 10 jan. 2017.

_____. **O papel do social e da educação não-formal nas discussões e ações educacionais.** Disponível em: < http://unisal.br/wp-content/uploads/2013/09/mesa_8_texto_valeria.pdf> Acesso em: 18 jan. 2017.

_____. **A educação não-formal no âmbito do poder público: avanços e limites.** In: SIMSON, Olga Rodrigues de Moraes Von; PARK, Margareth Brandini; Fernandes, Renata Sieiro (orgs.). Educação não formal: Cenários da criação. Campinas: Editora da Unicamp/Centro de Memória, 2001.

GOHN, Maria da Glória. **Educação Não-Formal e Cultura Política.** 2a ed. São Paulo: Cortez, 2008.

_____. **Educação Não Formal, Aprendizagens e Saberes em Processos Participativos.** Investigar em Educação - II^a Série, Número 1, 2014, acesso: maio/2017.

_____. **Educação não - formal, educador (a) social e projetos sociais de inclusão social.** Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 28-43, jan./abr. 2009.

_____. **Empoderamento e participação da comunidade em políticas sociais.** 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/sausoc/v13n2/03.pdf>> Acesso em 14 out. 2016

_____. **Educação não-formal na pedagogia social.** An. 1 Congr. Intern. Pedagogia Social Mar. 2006

_____. **Teoria dos Movimentos Sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos.** 7^a ed. São

Paulo: Edições Loyola, 2007.

_____. **Movimentos sociais na contemporaneidade**. Revista Brasileira de Educação v. 16 n. 47 maio-ago. 2011.

_____. **Educação não-formal, participação da sociedade civil e estruturas colegiadas nas escolas**. 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ensaio/v14n50/30405.pdf>> Acesso em: 14 set. 2016

_____. **Educação não formal e o educador social: atuação no desenvolvimento de projetos sociais**. São Paulo: Cortez, 2010. (Coleções questões da nossa época; v. 1).

_____. **Abordagens teóricas no estudo dos movimentos sociais na América Latina**. Cad. CRH vol.21 no.54 Salvador Sept./Dec. 2008

GUAYI. **Banco de Dados** (documento interno).Porto Alegre, 2017.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Daniele. **Novas configurações da divisão sexual do trabalho**. Disponível em: <<http://scielo.br/pdf/cp/v37n132/a0537132>>. Acesso em: 12 jan. 2017

IBGE. **Censo Demográfico 2010**. Disponível em: <<http://www.censo2010.ibge.gov.br>>. Acesso em: 12 dez. 2016.

_____. **Censo Demográfico 1991**. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo?id=782&view=detalhes>>. Acesso em:13 jan. 2017.

IPEA. **Os novos dados do mapeamento de economia solidária no brasil: nota metodológica e análise das dimensões socioestruturais dos empreendimentos**. 2016. Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/7410/1/RP_Os%20Novos%20dados%20do%20mapeamento%20de%20economia%20solid%C3%A1ria%20no%20Brasil_2016.pdf. Acesso em abril/17.

JUNIOR, et al.**Educar-se com grupos, organizações e movimentos sociais: processos**

educativos em práticas sociais populares. Revista Pedagógica, Chapecó, v.15, n. 181, p. 45-58, jul./dez. 2013

KIRSCH, Rosana. **As práticas educativas da economia solidária e a construção coletiva de um projeto alternativo.** Disponível em <http://rededegestoresecosol.org.br/wp-content/uploads/2016/03/tcc_educacao_economia_solidaria_rosana_kirsch1.pdf> Acesso em: 20 de mar. 2017.

KLEBA, Maria Elisabeth; Agueda, WENDAUSEN. **Empoderamento: processo de fortalecimento dos sujeitos nos espaços de participação social e democratização política.** Saude soc. vol.18 no.4 São Paulo Oct./Dec. 2009. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12902009000400016. Acesso em: abril/17.

LIBÂNEO, José Carlos. **Pedagogia e pedagogos para quê?** 12 ed. São Paulo: Cortez, 2010.

LOIOLA, E.; MOURA, S. **Análise das redes: uma contribuição aos estudos organizacionais.** In: FISCHER, Tânia (org.) *Gestão contemporânea: cidades estratégicas e organizações locais.* FGV, Rio de Janeiro, 1996. p. 53-68.

MANCE, Euclides André. **A revolução das redes: a colaboração solidária como uma alternativa pós-capitalista à globalização atual.** 2. ed. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2001.

_____. **Redes de colaboração solidária. Aspectos econômico-filosóficos: complexidade e libertação.** Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2002.

MANZINI, E. J. **A entrevista na pesquisa social.** Didática, São Paulo, v. 26/27, p. 149-158, 1990/1991.

MASCARENHAS, Thais Silva. **O caráter educativo da economia solidária: O caminho do desenvolvimentos como liberdade a partir da experiência da Cooperafis.** Faculdade de Educação. USP. Dissertação de mestrado. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-23062010-111951/pt-br.php>. Acesso em out/2016.

MEDEIROS, Marlene. **Exclusão e Educação social:** Conceitos em Superfície e Fundo. Educação e Sociedade. Campinas. Vol. 27, n°94, p.155-178, jan/abr, 2006.

MIGUELETTO. D. C. R. **Organizações em rede.**2001, 96 f.. Dissertação. Mestrado em Administração Pública. Escola Brasileira de Administração Pública. Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro. 2001.

MINAYO, M. C. de S. (Org.). **Pesquisa social:** teoria método e criatividade. 29ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

MOURA, Maria Suzana; MEIRA, Ludmila. **Desafios da Gestão de Empreendimentos Solidários.** In: Revista Bahia Análise e Dados. Salvador: SEI/Governo da Bahia, 2002. v. 12, n. 1, p. 77-84. Jun 2002.

NOBRE, Miriam; MORENO, Renata; SAORI, Sheyla. (Orgs.) **Experiências e desafios na construção de agendas feministas nos Territórios da Cidadania.** São Paulo: SOF Sempre viva Organização Feminista, 2015.

NOBRE, Miriam. Diálogos entre Economia Solidária e Economia Feminista. IN: FARIA, Nalu e Miriam Nobre (orgs). **A Produção do Viver: ensaios de economia feminista.** São Paulo: SOF. Cadernos Feministas, 2003.

_____. **Interação entre a economia feminista e a economia solidária nas experiências de grupos de mulheres.** São Paulo: SOF. Cadernos Feministas, 2015.

_____. **Mulheres na Economia Solidária.** Texto de trabalho *mimeo*, 2007.

OLIVEIRA, Adriana Lucinda de. **O processo de empoderamento de mulheres trabalhadoras em empreendimentos de economia solidária.** Dissertação. Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Sócio-Econômico. Programa de Pós-graduação em Serviço Social. Disponível em: <http://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/87324>. Acesso em março/17.

PARK, Margareth Brandini; FERNANDES, Renata Sieiro. (Orgs). **Educação não-formal: contextos, percursos e sujeitos**. Campinas, SP: UNICAMP/CMU; HOLAMBRA, SP: Editora Setembro, 2005.

PEREIRA, Eddla Karina Gomes. **Tecendo redes a partir da articulação entre economia solidária, feminismo e agroecologia: Novas perspectivas de desenvolvimento alternativo no semiárido potiguar**, PRODEMA (2016).

PEREIRA, Joane Gomes. **O Programa de Inclusão Produtiva do Município de Mariana (MG) – seus limites e suas possibilidades**. Ouro Preto: UFOP, 2012

PESSOA, Cleudes; RAMOS, Jeannette Filomeno Pouchain; PEIXOTO, Socorro Letícia Fernandes. **Economia Solidária e Feminista: reflexões em torno da autonomia econômica**. Disponível em http://www.fbes.org.br/index.php?option=com_content&task=view&id=3731&Itemid=62 Acesso em: 13 jan. 2017.

REDE XIQUE-XIQUE. Rede de Comercialização Solidária Xique-Xique. Desenvolvido por Blogger. Apresenta informações sobre o trabalho da Rede Xique-Xique. Disponível em: <http://www.redexiquexique.blogspot.com.br/>. Acesso em: 02 mar. 2016.

RODRIGUES, Ana Cláudia SCOTT, Parry; SARAIVA, Jeíza das Chagas. **Onde mal se ouvem os gritos de socorro: notas sobre a violência contra a mulher em contextos rurais**. In: CORDEIRO, Rosineire; MENEZES, Marilda; SCOTT, Parry. **Gênero e Geração em Contextos Rurais** – Ilha de Santa Catarina: Editora Mulheres, 2010.

ROZENDO Cimone; MOLINA, Wagner de Souza Leite. **O protagonismo das mulheres no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) no estado do Rio Grande do Norte : um estudo de caso**. Leituras de gênero e interculturalidade. / Losandro Antonio Tedeschi (organizador). – Dourados, MS : UFGD, 2013.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras,

1999/2000.

SINGER, Paul. **Economia Solidária**. In: CATTANI, Antônio David (Org.). A outra Economia. Porto Alegre: Veraz, 2003, p. 116-125.

SINGER, Paul. **É possível levar o desenvolvimento a comunidades pobres?** Brasília: maio de 2004. Disponível em:< http://www.ceeja.ufscar.br/desen_pobres_singer>. Acesso em junho/17.

SIMSON, Olga Rodrigues de Moraes Von; PARK, Margareth Brandini; FERNANDES, Renata Sieiro (orgs.). **Educação não formal: Cenários da criação**. Campinas: Editora da Unicamp/Centro de Memória, 2001.

TORRES, C. A. **A política da educação não formal na América Latina**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

TRILLA, Jaume; ARANTES, Valéria A. **Educação formal e Não-Formal**. São Paulo: Ed. Summus, 2008.

YIN, R. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 2a ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

APÊNDICE

Apêndice A - Roteiro do questionário

Objetivos da Pesquisa	Roteiro das Entrevistas
<ul style="list-style-type: none"> ● Verificar se houve desenvolvimento da Autonomia Econômica ● Impactos da Articulação em Rede ● Resultados da Participação em Processos Educativos Não Formais ● Expansão de Capacidades e Exercício de Liberdade Substantiva ● Alcance do Empoderamento ● Percepção da Mulher Enquanto Agente de Mudanças 	Nome:
	Idade:
	Grau de instrução
	Endereço:
	Tem filhos? Quantos?
	É casada?
	Sua casa é alugada ou é casa própria?
	Quantas pessoas residem na casa?
	É beneficiária de algum programa de social do governo federal?
	Em média, qual a renda familiar? (Base: salário mínimo)
	Como você conheceu o grupo que faz parte?
	O que motivou a participar?
	O que você fazia antes de participar do grupo?
	O que é que você produz?
	O que você aprendeu participando do grupo?
	Qual a relação do grupo com a rede Xique Xique e a rede feminista do rio grande do norte?
Quais espaços de formação você participa na rede e qual significado para você?(feira, oficinas, reuniões, encontros, seminários...)	
Você ganha algum dinheiro participando do grupo? E fora do grupo? O que você faz com esse dinheiro?	
Quem paga as contas da sua casa?	

	Enfrenta alguma dificuldade para participar do grupo?
	Que outros espaços você participa além da Rede e do Grupo? (partidos políticos, fóruns, conselhos, sindicatos...)
	Mudou alguma coisa em sua vida depois que começou a participar do grupo? Se sim, quais mudanças?
	Você contribui de alguma forma para melhorias na sua comunidade? De que forma?
	Que objetivos você espera alcançar daqui para a frente?